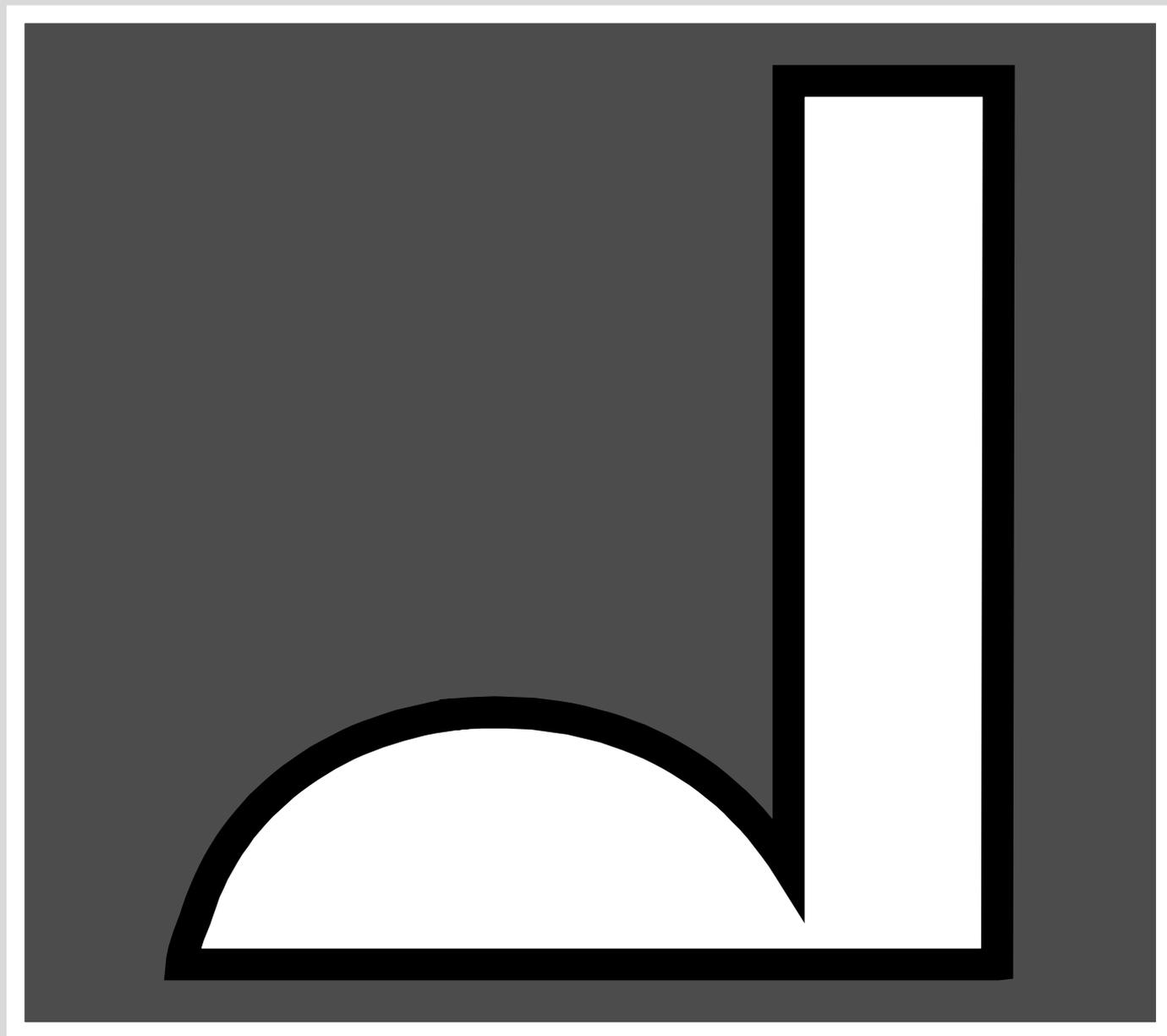




**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LVI - Nº 004 - QUARTA-FEIRA, 07 DE FEVEREIRO DE 2001 - BRASÍLIA-DF**

---

**Mesa não disponível!**

## SUMÁRIO

# SENADO FEDERAL

### 1 – ATA DA 4ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 6 DE FEVEREIRO DE 2001

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 2, de 2001 (nº 8.476/2000, na origem), de 29 de novembro de 2000, encaminhando as informações complementares referentes ao Requerimento nº 336, de 2000, do Senador Geraldo Cândido. À Comissão de Fiscalização e Controle. O requerimento vai ao Arquivo. .... 00401

#### 1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Sugestões aos candidatos à Presidência do Senado Federal. Considerações sobre a necessidade de aumentar o crescimento econômico brasileiro. .... 00401

SENADOR *PAULO HARTUNG*, como Líder – Justificativa à apresentação de Requerimento de Convocação do Ministro Celso Lafer, das Relações Exteriores, para prestar esclarecimentos sobre o contencioso Brasil x Canadá. .... 00405

SENADOR *ROBERTO SATURNINO* – Análise dos aspectos político e comerciais do contencioso Brasil x Canadá. .... 00406

SENADOR *OSMAR DIAS* – Abordagem sobre o embargo do Canadá, Estados Unidos da América e México à importação de carne brasileira. . 00412

SENADOR *JEFFERSON PÉRES* – Formalização da candidatura de S. Ex<sup>a</sup> à Presidência do Congresso Nacional. .... 00416

#### 1.2.3 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 6, de 2001, de autoria do Senador Paulo Hartung, lido em sessão anterior. **Aprovado.** ..... 00425

#### 1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 7, de 2001, de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando a convocação do Minis-

tro da Agricultura e do Abastecimento, a fim de prestar informações sobre o embargo comercial adotado pelo Canadá, Estados Unidos da América e México contra o rebanho bovino nacional. **Aprovado.** ..... 00425

Nº 8, de 2001, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1998 (nº 1.668/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o Título XI do Código Penal, que trata dos crimes contra a Administração Pública. **Aprovado.** A matéria será incluída na segunda sessão deliberativa ordinária subsequente. .... 00426

#### 1.2.5 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 1, de 2001, de iniciativa da Mesa Diretora do Senado Federal, que dispõe sobre a tramitação de requerimento de informação. À publicação, devendo ter a sua tramitação iniciada a partir do dia 16 do corrente mês. . 00426

#### 1.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Solicitação ao Ministro da Justiça de providências no estado de Roraima, tendo em vista notícia veiculada sobre treinamento de policiais militares por traficantes. .... 00430

SENADOR *SEBASTIÃO ROCHA* – Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito de Tartarugalzinho, Sr. Adelino Gurjão e do escritor Osvaldino Raiol. .... 00435

SENADOR *ADEMIR ANDRADE* – Considerações sobre o Movimento dos Focolares, da 1ª Conferência Juvenil para o Futuro realizada no Japão. .... 00439

SENADOR *MAGUITO VILELA* – Justificativa à apresentação de Proposta de Emenda à Constituição, que reduz o recesso parlamentar em 30 dias por ano. .... 00441

**1.2.7 – Discursos encaminhados à publicação**

SENADOR *EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS* – Referências às excepcionais condições de paisagem encontradas no Estado de Tocantins para realização de filmes. Necessidade de apoio do governo federal ao desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional. .... 00443

SENADOR *RENAN CALHEIROS* – Parabeniza os 40 anos da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, transcorrido no dia 25 de janeiro. .... 00444

SENADOR *CARLOS PATROCÍNIO* – Consolidação do Estado de Tocantins como a nova fronteira agrícola do País. .... 00446

**1.3 – ENCERRAMENTO****2 – RETIFICAÇÃO**

Ata da 163ª Sessão Deliberativa Ordinária, realizada em 28 de novembro de 2000, e publicada no Diário do Senado Federal do dia subsequente. .... 00451

**3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 6-2-2001****4 – EMENDA**

Nº 56, adicionada à Medida Provisória nº 2.095-71, de 2001. .... 00451

**5 – ATOS DO PRESIDENTE**

Nº 5, de 2001, referente ao servidor Gláucio Ribeiro de Pinho. .... 00453

Nº 6, de 2001, referente ao servidor Célio Elias Silva Araújo. .... 00454

**6 – ATOS DO DIRETOR-GERAL**

Nº 77, de 2001. (Republicação) .... 00455

Nº 84, de 2001. .... 00456

Nº 85, de 2001, referente ao servidor Antonio Ostrowski. .... 00457

Nº 86, de 2001, referente à servidora Vanilde Pereira de Oliveira. .... 00458

Nº 87, de 2001, referente à servidora Sandra da Silva Rodrigues. .... 00459

Nº 88, de 2001, referente ao servidor Espedito Augusto Conceição. .... 00460

Nº 89, de 2001, referente ao servidor Luiz Gonzaga Silva. .... 00461

Nº 90, de 2001, referente ao servidor Cesar Teixeira Sipriano. .... 00462

Nº 91, de 2001, referente à servidora Márcia Lemes da Silva Faria. .... 00463

Nº 92, de 2001, referente ao servidor Álvaro Leonardo Dias de Sousa Martins. .... 00464

Nº 93, de 2001, referente à servidora Maria Lúcia Antonio de Oliveira. .... 00465

Nº 94, de 2001. .... 00466

Nº 95, de 2001, referente à servidora Cleuza Mendes Carlesso. .... 00467

Nº 96, de 2001, referente à servidora Vera Lúcia Miranda Bittencourt. .... 00468

Nº 97, de 2001, referente à servidora Maria de Fátima Pinheiro Câmara. .... 00469

**7 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)****8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR****9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****10 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA****11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)**

## Ata da 4ª Sessão Não Deliberativa em 6 de fevereiro de 2001

### 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo  
Ademir Andrade, Carlos Patrocínio e Lauro Campos*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lauro Campos, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

#### EXPEDIENTE

##### AVISO

##### DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Nº 2, de 2001 (nº 8.476/2000, na origem), de 29 de novembro passado, encaminhando as informações complementares referentes ao Requerimento nº 336, de 2000, do Senador Geraldo Cândido. À Comissão de Fiscalização e Controle.

*As informações complementares foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.*

*O Aviso original foi autuado como Aviso nº 2, de 2001, e vai à Comissão de Fiscalização e Controle.*

*O Requerimento vai ao Arquivo.*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – O Expediente lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Sem prejuízo dos demais oradores, concedo a palavra ao eminente Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Carlos Patrocínio, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero ressaltar que estamos esperando para a tarde de hoje pronunciamento importante do Senador Jefferson Péres, que, inclusive, avisou a todos os Srs. Senadores e Sr<sup>as</sup> Senadoras que irá apresentar a sua proposta de plataforma para fortale-

cer a instituição, o Senado Federal, e o Congresso Nacional. Seria extremamente importante que também o outro candidato à Presidência do Senado até o momento, o Senador Jader Barbalho, pudesse comparecer hoje ao plenário, para que pudéssemos ouvir as proposições de ambos os candidatos à Presidência do Senado, para que ambos aqui conosco interagissem. Ambos poderão não apenas expor as suas idéias como também ouvir de todos os Senadores as sugestões e avaliações de cada um sobre as suas plataformas.

No momento em que estamos debatendo a sucessão no Senado, a mudança da Presidência e da Mesa, e na Câmara dos Deputados, quero propor aos contendores que estejam de fato dispostos a fortalecer a instituição, o Congresso Nacional, especialmente ao Presidente do Senado, que serão Presidente do Congresso, como primeira medida, que convide o Presidente da República para que, na abertura dos trabalhos da sessão legislativa – portanto, no dia seguinte à eleição –, no dia 15 de fevereiro, venha pessoalmente ler a sua mensagem e o seu plano de governo, expor a situação do País e solicitar as providências que julgar necessárias, em vez de simplesmente remetê-los pelas mãos do Ministro Chefe da Casa Civil, para serem lidos de maneira impessoal pelo 1º Secretário da Câmara dos Deputados, como tem ocorrido.

Estou aguardando a votação de proposta de emenda à Constituição que regulamenta isso, cujo parecer na Comissão de Constituição e Justiça é do Senador Sérgio Machado, Líder do PSDB. Ressalto, entretanto, que a exemplo do que já fez o Presidente José Sarney, quando era Presidente da República, pode perfeitamente o Presidente Fernando Henrique Cardoso comparecer ao Congresso Nacional, obviamente com a anuência e – espero – o convite da Mesa do Congresso Nacional, para a leitura daquela mensagem.

Seria o momento oportuno para que o Presidente viesse dizer quais as suas metas de crescimento

da economia, de melhoria da distribuição de renda, de efetiva erradicação da pobreza e do analfabetismo, de universalização das oportunidades de educação, de aceleração da reforma agrária, de expansão dos programas de microcrédito, de estabilidade de preços, e assim por diante.

O ideal seria que os Congressistas, por seu Líderes, pudessem também opinar sobre o que fosse dito pelo Presidente. Estaríamos, num regime presidencial, colocando em prática alguns dos aspectos mais interessantes do diálogo mais comum que ocorre nos parlamentos de outros países, mais ainda naqueles de regime parlamentarista. Lembro que um dos momentos mais altos do regime presidencial norte-americano se dá justamente quando do comparecimento do Presidente da República ao Congresso Nacional para transmitir a sua mensagem sobre o Estado da União.

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, Senador Edison Lobão.

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – A idéia de V. Ex<sup>a</sup> não é nova, mas é boa. O próprio Presidente José Sarney já fez isso, espontaneamente.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – E S. Ex<sup>a</sup> me relatou como foi.

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – S. Ex<sup>a</sup> compareceu à abertura de uma sessão legislativa do Congresso Nacional num instante em que sua popularidade não era boa, e todavia foi aplaudido de pé por todos os parlamentares. Mas, ao lado disso, há algumas iniciativas legislativas no Congresso propondo que o Presidente da República compareça a essa primeira sessão para a leitura de sua mensagem, a exemplo do que faz o Presidente americano – como lembra V. Ex<sup>a</sup>. Portanto, não só pelo menos estamos de pleno acordo.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Agradeço o apoio de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Edison Lobão. Quem sabe o apoio de V. Ex<sup>a</sup> a essa iniciativa significa também o apoio de V. Ex<sup>a</sup> ao candidato do Bloco de Oposição, que, acredito, irá propor iniciativa dessa natureza. Espero que inclusive o próprio candidato do PMDB, o Senador Jader Barbalho, também esteja de acordo com tal proposição. Acredito que os 81 Senadores podem estar de acordo com a minha sugestão e que poderemos logo votar proposição nesse sentido.

Mas havendo iniciativa do Presidente do Congresso Nacional de convidar o Presidente da Repúbli-

ca para aqui com pa re cer, a exem plo do que fez o Presidente José Sarney, no último ano do seu mandato – conforme relembra V. Ex<sup>a</sup>, foi um momento difícil da popularidade do Presidente José Sarney, e S. Ex<sup>a</sup>, entretanto, resolveu comparecer ao Congresso para mostrar o que tinha a dizer, e foi bem recebido, na oportunidade, pelos Congressistas –, deveria o Presidente Fernando Henrique Cardoso aceitar.

Na última quinta-feira, em Porto Real, no Rio de Janeiro, o Presidente Fernando Henrique Cardoso disse que o crescimento previsto de 4,5% do Produto Interno Bruto para o ano 2001 equivaleria a uma taxa de crescimento tão positiva quanto a dos tempos do chamado milagre econômico brasileiro, uma vez que nos anos 70 a população brasileira estava crescendo a taxa próxima de 3% ao ano, e que agora a previsão é crescer à taxa de 1,3% ao ano.

A afirmação do Presidente precisa ser melhor qualificada, porque não é inteiramente correta. Em primeiro lugar, nos anos de maior crescimento da economia, nos anos do chamado milagre econômico, sobretudo no período de 1968 a 1974, a taxa média de crescimento da economia foi superior a 10% ao ano. Em 1973, tinha chegado a mais do que 13% ao ano. A população então crescia em patamar próximo de 2,9%, taxa que foi decrescendo da década de 60 para a década de 70. Se tomarmos o período de 1947 a 1980, o Brasil teve taxa média de crescimento da economia da ordem de 7% ao ano. O que mostra que a potencialidade de crescimento da economia brasileira é muito maior do que a que temos presenciado. E mesmo que a taxa de crescimento da população tenha diminuído do patamar próximo de 2,9 para 1,3% neste início do século XXI, satisfazer-se com taxas de crescimento de 4, de 4,5%, para um país que cresceu tão pouco nos anos 80 e 90, é algo que considero inaceitável, é uma perspectiva não adequada.

**O Sr. Roberto Requião** (PMDB – PR) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte, Senador?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, Senador Roberto Requião. Permite-me dizer apenas mais uma frase.

**O Sr. Roberto Requião** (PMDB – PR) – Como não!

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Basta observar o que tem ocorrido com outros países em desenvolvimento que estão realizando esforços notáveis para recobrar o seu atraso. Vou citar, Senador Roberto Requião, o caso de alguns países que, depois de períodos de atraso em seu crescimento histórico, estão conseguindo taxas notáveis de cresci-

mento, taxas muito superiores às que vêm sendo alcançadas pelo Brasil. Obviamente, precisamos estar sempre pensando não apenas no crescimento do PIB, mas também na questão da melhoria da distribuição da renda.

**O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT - SP)** – Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR)** – Em junho ou julho de 1998 ou 1999 se não me engano, a **Folha de S. Paulo** publicou uma longa entrevista com o papa da globalização, Lester Thurow, que faz uma comparação entre o crescimento dos diversos países do mundo. Senador Edison Lobão, ele mostra, por exemplo, que os Estados Unidos levaram 115 anos para alcançar o nível de desenvolvimento da Inglaterra e que o Japão levou mais do que isso para chegar ao nível dos países desenvolvidos. Considerando que os países desenvolvidos não pararam seu processo de crescimento, a tal globalização é a última **ratio** do processo de desenvolvimento dos países avançados do mundo; ao mesmo tempo em que nos segrega, dá um fôlego de crescimento, no momento atual, aos Estados Unidos e aos países mais desenvolvidos. O ritmo de crescimento presumido pelo Presidente Fernando Henrique foi de 4% ao ano. Vamos admitir que isso seja possível, que isso seja verdade, apesar de não ser exatamente o que vemos, pois alguns setores internacionalizados estão crescendo e o País está regredindo. Mas, admitindo esse ritmo e um crescimento demográfico de 2% ao ano não acredito nesses 1,3%, quando já foi de 2,9%, para chegarmos ao nível de um país desenvolvido precisaríamos de cerca de 160 anos. Nada justifica o otimismo brasileiro. O Brasil teria de crescer a taxas muito superiores. Melhor do que isso, Senador Eduardo Suplicy, o Brasil devia crescer tendo como objetivo um outro modelo de desenvolvimento, em que não se abandonassem as conquistas tecnológicas e científicas, mas em que se pensasse um pouco mais na distribuição de renda e na qualidade de vida. Um país não é um livro-caixa de partida dupla, com entradas e saídas de recursos. A medida real do desenvolvimento de um país é a felicidade do povo. Um suposto crescimento econômico contábil com marginalização e desemprego não leva rigorosamente a nada. E eu concedo ao Presidente Fernando Henrique a certeza de que nem Sua Excelência acredita no que está dizendo. Isso não é desenvolvimento econômico, mas sim aprofundamento da marginalização. E esse crescimento, colocado em po-

sição relativa a outros países, é rigoroso e absolutamente ridículo.

**O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT - SP)** – Senador Roberto Requião, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte. V. Ex<sup>a</sup> apontou justamente os aspectos que eu gostaria de enfatizar.

Obviamente, um país com relativo atraso, como é o caso do Brasil, precisa realizar um esforço muito maior do que aqueles que já conseguiram estágios de desenvolvimento tão altos quanto os do Japão, de países europeus e dos Estados Unidos da América. E V. Ex<sup>a</sup> bem lembra que esses países – não tanto o Japão nos últimos anos, mas os Estados Unidos – têm passado por um dos seus mais longos períodos de crescimento. De 1993 ao ano 2000, durante o governo do Presidente Bill Clinton, os Estados Unidos mantiveram taxas de crescimento superiores a 4% ao ano e taxas de desemprego das mais baixas havidas em sua história recente. No biênio 1992/1993, a taxa de desemprego era de pouco mais de 7% e, no ano passado, foi da ordem de 4%. Há ligeiros sinais de recessão hoje, mas com taxas de desemprego em torno de 4,1%, ainda, portanto, um ritmo de crescimento superior a 2% ao ano.

**O Sr. Roberto Requião (PMDB - PR)** – Enquanto isso, Senador Eduardo Suplicy, a **Gazeta Mercantil** da semana passada nos informa, em um artigo muito bem estruturado, que o Estado do Paraná teve um decréscimo no crescimento industrial de 4%. Salvo engano, o Ceará, a Bahia, o Rio de Janeiro e Santa Catarina tiveram um crescimento positivo. E o Paraná teve um crescimento industrial negativo, com toda aquela história da aventura das montadoras. A Chrysler, contrato secreto com o Governo do Estado, está fechando, já paralisou as suas atividades. Só não as encerrou completamente para não ter de adiantar os créditos tributários de que foi exonerada; uma vez encerradas suas atividades, essa empresa teria de devolver para o Estado perto de R\$120 milhões. É um investimento, Senador Edison Lobão, totalmente feito pelo Estado: infra-estrutura e o restante por exoneração fiscal, inclusive exoneração de ICMS de veículo importado dos Estados Unidos. Então, estamos vivendo um surrealismo. Agora, Senador Eduardo Suplicy, compre qualquer um desses jornais que circulam no Brasil e ligue um canal de televisão que V. Ex<sup>a</sup> verá, como vemos eu e todos os telespectadores da **TV Senado**, a mentira repetida à exaustão, a propaganda de um desenvolvimento que não existe. No entanto, a propaganda bate na realidade, e a realidade acaba entrando pela porta e pela janela dos brasilei-

ros: a realidade da marginalização, a realidade do desemprego. E a coisa fica tão triste, Senador Suplicy, que, de repente, até um propagandista do queijo **roquefort** francês, o José Bové, faz sucesso. Ele faz sucesso no Brasil quando defende a agricultura francesa, o que não seria exatamente um problema do Brasil. Era preciso haver aqui Bovés autóctones defendendo a nossa agricultura, as nossas exportações, no momento atual principalmente, quando os Estados Unidos e o Canadá brincam de simular problemas com a carne brasileira. Mas Bové, que defende o queijo **roquefort**, foi um sucesso em Porto Alegre. Não sei se V. Ex<sup>a</sup> é um consumidor desse tipo de queijo. Os Estados Unidos não o importam mais. Acho-o extraordinário. Só não consigo entender como Bové, defendendo o consumo do queijo **roquefort** no mundo, tenha feito tanto sucesso no encontro de Porto Alegre.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Felizmente para o Paraná, Senador Roberto Requião, V. Ex<sup>a</sup> tem, ao seu lado, um Senador que é um defensor da agricultura e um exímio representante de pessoas que defendem, inclusive, a produção da carne e a produção agrícola do Paraná. Se não tem um bigode como o do Bové, o Senador Osmar Dias tem muito mais do que isso: uma barba que o torna um excelente representante e defensor da agricultura no Brasil.

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Senador Edison Lobão, eu gostaria de completar...

**O Sr. Roberto Requião** (PMDB – PR) – E defensor do queijo de Minas Gerais. É um consumidor muito restrito o do **roquefort**, feito com o leite de cabra.

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex<sup>a</sup>, que faz um discurso apenas para aguardar o Senador Jefferson Péres, acaba gerando um debate muito interessante sobre a economia brasileira. No entanto, ao fazer isso, embora não tenha dito expressamente, também faz a exaltação da revolução, quando diz que o Brasil cresceu a 10%, 13%. Isso é a realidade; V. Ex<sup>a</sup> não está faltando com a verdade. Entretanto, omitiu...

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> ainda precisa ouvir a parte complementar do meu pronunciamento.

**O Sr. Edison Lobão** (PFL – MA) – Eu a ouvirei em seguida. Agora, não temos realmente muita razão de queixas quanto ao nosso crescimento, pois sabemos que, no século passado – século do qual acaba-

mos de sair –, o Brasil foi o segundo país do mundo que mais cresceu. É claro que estamos ainda atrasados, como disse o Senador Roberto Requião, com toda a razão. Há bolsões de pobreza, e o País não chegou, evidentemente, ao seu patamar ideal de crescimento e de felicidade na economia e no bem-estar social, mas o fato é que temos crescido muito. O problema foi que nos atrasamos em demasia no período anterior, e, por isso, por mais que estejamos crescendo – e estamos –, sempre ainda é muito pouco.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – Senador Edison Lobão, obviamente, o crescimento no período do milagre econômico, a que se referiu o Presidente Fernando Henrique Cardoso, precisa ser qualificado pela desigualdade que o caracterizou e que, infelizmente, não foi resolvida até hoje.

A esse propósito, gostaria de assinalar pelo menos três exemplos de países citados no Relatório do Desenvolvimento do Mundo do Banco Mundial de 2000 e 2001 que tiveram comportamentos de crescimento bem mais acentuados do que o Brasil. Refiro-me, por exemplo, para o ano de 1999, à República Popular da China, que teve crescimento de 7,2% do PIB e um crescimento de sua população de 1,1%, o que resultou no crescimento de seu PIB **per capita** de 6,3% por ano. A Índia teve um crescimento do PIB de 6,9%, e, dado o crescimento da sua população de 1,8%, o crescimento de seu PIB **per capita** foi de 4,9%. A Coreia teve, em 1999, um crescimento de 11% ao ano – vejam que estava saindo de uma fase de recessão –, e, em virtude do crescimento de 1% da sua população, sua taxa de crescimento do PIB **per capita** foi de 10,1%.

Se esses três países podem crescer a taxas tão acentuadas, por que é que nós não podemos fazê-lo? O que tem persistido entre nós é a má distribuição da renda e o fato de ainda haver aqui uma pobreza acentuada.

E é justamente isso que eu gostaria de ouvir do Presidente da República quando da sua mensagem. Gostaria que Sua Excelência a fizesse pessoalmente no próximo dia 15, para não apenas estar falando de metas de crescimento, mas também de como o Brasil vai deixar a posição tão incômoda – posição que nada nos honra – de figurar nesse relatório do ano 2000 e 2001 como o terceiro país com pior distribuição de renda no mundo. O Coeficiente de Gini de Serra Leoa é de 62,9; o da República Central da África é de 61,3; e, infelizmente, o do Brasil é de 60, o terceiro mais

alto. Portanto, estamos persistindo na nossa extraordinária desigualdade.

O que espero é que o Governo Fernando Henrique Cardoso e os governos que vierem a ser responsáveis pelo Brasil possam agir, quanto a esse aspecto, com muito maior urgência do que até agora o presente Governo tem agido.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PAULO HARTUNG** (PPS – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> por cinco minutos.

**O SR. PAULO HARTUNG** (PPS – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o contencioso entre Brasil e Canadá é um fato preocupante que seguramente exige habilidade política, diplomacia e, acima de tudo, firmeza por parte do Governo brasileiro. A situação agravou-se desde que o Governo canadense anunciou, na semana passada, que estava suspendendo a importação de carne bovina do Brasil, decisão seguida pelos Estados Unidos.

A preocupação de alguns Senadores com a situação, manifestada aqui neste plenário na sessão de ontem, reflete a necessidade de o Congresso Nacional entrar firme nesse debate.

Creio, Sr. Presidente, que o primeiro passo é a convocação do Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, ao Senado, para explicar o impasse que se radicalizou e entrou no campo das retaliações, colocando em risco as boas relações diplomáticas entre os dois países.

Apresentei aqui ontem requerimento convocando o Ministro Celso Lafer para explicar os desdobramentos desses impasses envolvendo o Brasil e o Canadá e que teve início – é bom que se diga aqui no plenário – na disputa entre a Embraer e a Bombardier pelo mercado de aviões americano.

Minha expectativa é que, aprovado hoje o requerimento – e já vi que há boa vontade por parte do Presidente Antonio Carlos Magalhães e de V. Ex<sup>a</sup> –, o Ministro possa vir o mais rápido possível ao Senado para apresentar as medidas que estão sendo tomadas para equacionar essa briga comercial.

O Governo vem cometendo uma sucessão de erros na condução da política de comércio exterior. Podem estar aí – acredito eu – as brechas encontradas pelo Governo canadense para retaliar as nossas exportações, arrastando com ele outros países e causando com isso enormes danos à nossa economia.

O editorial do jornal **O Estado de S. Paulo** de hoje e as análises feitas pelo **site** Primeira Leitura deixam claro que o Governo brasileiro acabou fortalecendo a postura do Canadá, quando simplesmente não respondeu à solicitação do Governo daquele país, que pediu, em 1998, informações sobre o controle no Brasil da encefalopatia espongiforme, popularmente conhecida como Doença da Vaca Louca.

Na área do Nafta – é bom que se diga –, o Canadá é o país responsável pela certificação sanitária dos produtos sul-americanos, e suas decisões são acompanhadas pelos Estados Unidos e pelo México. A imprensa informa-nos, hoje, que a resposta completa ao questionamento feito pelos canadenses há quase três anos só foi remetida à Agência de Inspeção Alimentícia daquele país na última quinta-feira, dia primeiro de fevereiro.

Como se não bastasse o litígio envolvendo as disputas aerocomerciais entre Brasil e Canadá, o embargo à produção nacional de carne revela que estamos diante de um ato de represália que procura tirar proveito da fragilidade e, em alguns casos, até da precariedade da burocracia do nosso Governo.

A nossa compreensão neste momento é que os fatos se desdobram e revelam a urgência da vinda do Ministro Celso Lafer a esta Casa. Acredito que essa seria a melhor maneira de o Congresso Nacional tomar ciência da situação e participar da discussão, apoiando, inclusive, as medidas corretas que o Governo estiver tomando e tendo a oportunidade de contribuir com novas medidas e com novas ações que o Governo precisa tomar.

Esse episódio revela que o jogo do comércio internacional é pesado e leva mais canelada – usando uma expressão do futebol – quem não entra na disputa para decidir. Está aí o resultado negativo da balança comercial brasileira que já acumula neste ano um déficit de US\$557 milhões, dos quais US\$78 milhões apenas nos dois primeiros dias úteis da primeira semana de fevereiro. Os números revelam que, na comparação com o mesmo período de 2000, as nossas exportações caíram 12,9% em consequência da queda das vendas de produtos básicos e também de manufaturados.

Todos nós sabemos que não há qualquer suspeita da incidência da Doença da Vaca Louca no rebanho brasileiro. Isso é público. O que há por trás da decisão do Canadá é pura retaliação em função da disputa pelo mercado de aviões.

São lances de uma guerra comercial que o Brasil ainda vacila em enfrentar, mas na qual o Canadá já apresentou pelo menos uma arma: a represália, contando – o que é o pior de tudo – com o apoio dos seus parceiros do Nafta. Isolado e em desvantagem nessa guerra comercial, o Brasil precisa agir, por meio do Governo brasileiro, do Congresso Nacional, do Senado Federal. E penso que a vinda do Ministro aqui é o ponto de partida para que possamos aprofundar esse debate e passar a agir com força, com determinação e com energia.

Era essa a comunicação que queria fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

**O SR. BERNARDO CABRAL** (PFL – AM) – Sr. Presidente, antes que V. Ex<sup>a</sup> conceda a palavra ao Senador Roberto Saturnino, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem, Senador Bernardo Cabral.

**O SR. BERNARDO CABRAL** (PFL – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em aditamento à manifestação do eminente Senador Paulo Hartung, sugeriria a V. Ex<sup>a</sup> que, antes da votação do requerimento, fosse feito um aditamento para que também comparecesse o Ministro das Relações Exteriores.

**O Sr. Paulo Hartung** (PPS – ES) – Mas eu convoquei o Ministro das Relações Exteriores.

**O SR. BERNARDO CABRAL** (PFL – AM) – E o Ministro da Agricultura?

**O Sr. Paulo Hartung** (PPS – ES) – Seria esse o aditamento.

**O SR. BERNARDO CABRAL** (PFL – AM) – Então, faço o aditamento, Sr. Presidente, se V. Ex<sup>a</sup> concordar, para os dois Ministros.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – A Mesa deseja esclarecer, tendo em vista os termos da sugestão do Senador Bernardo Cabral, que, se se desejar convocar um outro Ministro a comparecer ao Senado Federal, é necessário que haja um novo requeri-

mento, em separado do requerimento do Senador Paulo Hartung.

**O SR. OSMAR DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para comunicar que estou apresentando requerimento para que o Ministro da Agricultura também seja convidado a comparecer. Acredito que isso atenderá ao apelo do Senador Bernardo Cabral.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – A Mesa está ciente da comunicação de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Maguito Vilela, pedindo desculpas ao Senador Roberto Saturnino, a quem a Mesa já havia concedido a palavra.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também peço escusas ao Senador Roberto Saturnino. Solicito a V. Ex<sup>a</sup> a minha inscrição para uma comunicação inadiável no horário oportuno.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – V. Ex<sup>a</sup> será inscrito, Senador Maguito Vilela.

**O SR. PRESIDENTE** (Geraldo Melo) – Senador Roberto Saturnino, V. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (PSB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o dólar, ontem, ultrapassou a barreira dos R\$2,00. Pela informação que tenho, hoje se mantém sem flutuação maior, em torno dessa cotação.

Nada de assustador haveria nessa desvalorização do real, determinada pelo próprio mercado, que acresce os custos da nossa produção com insumos importados e que empobrece o povo brasileiro na medida em que desvaloriza ainda mais o seu salário. De qualquer forma, diria que não há nada de assustador numa variação que é inteiramente normal quando uma moeda está submetida ao regime de flutuação, como o caso do nosso real.

A questão, Sr. Presidente, é que essa desvalorização do real não é um fenômeno conjuntural. Trata-se de uma tendência de natureza estrutural, resultante da verdadeira armadilha em que se encontra a economia brasileira, resultado da política que tem sido aplicada pelo Governo.

As autoridades econômico-financeiras do País fizeram muita questão que o Congresso aprovasse a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque tinham um compromisso com Washington de que isso seria feito. Evidentemente, não se interessaram por nenhuma lei de responsabilidade cambial ou lei de responsabilidade patrimonial, enfim, qualquer um desses mecanismos que fatalmente viria a puni-los exatamente pela falta de responsabilidade com que agiram nos últimos anos, levando o País, a economia nacional, a essa armadilha em que hoje se encontra.

Na verdade, Sr. Presidente, a cotação do dólar está subindo porque a nossa balança comercial – já nem quero falar do balanço de pagamentos, pois esse está com gigantesco déficit, garantido pela remessa de lucros, pelo pagamento de serviços, pelo pagamento de juros da dívida e tudo o mais –, que, de dois anos para cá, desde a desvalorização no início de 1999, tinha previsões muito otimistas por parte do Governo, como saldos de aproximadamente US\$5 bilhões, acabou resultando em déficit. No ano passado, a previsão era de um saldo de US\$5 bilhões e acabou com um déficit de quase US\$1 bilhão.

Este ano, outra vez. Prevê-se um saldo na balança comercial, e o primeiro mês já registra um déficit substancial. O mercado está vendo que essa é uma tendência de longo prazo e que a economia brasileira está condenada a déficits crescentes no balanço de pagamentos e mesmo na balança comercial, como resultado da armadilha em que foi colocada.

A armadilha resulta exatamente da desnacionalização da nossa indústria. As privatizações das nossas grandes empresas, a venda das nossas indústrias privadas a preços de conveniência fizeram com que os novos detentores algumas vezes fechassem fábricas que produziam insumos para a própria produção nacional e, outras vezes, as mantivessem abertas, mas com redução da produção e demissão de empregados, transformando – isto é importante – todo o esquema de produção em importação de insumos, predominantemente.

Essas empresas são multinacionais que traçam a sua estratégia sem nenhuma consideração aos interesses nacionais do Brasil, mas apenas à maximização da sua lucratividade. Na medida em que assim agem, ao adquirirem uma produção nacional que se abastecia com insumo nacional, trocam esse insumo nacional por importações de filiais suas ou de associadas suas. De forma tal que, hoje, qualquer crescimento da atividade produtiva brasileira, qualquer crescimento da economia brasileira seguramente vai

acarretar um crescimento mais do que proporcional das importações, gerando um déficit comercial crônico e toda uma insegurança no tocante ao balanço de pagamentos e à crise cambial, o que leva naturalmente o mercado a reagir, aumentando a cotação do dólar.

Essa armadilha está aí posta. Como sair dela? Este Governo implantou essa situação com a abertura indiscriminada para atender aos apelos da globalização e com a venda das empresas nacionais, estatais ou privadas, a preços de conveniência. E essa situação se agrava na medida em que a economia brasileira desnacionaliza também grandes empresas prestadoras de serviço, como é o caso das empresas de telecomunicações e de produção de energia elétrica. Essas empresas não geram exportação nenhuma; geram, isto sim, importações. Isso porque, na medida em que foram desnacionalizadas, a produção de seus serviços passou a contar com um acréscimo de importação de equipamentos, de insumos de toda natureza, gerando uma grande pressão sobre o dólar. Elas não geram nenhuma exportação porque seus serviços são destinados ao mercado interno brasileiro, que, aliás, é grande o bastante para provocar o interesse dessas empresas. Não geram exportação, mas geram pressão nas importações de insumos e pressão no balanço de serviços, na medida em que as remessas dos lucros, garantidas pela própria legislação brasileira devido à ação das agências reguladoras respectivas, serão sucessivas nos próximos anos. A longo prazo, isso gerará a continuidade desse déficit gigantesco na nossa balança de serviços.

Está aí caracterizada a irresponsabilidade sob o ponto de vista cambial, que se está manifestando como uma tendência de longo prazo, agravada por novos fatores que vão surgindo no horizonte. O arrefecimento da atividade econômica nos Estados Unidos, o chamado "pouso da economia americana" – uns dizem que é um pouso suave, outros dizem que é emergencial, veloz –, não obstante a redução dos juros praticada pelo Banco Central americano, o **Federal Reserve Bank – FED**, não dá sinais de recuperação. Com isso, as perspectivas de crescimento das exportações brasileiras vão se estreitando consideravelmente, apesar dos bafejos do Governo brasileiro.

Em segundo lugar, mais recentemente houve a retaliação às nossas exportações, uma verdadeira guerra comercial. O Senador Paulo Hartung fez muito bem em convocar o Ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, para dar explicações e nos informar – a nós, Senadores, e à opinião pública brasileira – sobre

o significado efetivo e real dessa atitude, que não foi só do Canadá, mas do Nafta. A verdade é que esses três países estão unidos econômica e politicamente. Vamos falar claro: a associação dos Estados Unidos com o Canadá e com o México é econômica mas é também política, defendendo, portanto, os interesses das economias associadas. E na medida em que o Canadá, a pretexto de defesa sanitária do seu rebanho, proíbe a importação de carne brasileira, os Estados Unidos e o México seguem-no automaticamente.

Hoje, há notícias de que os Estados Unidos vão atenuar essa restrição e começarão a importar a nossa carne. Sinceramente, Srs. Senadores, não acredito, porque acho que essa é uma posição mais política do que econômica. Ninguém jamais levantou suspeita sobre a existência da doença da vaca louca no rebanho brasileiro, um tipo de rebanho que não se alimenta de rações de origem animal, e que, por conseguinte, não está sujeito a infecção por parte da proteína que provoca a doença.

Portanto, trata-se de uma atitude política que tem suas raízes na contenda da Embraer com a Bombardier. Mas não é só isso. É também uma guerra econômica que pretende forçar o Brasil a aceitar de joelhos o seu ingresso na Alca, a grande associação americana de livre comércio, onde a nossa economia iria comparecer com o seu modesto grau de produtividade, entregando sua produção aos gigantes do Hemisfério Norte.

Sr. Presidente, permito-me ler apenas o primeiro parágrafo do Informe Econômico do jornalista Valdez Caetano, publicado na edição de hoje do **Jornal do Brasil**, onde ele diz:

Os acontecimentos dos últimos dias em torno do episódio da Bombardier **versus** vaca louca mostram que a guerra comercial na economia globalizada representa, cada dia mais, assunto para gente grande. As exportações brasileiras estão crescendo e incomodando. A represália dos países da Alca (Estados Unidos, Canadá e México) ao subsídio dos aviões da Embraer veio justamente sobre a carne, um produto cuja capacidade de crescimento das exportações é a maior entre os principais exportadores mundiais.

Assim, Sr. Presidente, é preciso atingir aqueles países que têm algum potencial de concorrência nessa guerra comercial internacional, e o Brasil é um concorrente em determinados setores. Por exemplo, o de exportação de carne. Obviamente, essa medida

retirá do mercado a vantagem de algum outro produtor que não tem a nossa produtividade e a nossa sanidade do rebanho. Portanto, é a declaração de uma guerra particular que começa aqui e ali, mas que tem como objetivo impedir que a economia brasileira atinja as dimensões de uma concorrente substancial no mercado internacional.

Esse é o verdadeiro significado dessa guerra, que nos leva ao reconhecimento de um fator agravante: além da tendência a longo prazo que vem colocando a economia brasileira na armadilha de não poder crescer sem gerar uma pressão sobre a taxa cambial e produzir, por conseguinte, um acréscimo de custos que dificultará sua competitividade no mercado econômico, ingressam como fatores nesse quadro essas manifestações de ordem política que, no fundo, nos pretendem enquadrar no sistema comandado pelos países do Norte e submeter a nossa economia à Alca, que seria antecipada para 2003.

Há notícias – ainda contraditórias – de que a Argentina estaria capitulando, mas o fato é que, depois da capitulação do Chile, que estava aceitando entrar no Mercosul e que renegou o convite para associar-se diretamente aos Estados Unidos, a Argentina dá sinais de que estaria seguindo o Chile.

Permito-me, Sr. Presidente, ler também um parágrafo de matéria publicada hoje no jornal **O Valor**, com o título "Argentina dá sinais de que aceita antecipar a Alca":

A Argentina admite antecipar, de 2005 para 2003, o lançamento da Área de Livre Comércio das Américas (Alca). O sinal foi dado ontem por um dos principais integrantes da equipe econômica argentina – o secretário de Finanças, Daniel Marx.

"É algo que gostaríamos de analisar e ver quais são as vantagens. Não descartamos que haja algumas vantagens em se fazer isso", disse Marx, que se reuniu ontem, em Washington, com o novo secretário de Tesouro dos Estados Unidos, Paul O'Neill. "A Argentina está buscando ter as opções abertas. Não há nenhum custo em explorar opções".

Sr. Presidente, o pior cego é aquele que não quer ver. E só não enxerga quem não quer ver: há uma ação desencadeada por parte dos Estados Unidos para cooptar a Argentina, nosso principal sócio no Mercosul, para a Alca. E o novo governo americano, o Governo Bush, tem mais empenho em

executar essa manobra e tem mais condições de obter junto ao Congresso americano autorização para uma negociação mais rápida, o chamado **fast track**.

Isso tudo nos empurra para a aceitação dessa manobra, que será extremamente prejudicial aos interesses econômicos do Brasil e do nosso povo. O quadro está aí para quem quiser ver. E a ele se somam todos os fatos produzidos pela própria política econômica do Governo que geram a vulnerabilidade da nossa economia, a nossa fraqueza diante das pressões internacionais de caráter comercial e financeiro.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS)** - Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ)** – Ouço, com muito prazer, o Senador Pedro Simon.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS)** – Felicito V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento. Mas não há como negar que, desde a sua criação, o Mercosul foi recebido com tremenda antipatia pelos Estados Unidos. Os Estados Unidos nunca esconderam que receberam quase que como uma afronta a criação do Mercosul. O Presidente José Sarney, o Presidente Raul Alfonsín e o Presidente uruguaio – teve uma importância muito grande nesse processo – tiveram muita competência e foram levando tranqüilamente, serenamente. A Argentina desde o início sentiu que não era bom, desde o início manifestou-se contrariamente. Mas a verdade é que deu certo. Deu certo. A Argentina, contrária anteriormente, elegeu Carlos Menem. Ele mudou completamente a política na Argentina, e continuou aceitando o Mercosul tal como vinha funcionando. No Brasil, saiu o Sarney e entrou o Collor, que também apoiava. Saiu o Collor, entrou o Itamar, que também aceitava. E o Mercosul passou a ser uma realidade. Desde o início, esperava-se que o Chile viesse a integrar o Mercosul. Aliás, deveria ter entrado no início, mas, à época, o Chile argumentava que, devido a diferenças cambiais, à falta de proteção nesse setor, eles deveriam ter compensações. Do contrário, tendo em vista o protecionismo que se estabeleceria aos membros que integrariam o Mercosul, a situação deles ficaria difícil. Pouco depois, com o êxito do Mercosul, o Chile aceitou. E já se passou a discutir o fato de que o Mercosul não deveria ser Mercosul, mas deveria ser América do Sul. Desde essa época, o mercado americano, fundado com o México e o Canadá, começou a crescer. E fecharam-se entre si. Na verdade, eles querem terminar com todas as facções, como a Alca, transformando a América do Sul em colônia ofi-

cial dos Estados Unidos. Como é que vamos discutir, negociar com os Estados Unidos sem um mínimo de proteção? Como vamos deixar as fronteiras totalmente abertas? O Congresso votou – não sei se V. Ex<sup>a</sup> estava aqui –, o Senado votou por unanimidade moção, não digo contra a Alca em termos definitivos, mas no sentido de que não se deve falar em Alca enquanto o Mercosul não estiver totalmente consolidado. Repare V. Ex<sup>a</sup> que boicotaram o Chile. Estão aproveitando a situação dramática da Argentina para fazerem o mesmo. A rigor, não deixa de estar dentro desse contexto o que o Canadá está fazendo conosco. Vencemos, no que se refere aos aviões brasileiros, normalmente, numa negociação livre. E agora fazem essa retaliação com relação à carne e a outros produtos brasileiros! O Canadá, os Estados Unidos e o México proibirem a importação da carne e de outros produtos brasileiros parece-me ser uma violência, uma crueldade. Alguma coisa tem que ser feita a respeito. Se baixarmos a cabeça e aceitarmos essas questões, vamos partir para uma situação cada vez pior do que a que está aí. Por isso, entendo que o Presidente Fernando Henrique e o Presidente argentino têm que fazer um esforço dramático no sentido de cumprir a determinação existente. Alca, sim, mas lá adiante, quando estiver consolidado o Mercosul, e não a entrada da Alca acabando com o Mercosul sem nenhuma garantia, sem nenhuma proteção. Isso significa que vamos comprar a preço de laranja qualquer produto americano e eles vão vetar quando bem entenderem qualquer produto brasileiro. Com toda a sinceridade, penso que essa questão da Alca e o fato de estar o Canadá – estendendo ao México e aos Estados Unidos – proibindo a importação da carne brasileira sob o argumento da tal da vaca louca de uma hora para outra, dificulta a nossa exportação do produto para qualquer outro lugar, é muito séria e precisa ser vista com atenção. Se o Canadá está dizendo que o produto é grave e está ameaçado, como é que a Europa vai comprar? Quer dizer, eles fazem isso sem preocupação alguma, sem preparo. E aí, Senador, entendo que o Senado brasileiro precisa ter mais ação. Estamos muito imobilizados. V. Ex<sup>a</sup> afirmou que talvez o Presidente Bush tenha mais força no Congresso americano do que tinha o anterior. Concordo, e o Congresso americano funciona, inclusive para defender os interesses americanos, proibindo a entrada de produtos outros. Mas, nesta Casa, não temos nenhuma participação, a não ser a homologação tácita dos embaixadores e a homologação – praticamente lendo e não dizendo nada – dos acordos que já são feitos sem que saibamos. Quando esses acordos chegam ao Senado Federal, já foram ho-

mologados. Como, então, vamos rejeitar algo que já está em pleno funcionamento? O pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, repito, é muito importante, mas não deveríamos nos resumir a ele. A Casa de veria fazer algo além nesse sentido.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ)** – Senador Pedro Simon, recebo com muito regozijo o aparte, como sempre brilhante e substancioso, de V. Ex<sup>a</sup>. Observo que meu pronunciamento se segue a outros feitos ontem aqui por outros Senadores, entre eles o Senador Carlos Patrocínio.

Hoje, por iniciativa do Senador Paulo Hartung, convocamos o Ministro Lafer a dar explicações sobre o contencioso com o Canadá. Temos a obrigação de nos aprofundarmos mais nessa questão. Vindo aqui o Ministro Lafer, não vamos inquiri-lo, não vamos pedir a S. Ex<sup>a</sup> informações tão-somente do caso vacalouca ou Bombardier do Canadá. É preciso que S. Ex<sup>a</sup> nos informe também sobre as pressões que estão sofrendo o Brasil para o ingresso na Alca, sobre as manobras que estão sendo feitas com a Argentina e que, certamente, o Brasil tem conhecimento.

O nosso Itamaraty, o nosso Ministério de Relações Exteriores, tem uma tradição de muita competência. É evidente que nossos diplomatas estão sabendo de muita coisa que nós, Senadores, bem como a opinião pública, não sabemos. Por exemplo: por que o Ministro Lampreia entregou o cargo? A mim não está muito claro isso.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS)** – Para mim também não. Se na dor, cá entre nós, deixar o cargo de Ministro das Relações Exteriores para ocupar sei eu que posição ali fora em uma hora dramática como essa, juro por Deus que não entendo!

**O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ)** – Numa hora dramática, sabendo ele o que sabe.

**O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS)** – Numa hora dramática como essa, juro por Deus que não entendo. O Sr. Lampreia deve uma explicação à Nação.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ)** – Não entendo. Ouço informações, não confirmadas, evidentemente, de que ele estaria sabendo de coisas e não estaria tendo força para enfrentar a equipe econômica, que, afinal de contas, acaba tomando as decisões pelo Governo, decisões que vão influenciar profundamente o comportamento do Brasil, sob o ponto de vista do seu relacionamento internacional.

Penso que, vindo aqui o Ministro Lafer, precisamos indagá-lo sobre todas essas questões e não apenas sobre o caso do contencioso com o Canadá,

que é grave sim, mas que revela, a meu juízo, uma decisão de natureza política.

O nobre Senador Pedro Simon disse muito bem que as nossas exportações para a Europa não estão absolutamente ameaçadas, porque as entidades de natureza tecnológica e científica da Europa, que estão estudando profundamente o assunto, sabem muito bem – porque têm examinado a carne brasileira – que não existe a mínima possibilidade de estarem infectadas com a proteína da vaca louca. Quer dizer, entidades da maior seriedade e do maior rigor examinaram a nossa carne e atestam a boa qualidade da mesma. Entretanto, de repente, levanta-se essa suspeita por parte do Canadá. Obviamente esse é um gesto de natureza política em represália ao crescimento da economia brasileira e à ameaça que o Brasil exerce não só sobre o Canadá, mas sobre os Estados Unidos, o México, enfim, os países que compõem Nafta e que que rem nos obrigar a ingressar na Alca, a fim de completar o cerco de dominação que já está posto sobre a nossa economia, fruto da política econômica que vem sendo desenvolvida pelo Governo.

**O Sr. Geraldo Melo (PSDB – RN)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ)** – Ouço, com muito prazer, o aparte do nobre Senador do Rio Grande do Norte.

**O Sr. Geraldo Melo (PSDB – RN)** – Senador Roberto Saturnino, muito obrigado pela oportunidade que me dá. Eu apenas queria acrescentar uma ponderação dentro dessas preocupações que estão se manifestando hoje, aqui, em relação à questão com o Canadá, sugerindo ao Ministério das Relações Exteriores que verifique até que ponto vão – e, aparentemente, são muito profundas – as ligações empresariais entre a Bombardier e a Raytheon, que é uma empresa com grandes interesses no Brasil. Seria interessante saber em que medida essa conexão não está sendo desprezada como um dos instrumentos de negociação mais importantes que poderíamos ter na discussão da questão com a Bombardier. Era esse o registro que eu queria incorporar ao importante pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ROBERTO SATURNINO (PSB – RJ)** – Registro muito sugestivo e importante, Senador Geraldo Melo. Creio que V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão. Temos que exercer esse direito. Eu diria que, mais do que um direito, é um dever nosso levantar essas suspeições e agir na averiguação, na investigação dessas conexões que, possivelmente ou muito provavelmente, existem.

**O Sr. Maguito Vilela** (PMDB – GO) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (PSB – RJ) – Ouço, com muito prazer, o Senador Maguito Vilela.

**O Sr. Maguito Vilela** (PMDB – GO) – Gostaria de cumprimentá-lo pelo belíssimo pronunciamento, assim como todos os Senadores que também já se manifestaram, inclusive o Senador Paulo Hartung, que tomou a iniciativa de convocar o Ministro das Relações Exteriores, e o Senador Osmar Dias, que em boa hora também pede a convocação do Ministro Agricultura. O Senador Pedro Simon está certo: o Senado Federal, a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional, enfim, todos nós temos que nos preocupar mais com esse episódio. Creio que a vinda do Ministro das Relações Exteriores e do Ministro da Agricultura vai esclarecer, sem dúvida nenhuma, muita coisa a respeito dessa contenda entre Canadá, seguido agora pelos Estados Unidos e pelo México, contra a importação de carne brasileira. Antes, era a febre aftosa. Todos colocavam mil obstáculos às importações em vista disso. O Brasil praticamente erradicou a febre aftosa. E agora, depois que muitos Estados já são considerados como áreas livres, estão inventando essa questão da "vacalouca", que já afetou alguns países da Europa e, agora, estão querendo dizer que o problema também está existindo no Brasil. Creio que não podemos parar por aqui. Amanhã também farei um pronunciamento, porque o Brasil, de uma forma geral, está sendo e será muito prejudicado, principalmente o Centro-Oeste brasileiro: Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Estados com vocação extremamente voltada para a pecuária, em que os prejuízos serão alarmantes. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>. Vamos continuar debatendo essa questão, para ver se conseguimos atenuar esse problema, que é grave para todos nós.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (PSB – RJ) – Obrigado, Senador Maguito Vilela. Penso que a contribuição de V. Ex<sup>a</sup> e de tantos outros Srs. Senadores é extremamente importante. V. Ex<sup>a</sup> representa um Estado que certamente será um dos mais prejudicados, e estaremos todos atentos a seus pronunciamentos e suas opiniões.

Sr. Presidente, quero encerrar este meu discurso, dizendo que, de um lado, estamos verificando a eclosão de uma situação cambial difícil, fruto – repito – da própria política econômica desenvolvida pelo Governo brasileiro, que tanto temos criticado aqui e que colocou a economia nacional nessa armadilha de difícil desarme, através da qual as importações cres-

cem mais do que proporcionalmente, e há um estrangulamento cambial. A história econômica do Brasil, exatamente pela sua situação de dependente e retardado sob o ponto de vista do desenvolvimento econômico e de país que sempre se situou na periferia dos grandes centros internacionais de comércio, finanças e indústria, sempre foi uma história de crises cambiais. Isso mais uma vez está acontecendo. Na verdade, as respostas, quando foram boas respostas a crises que ocorreram no passado, suscitaram a elevação de um grau importante na situação econômica do Brasil, em termos de produtividade e de capacidade de produção. Isto é, a crise cambial pode ser positiva sob o ponto de vista econômico, desde que a resposta a ela seja adequada.

E aí está a nossa preocupação, porque eu pessoalmente, Sr. Presidente, não vejo nenhuma possibilidade de resposta adequada enquanto estiver este governo de Pedro Malan e Armínio Fraga no poder. Vamos ter que esperar a posse de um novo governo, com uma nova orientação, um governo que seja opo- sitor a este sob o ponto de vista de modelo econômico, para que o Brasil possa encontrar uma resposta que seja criativa e que seja eficiente no sentido de aproveitar a crise para superá-la com o galgar de um patamar de produtividade e desenvolvimento mais elevado a exemplo do que aconteceu muitas vezes na nossa história econômica.

**O Sr. Casildo Maldaner** (PMDB – SC) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (PSB – RJ) – Com muito prazer, Senador Casildo Maldaner.

**O Sr. Casildo Maldaner** (PMDB – SC) – Eu não poderia perder essa ocasião. Perdoe-me se não o acompanhei em todo o seu pronunciamento, eis que não me encontrava no plenário. Prestei muita atenção e tentei chegar aqui para lhe cumprimentar. V. Ex<sup>a</sup> pegou o fio da meada, entendeu que a questão é política, principalmente na questão do Canadá, dos Estados Unidos, do México, e da Nafta e daquilo que vem ocorrendo agora com o Brasil. O Ministro da Agricultura, Pratinde Moraes, esteve em Washington conversando com a Secretária da Agricultura dos Estados Unidos e já está entendendo que a questão é dali. Os Estados Unidos estão usando o Canadá como um instrumento político para chegar onde o que V. Ex<sup>a</sup> declina, que é a questão da Alca, não há a menor dúvida. Creio que precisamos refletir em cima disso. Penso que a questão é exatamente por aí: em solidariedade, o México entra nessa com o Canadá, e o Canadá fala em nome dos Estados Unidos. E por trás de

tudo isso está a questão da Alca, ou seja, estão tentando fazer com que o Brasil abaxe a cabeça. Portanto, penso que a reflexão tem que ser profunda, já que vão tentar prejudicar o Brasil com essa questão da vaca louca através dessa questão. E isso vai gerar reflexos profundos e negativos para todos nós, sem dúvida alguma. V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns. E o Brasil deve estar acompanhando essa verdadeira aula que V. Ex<sup>a</sup> está a proferir da tribuna do Senado.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (PSB – RJ) – Obrigado, Senador Casildo Maldaner. Encerro o meu discurso com muita alegria, com o meu coração batendo alegre pelo aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que reforça enormemente os argumentos que pretendi desenvolver aqui. Penso que V. Ex<sup>a</sup> tem trazido a esta Casa o seu conhecimento e a sua experiência, e a sua lucidez tem-nos dado importantíssimas locuções. O meu discurso fica muito enriquecido com o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, agradeço à benevolência, a tolerância do tempo que ultrapassei muito. Encerro aqui as minhas considerações.

*Durante o discurso do Sr. Roberto Saturnino, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Lauro Campos e Antonio Carlos Magalhães, Presidente.*

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PSDB – RR) – Sr. Presidente, gostaria de requerer a minha inscrição para uma comunicação inadiável no momento oportuno.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Teremos duas comunicações: Senador Maguito Vilela e, em segundo lugar, Senador Romero Jucá.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias; posteriormente, ao Senador Jefferson Péres. Mas ainda ...

**O SR. OSMAR DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vou continuar abordando o assunto que tratava aqui o Senador Saturnino e que também foi objeto de pronunciamento meu na tarde de ontem. Falarei de forma objetiva, rápida, porque sei que há uma expectativa em relação ao pronunciamento do Senador Jefferson Péres e eu colabora rei com a Casa para que pos sa mos ou vi-lo na sessão.

De ontem para hoje, alguns fatos surgiram na questão do embargo do Canadá, Estados Unidos e México, que alegam risco de contaminação da carne

brasileira com a Doença da Vaca Louca. Eu, ontem, dei as razões técnicas pelas quais é impossível que aqueles países suportem qualquer argumento técnico para efetivarem esse embargo. Só que, de ontem para hoje, surgiram notícias nos jornais, e eu que roler um trecho, para mostrar que o Ministério da Agricultura precisa rever os seus procedimentos para não dar margem aos países que têm intenções, como a do Canadá, de promoverem embargos, de praticarem esse boicote.

A **Gazeta Mercantil** informa que, no fim de semana, a Agência de Inspeção Alimentar do Canadá recebeu 1.500 telefonemas de consumidores preocupados com a carne enlatada brasileira, consultando sobre o que fazer com a carne brasileira que haviam comprado, e a orientação ao telefone – tenho o número aqui – era a seguinte: "Jogue no lixo ou mantenha em casa e não abra, à espera de decisão oficial, ou leve à loja, que devolverá o dinheiro ao cliente". Essa é a orientação da Agência de Inspeção Alimentar do Canadá.

O jornal informa ainda que o Canadá solicitou informações ao Governo brasileiro há dois anos, e só agora o Governo brasileiro está tomando providências de informar, ainda assim enviando os documentos em português, o que abre uma nova argumentação do Canadá, que diz que para traduzir levarão mais uma semana, quinze dias.

O Ministério da Agricultura deveria procurar eliminar todos os argumentos do Canadá, dos Estados Unidos e do México, porque, se não há argumentos técnicos, o que estão utilizando são argumentos burocráticos, como dizia aqui o Senador Paulo Hartung. E eu, Senador Paulo Hartung, acabo de entregar à Mesa o meu requerimento, em aditamento ao de V. Ex<sup>a</sup>, para convocar também o Ministro da Agricultura para estar presente aqui no Senado.

Senador Ramez Tebet, V. Ex<sup>a</sup> quer um aparte, mas, antes, vou repetir rapidamente quais os argumentos técnicos que inviabilizam qualquer argumento do Canadá, dos Estados Unidos e do México. Quero falar aqui mais como técnico no assunto do que como Senador da República. Falo como Senador da República, mas quero dar os argumentos técnicos. Não é possível que o corpo técnico do Ministério da Agricultura não esteja alimentando o Ministro Lafer e o Ministro Pratini de Moraes de todos os argumentos técnicos, que são incontestáveis. Não dá para rebater os argumentos técnicos que vou apresentar.

A pergunta é a seguinte: há algum risco da carne de bovinos do Brasil estar contaminada com o pri-

tudo isso está a questão da Alca, ou seja, estão tentando fazer com que o Brasil abaxe a cabeça. Portanto, penso que a reflexão tem que ser profunda, já que vão tentar prejudicar o Brasil com essa questão da vaca louca através dessa questão. E isso vai gerar reflexos profundos e negativos para todos nós, sem dúvida alguma. V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns. E o Brasil deve estar acompanhando essa verdadeira aula que V. Ex<sup>a</sup> está a proferir da tribuna do Senado.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (PSB – RJ) – Obrigado, Senador Casildo Maldaner. Encerro o meu discurso com muita alegria, com o meu coração batendo alegre pelo aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que reforça enormemente os argumentos que pretendi desenvolver aqui. Penso que V. Ex<sup>a</sup> tem trazido a esta Casa o seu conhecimento e a sua experiência, e a sua lucidez tem-nos dado importantíssimas locuções. O meu discurso fica muito enriquecido com o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, agradeço à benevolência, a tolerância do tempo que ultrapassei muito. Encerro aqui as minhas considerações.

*Durante o discurso do Sr. Roberto Saturnino, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Lauro Campos e Antonio Carlos Magalhães, Presidente.*

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PSDB – RR) – Sr. Presidente, gostaria de requerer a minha inscrição para uma comunicação inadiável no momento oportuno.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Teremos duas comunicações: Senador Maguito Vilela e, em segundo lugar, Senador Romero Jucá.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Osmar Dias; posteriormente, ao Senador Jefferson Péres. Mas ainda ...

**O SR. OSMAR DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vou continuar abordando o assunto que tratava aqui o Senador Saturnino e que também foi objeto de pronunciamento meu na tarde de ontem. Falarei de forma objetiva, rápida, porque sei que há uma expectativa em relação ao pronunciamento do Senador Jefferson Péres e eu colabora rei com a Casa para que pos sa mos ou vi-lo na sessão.

De ontem para hoje, alguns fatos surgiram na questão do embargo do Canadá, Estados Unidos e México, que alegam risco de contaminação da carne

brasileira com a Doença da Vaca Louca. Eu, ontem, dei as razões técnicas pelas quais é impossível que aqueles países suportem qualquer argumento técnico para efetivarem esse embargo. Só que, de ontem para hoje, surgiram notícias nos jornais, e eu que roler um trecho, para mostrar que o Ministério da Agricultura precisa rever os seus procedimentos para não dar margem aos países que têm intenções, como a do Canadá, de promoverem embargos, de praticarem esse boicote.

A **Gazeta Mercantil** informa que, no fim de semana, a Agência de Inspeção Alimentar do Canadá recebeu 1.500 telefonemas de consumidores preocupados com a carne enlatada brasileira, consultando sobre o que fazer com a carne brasileira que haviam comprado, e a orientação ao telefone – tenho o número aqui – era a seguinte: "Jogue no lixo ou mantenha em casa e não abra, à espera de decisão oficial, ou leve à loja, que devolverá o dinheiro ao cliente". Essa é a orientação da Agência de Inspeção Alimentar do Canadá.

O jornal informa ainda que o Canadá solicitou informações ao Governo brasileiro há dois anos, e só agora o Governo brasileiro está tomando providências de informar, ainda assim enviando os documentos em português, o que abre uma nova argumentação do Canadá, que diz que para traduzir levarão mais uma semana, quinze dias.

O Ministério da Agricultura deveria procurar eliminar todos os argumentos do Canadá, dos Estados Unidos e do México, porque, se não há argumentos técnicos, o que estão utilizando são argumentos burocráticos, como dizia aqui o Senador Paulo Hartung. E eu, Senador Paulo Hartung, acabo de entregar à Mesa o meu requerimento, em aditamento ao de V. Ex<sup>a</sup>, para convocar também o Ministro da Agricultura para estar presente aqui no Senado.

Senador Ramez Tebet, V. Ex<sup>a</sup> quer um aparte, mas, antes, vou repetir rapidamente quais os argumentos técnicos que inviabilizam qualquer argumento do Canadá, dos Estados Unidos e do México. Quero falar aqui mais como técnico no assunto do que como Senador da República. Falo como Senador da República, mas quero dar os argumentos técnicos. Não é possível que o corpo técnico do Ministério da Agricultura não esteja alimentando o Ministro Lafer e o Ministro Pratini de Moraes de todos os argumentos técnicos, que são incontestáveis. Não dá para rebater os argumentos técnicos que vou apresentar.

A pergunta é a seguinte: há algum risco da carne de bovinos do Brasil estar contaminada com o pri-

on? Prion é a proteína que nos ovinos causa uma doença chamada **scrapie**; depois, o agente causal vai para o cérebro do bovino e causa a encefalopatia espongiforme bovina, que transforma o cérebro dos bois como se fosse uma esponja, e daí todos aqueles outros sintomas que são decorrentes da doença. Esse mesmo agente causal, quando transferido para o homem, causa uma outra doença chamada de Mal de Creutzfeldt-Jakob.

Então, não há nenhuma possibilidade de nenhum bovino do Brasil estar, neste momento, portando a doença da vaca louca. Por quê? Porque a única possibilidade de transmissão da doença para o gado bovino é através do consumo de farinha de carne ou de farinha de ossos dos ovinos. Se nós não temos fabricação de farinha de carne e de ossos de ovinos, porque ela está proibida pelo Ministério da Agricultura – essa sim, uma medida acertada do Ministério da Agricultura –, não há como transferir o **scrapie** para os bovinos, onde se transforma em encefalopatia espongiforme, a Vaca Louca. Não há, portanto, meio de transmissão da doença dos ovinos para os bovinos de forma direta, como não há nenhuma possibilidade de transmissão horizontal da doença nos bovinos, ou seja, de mãe para filho. Geneticamente, não há. Isso cientificamente é comprovado.

O Departamento de Agricultura do Canadá e dos Estados Unidos já deram declaração de que não há possibilidade de o nosso rebanho estar contaminado com a vaca louca. Só que os fatos ocorridos no Paraná, nosso Estado, nobre Senador Roberto Requião, com o rebanho de ovinos do nobre Deputado Gustavo Fruet que foi contaminado pelo **scrapie**, porque ele trouxe ovinos dos Estados Unidos, esses ovinos, provenientes dos Estados Unidos, vieram portando não o vírus – como a imprensa tem anunciado – mas uma proteína degenerativa – o prion – que infecta e degenera o cérebro dos ovinos. Essa proteína veio nos ovinos trazida dos Estados Unidos. Nós, então, é que teríamos que tomar medidas de cautela em relação aos Estados Unidos e não os Estados Unidos em relação ao Brasil, porque esses ovinos que vieram de lá denunciam que lá, sim, há convivência com o **scrapie** nos ovinos, que é o agente causal da vaca louca nos bovinos. Esses ovinos no Paraná foram todos incinerados, foram todos queimados. Toda a descendência daquela linhagem de ovinos trazida dos Estados Unidos foi abatida e cremada. Portanto, não há possibilidade de a termos nem no rebanho ovino nem no rebanho bovino.

Também não há possibilidade de transmissão direta do ovino para o homem, porque o ovino é apenas o hospedeiro do **scrapie**, que não é transmitido pelo consumo da carne de ovino; o homem só será acometido pela doença se comer carne de bovinos, como ocorreu no Reino Unido, onde 180 mil animais foram contaminados e mais de 90 pessoas morreram em decorrência da doença.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Senador Osmar Dias, V. Ex<sup>a</sup> concede-me um aparte?

**O SR. OSMAR DIAS** (PSDB – PR) – Ouço, com satisfação, o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Ramez Tebet.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Senador Osmar Dias, V. Ex<sup>a</sup>, sobre to dos nós, leva uma grande vantagem. V. Ex<sup>a</sup> ocupa esta tribuna como um político que tem sensibilidade, um político que já exerceu as funções de Secretário de Agricultura do Estado do Paraná e, como tal, houve-se com brilhantismo ao tempo em que hoje o Senador Roberto Requião era Governador do Estado que ambos representam com muito brilhantismo aqui nesta Casa, e fala como técnico, enquanto que eu, representante do Estado do Mato Grosso do Sul, só falo como político. Posso não ter a grande sensibilidade da maioria dos políticos desta Casa, mas garanto a V. Ex<sup>a</sup> que tenho sensibilidade suficiente para dizer e para ratificar a opinião do Senador Paulo Hartung e de outros aqui desta Casa que, em matéria de burocracia, este País é campeão. Onde não deve atuar e onde deve atuar o Ministério da Agricultura, os técnicos do Ministério da Agricultura, que estão ali encastelados, estão demonstrando que estão lá, que são muito amadores, porque ninguém desconhece, Senador Osmar Dias, que há uma pressão enorme sobre um país do tamanho do Brasil, das potencialidades do Brasil, um País em franco desenvolvimento, um país que tem tudo que os outros países não têm, um País que hoje quer ser competitivo e enfrenta, neste mundo globalizado, a concorrência daqueles que são muito maiores do que nós e só querem que permaneçamos na superfície, respirando o ar suficiente para podermos sobreviver e eles ganharem às nossas custas. A tecnologia do Ministério da Agricultura não percebe isso e está fornecendo meios, com uma matéria de conteúdo científico, comercial, de concorrência comercial, para que eles prejudiquem o comércio do Brasil, levem pânico aos países do mundo e até entre os brasileiros com essa história de Vaca Louca. O recado que temos que dar aqui, com muita força – e a palavra de V. Ex<sup>a</sup> é muito importante –, é para que o Ministério da Agricultura

defenda realmente os interesses do nosso País. Os técnicos que assessoram o Ministro Pratini de Moraes devem proceder com cautela e diligência a fim de que o País não fique prejudicado, não fornecendo o mínimo de motivação para que procedam contra o Brasil. Ontem, V. Ex<sup>a</sup> deve ter ouvido o comentário que fiz sobre a febre aftosa. O Ministério da Agricultura está tapando Mato Grosso do Sul. Todos os outros Estados brasileiros estão livres da febre aftosa e, apesar de ocorrer o mesmo em Mato Grosso do Sul, o nosso gado não pode transitar fora do território do Estado, por incrível que pareça, causando prejuízos aos criadores, aos produtores e aos pecuaristas. Parabênzinhos V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR)** – V. Ex<sup>a</sup> fala em nome do Estado que tem o maior rebanho de bovinos do Brasil e que será, sem dúvida nenhuma, o mais atingido por essa medida, que é apenas uma forma de o Canadá se vingar do Brasil pela perda da concorrência na área de aviação.

V. Ex<sup>a</sup> mencionou a febre aftosa, e isso me faz lembrar que o Brasil tem implantado, hoje, um sistema sanitário eficiente. Montou-se uma rede nos Estados, e as Secretarias de Agricultura estaduais desenvolvem muito bem o atendimento aos produtores, que se conscientizaram da necessidade de um perfeito manejo sanitário do rebanho. No entanto, o Ministério da Agricultura tem dificultado esse papel quando toma medidas como esta, de não permitir que um Estado reconhecidamente liberado da febre aftosa possa comercializar seus animais livremente. Evidentemente, isso coloca obstáculos para que haja uma integração dos Estados nesse sistema sanitário. Não adianta um Estado ter um sistema sanitário bom e o outro não cuidar do seu rebanho. É necessária uma integração do País, e quando se fecha a fronteira de um Estado importante como Mato Grosso do Sul, evidentemente, dificulta-se esse trabalho.

**O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG)** – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR)** – Antes, gostaria de dizer que o Senador Arlindo Porto, quando Ministro da Agricultura, teve um papel importantíssimo na liberação da exportação de carnes do Brasil, tendo a isso se dedicado pessoalmente – somente ao meu Estado, S. Ex<sup>a</sup> foi cinco ou seis vezes para tratar desse assunto –, promovendo a integração do sistema sanitário brasileiro.

Na gestão do Ministro Arlindo Porto, tivemos um avanço considerável na conquista da liberdade de exportação para os países europeus, principalmente, e

na obtenção do certificado do Instituto Internacional de Epizootias. Tive a honra de acompanhar o Ministro Arlindo Porto na oportunidade em que o Paraná reivindicava esse direito.

Essa é uma injustiça contra um País que tem contribuído muito na oferta de alimentos praticamente naturais. Nós, sim, produzimos um milhão e meio de cabeças em confinamento, mas a ração que fornecemos a esses animais não leva farinha de carne nem de osso, portanto não há risco de estar contaminada com o **scrapie**, com o **prion**, com o vaca louca.

Concedo o aparte ao Senador Arlindo Porto.

**O Sr. Arlindo Porto (PTB – MG)** – Senador Osmar Dias, gostaria de cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pela abordagem deste tema, primeiro, pela formação profissional e pelo conhecimento que tem como ex-Secretário de Agricultura do Paraná, um Estado importante na produção agrícola e pecuária, especialmente na diversificação das suas atividades. Ontem e hoje, tivemos a oportunidade de ouvir algumas manifestações, dentre elas as do Senador Paulo Hartung, que se manifestou de maneira muito clara, e do Senador Ramez Tebet, que enfatizou a questão do seu Mato Grosso do Sul. Nós estamos sentindo a necessidade de um trabalho articulado dentro do Governo. Não se trata apenas de o Ministro Pratini de Moraes levar a informação técnica, mas de uma decisão de Governo. Entendo como necessários o envolvimento e a participação do Ministério da Indústria e do Comércio, do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Agricultura, porque deve-se vislumbrar por aí a penetração do Brasil no mercado internacional com o reconhecimento de mais áreas livres de febre aftosa e, naturalmente, aí estão as barreiras não tarifárias influenciando no processo da relação comercial. Não há globalização sem regras claras, sem linhas definidas e sem igualdade na competitividade. Quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pela oportunidade do tema que levanta e pelo conhecimento que demonstra e que de fato tem. Que haja essa sensibilização, mas numa relação comercial, pois o mundo selvagem do capitalismo exige firmeza, determinação e atitude. Espero que consigamos fazer com que a nossa carne volte a ter o seu mercado assegurado, não apenas nos países da ALCA, mas mundialmente.

**O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR)** – Senador Arlindo Porto, há uma má intenção expressa, declarada e evidente do Canadá quando seus técnicos orientamos seus consumidores a jogarem a carne brasileira na lata do lixo, porque eles sabem que o Brasil tem muito menos risco de apresentar essa doença que

o próprio Canadá, onde, em 1947, foi identificada a presença da doença em ovinos. Esse exame foi retificado em 1973, naquele país, com a presença do **scrapie** em caprinos. Portanto, lá, sim, existe esse risco, e não no Brasil. Trata-se, portanto, de uma injustiça que se comete contra o nosso País.

**O Sr. Ademir Andrade** (PSB – PA) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. OSMAR DIAS** (PSDB – PR) – Ouço o Senador Ademir Andrade.

**O Sr. Ademir Andrade** (PSB – PA) – Senador Osmar Dias, quero congratular-me com V. Ex<sup>a</sup> e com os Senadores Paulo Hartung e Ramez Tebet, que desde ontem já manifestam contrariedade total e absoluta à ação do Canadá, que teve seqüência pelos Estados Unidos e México, ou seja, os países que fazem parte do Nafta.

Senador Osmar Dias, V. Ex<sup>a</sup>, os Senadores, os políticos, todos têm-se manifestado com clareza a respeito do assunto. Não há dúvida de que o posicionamento do Canadá é meramente de retaliação, é um posicionamento político. Os articulistas de todos os jornais do País falam a mesma coisa. É interessante que somente o Governo brasileiro, até agora, se coloque numa posição de dúvida, de ainda parar para pensar se isso foi feito com razão ou por uma questão política, como retaliação na brigada dos subsídios, tanto na Bombardier, quanto na Embraer. Essa é a globalização dos chamados países desenvolvidos do Primeiro Mundo: tudo é bom se for em proveito deles, mas quando o seu interesse é ferido, vem todo mundo contra. Espero, também, que o Governo brasileiro aja com presteza e rapidez, porque o Brasil não pode passar por um vexame dessa espécie. O Brasil é a oitava economia mundial e deve dar uma resposta à altura. O País, hoje, tem grande parte de sua economia comandada por empresas multinacionais. Imaginem, se tivéssemos um Governo realmente independente e corajoso, o que seríamos capazes de fazer em retaliação ao sistema multinacional que opera no território brasileiro, com o nosso sistema de telefonia, energético, com as nossas siderúrgicas e com os bancos. Hoje, os bancos estrangeiros já são maiores do que os próprios bancos nacionais. Imaginem se quiséssemos retaliá-los com perseguições! Parece que o Brasil está cumprindo o seu papel – somos contra isso – de se deixar ocupar pelo capital internacional. Mas, passar por um vexame como esse é inaceitável. Exigimos uma ação rígida e forte, além de uma resposta contundente a esse ato absolutamente inseqüente do Governo do Canadá que, infelizmente, conforme

o acordo do Nafta, foi seguido pelos Estados Unidos e México.

**O SR. OSMAR DIAS** (PSDB – PR) – Ainda mais, Senador Ademir Andrade: o Uruguai e a Argentina não estão sequer a um palmo de distância à nossa frente no que se refere à qualidade sanitária dos seus rebanhos! Os cuidados lá não chegam aos pés dos cuidados que os nossos pecuaristas dispensam ao nosso rebanho. Aqui o rigor é bem maior! Acontece que eles estão liberados para exportar para onde quiserem. Evidentemente que, como disse o Senador Roberto Saturnino, nessa ação existe uma grande dose política no sentido de atrair a Argentina para compor o bloco econômico deles. Só que o Brasil não pode, neste momento, se apresentar tímido, tampouco ironicamente, como tem ocorrido em algumas declarações do Ministro da Agricultura, onde S. Ex<sup>a</sup> disse que "no Canadá deve ter alguma churrascaria que conso me a nos sa carne". Não é bem assim, Sr. Presidente! Os produtores brasileiros sabem da importância dos mercados canadense e americano para a nossa produção. Isso tudo pode se refletir em um efeito dominó e atingir outras regiões, e o Brasil ser obrigado a comer toda a carne que produz. Certamente tudo isso levaria os preços para baixo, prejudicando enormemente o produtor, quem, evidentemente, pagará um alto preço nessa história toda.

**O Sr. Roberto Requião** (PMDB – PR) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Osmar Dias, peço a V. Ex<sup>a</sup> que conclua o seu discurso, com o brilho de sempre.

**O SR. OSMAR DIAS** (PSDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente, apenas ouvirei o aparte do nobre Senador Roberto Requião e, em seguida, concluirei o meu pronunciamento.

**O Sr. Roberto Requião** (PMDB – PR) – Senador Osmar Dias é importante essas verdades que V. Ex<sup>a</sup> está colocando e que precisam ser compreendidas pelos brasileiros. "Conhecerás a verdade e a verdade vos libertará." É uma frase bíblica. Pois muito bem! Nós, quando estivemos no Governo do Paraná, fizemos um grande programa de ovinocultura. Até o momento em que nós dois deixamos o Governo – porque me desincompatibilizei para me candidatar ao Senado nove meses antes, e V. Ex<sup>a</sup> também – foram 197.500 ovelhas fêmeas, com até seis meses, compradas do Rio Grande do Sul, basicamente do Uruguai e da Argentina, mais do Uruguai do que da Argentina. Alguns criadores, interessados no programa, passaram a importar chibarro, carne

iros para reprodução. E o Brasil, àquela época, importou 300 chibarroos que, agora, V. Ex<sup>a</sup> revela ao País terem vindo dos Estados Unidos. Entre esses chibarroos, alguns foram importados pelo ex-Deputado Federal, falecido, Maurício Fruet, em 1989. O neto de um desses carneiros, no Município de Candói, no Paraná, foi identificado com a possibilidade de haver morrido atingido pelo **scrapie**, proteína que transforma o cérebro em um meio esponjoso. Nada definitivamente comprovado. Mas o alerta foi levantado e as providências foram tomadas. O Deputado Federal Gustavo Fruet, filho do Maurício, tomou a iniciativa de eliminar toda a sua cabana. S. Ex<sup>a</sup> eliminou todos os carneiros, importados ou não, que faziam parte de um dos mais sofisticados plantéis genéticos do País. Muito bem. Se os carneiros foram importados dos Estados Unidos por que não tomou antes o Brasil a iniciativa de proibir qualquer importação de carne ovina e de reprodutores americanos? Por que aconteceu o contrário? Ou seja, o contaminador toma a providência de não importar mais carne do país que ele supostamente teria contaminado! Não tem realmente nenhum sentido esse processo! Por outro lado, eu acho que o tal do **scrapie** andou mesmo contaminando algumas inteligências humanas no Brasil. Contaminou os representantes do Brasil na Rodada do Uruguai, que deu origem ao GATT, que foi votado no Plenário do Senado Federal antes de nós chegarmos aqui, por seis Senadores, com o texto sequer traduzido para o português – estava na língua oficial da Organização Mundial do Comércio, a OMC, o francês. Ele deve ter contaminado também o cérebro daqueles que assinaram o Protocolo de Ouro Preto, que comprometeu a nossa economia, viabilizando favores impossíveis para a Argentina. Ele deve ter contaminado, Senador Osmar Dias, o cérebro desses que, ideologicamente, passaram a pensar no neoliberalismo sem pensar mais no Brasil. Mas essa doença tem cura, Senador. A cura seria, por exemplo, a visita periódica à casa de brasileiros desempregados e talvez a obrigação de cantar, uma vez por semana, uma parte, pelo menos a introdução do Hino Nacional. Não tem cabimento que nós nos subordinemos a essas medidas absurdas dos países que supostamente contaminaram o nosso rebanho. Mas o que falta é governo, iniciativa, coragem; falta firmeza nas medidas administrativas. Falta Ministro da Saúde. Falta Presidente da República. Falta visão nacional. Trata-se de uma retaliação sórdida, estúpida. Os Estados Unidos não importam mais a carne brasileira

porque os Estados Unidos, supostamente, contaminaram alguns chibarroos importados para melhoria genética do nosso rebanho. A verdade está dita e colocada com clareza por V. Ex<sup>a</sup>. Qual é a providência tomada pelo Ministério da Agricultura e Presidência da República? É isso que temos que aguardar. O resto é conversa mole de cérebros contaminados pelo **scrapie**, pelo **prion**, pela proteína que transforma essas inteligências, outrora brilhantes, em coisas indefinidas e esponjosas.

**O SR. OSMAR DIAS** (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Roberto Requião.

Sr. Presidente, peço que o requerimento que apresentei à Mesa, convocando o Ministro da Agricultura, seja votado para que possamos discutir o assunto com S. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, acredito que quando o Senador Roberto Requião disse que o Brasil não tem Ministro da Saúde penso que S. Ex<sup>a</sup> quis se referir ao Ministro da Agricultura, já que estamos tratando de questão ligada a essa Pasta. O Ministro da Saúde, no meu entendimento, tem feito um belo trabalho.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (Bloco/PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, por decisão consensual dos Senadores dos Partidos de Oposição, sou candidato ao honroso posto de Presidente do Senado Federal. Uma escolha que me gratifica sobretudo, porque nascida de geração espontânea, sem que eu a buscasse por qualquer meio. Mas aceito-a, porque lhe foi emprestado um sentido de missão, que não me permitiria recusar, ainda que porventura assim o desejasse.

Sobre as razões da preferência pelo meu nome, caberia aos que o escolheram explicá-las. De minha parte deixo de fazê-lo para não cometer o vitupério do elogio em boca própria, explícito ou implícito, na tentativa de justificar a minha escolha e também para não incorrer na deselegância de atingir meus adversários ao me atribuir supostas qualidades que, por via oblíqua, lhes estaria negando. Finalmente, deixo ainda de fazer maiores considerações sobre a preferência dos meus companheiros para não concluir, quem sabe por uma recusa, vez que sou tão rigoroso nas minhas avaliações, que eu mesmo poderia não me aprovar se fizesse um auto-julgamento.

Importa, no entanto, anunciar que a minha candidatura está posta. Espero que não seja encarada como um gesto simbólico de protesto, mas como o lançamento de um real competidor, em busca de uma difícil, mas não impossível, vitória.

Conquanto pareça fantasioso e ingênuo contar com o triunfo de um candidato opositor, de um Partido pequeno, contra Partidos majoritários e de Situação, eu diria que o sonho só se tornará realidade se a candidatura adquirir um caráter suprapartidário, hipótese que a muitos parecerá delirante, numa Casa que é por natureza visceralmente política.

Dir-se-á que peço por ingenuidade. Talvez! Mas a crítica me soa antes como laudatória do que demeritória, porque estou convencido de que o ser humano que não conserva dentro de si um pouco de incôgnita terá perdido muito da sua essência e também, portanto, da sua decência.

Ademais, não teria sentido permanecer na política se não fosse para lutar utopicamente para vê-la transmutada num palco iluminado e arejado, no qual o interesse público prevalecesse sempre sobre os interesses pessoais e as conveniências partidárias.

Freqüentemente, veruma-me o espírito uma inquietação. Quantos de nós, políticos – eu inclusive –, nos nossos momentos de solidão, na hora da verdade, perante Deus e a nossa consciência, podemos, sem nos envergonharmos, responder à seguinte pergunta: "quantas vezes, nas decisões que tomei, coloquei o interesse público acima dos interesses pessoais e das conveniências partidárias?"

Não creio que valesse a pena continuar na vida pública se eu perdesse a capacidade de me indignar e de sonhar. Mas é de se perguntar se estou sonhando, neste instante, ao contar com uma reação cívica desta Casa, na qual ninguém acredita. Admito que a hipótese de vingar uma candidatura como a minha seria irrealista, em outros tempos, em condições normais e em uma eleição **interna corporis**, à qual a sociedade estivesse alheia. Mas todos sabemos que, desta vez, não é assim.

Vivemos um tempo de transformações. Essa eleição se processa em circunstâncias atípicas e tem o acompanhamento atento de grande parte da sociedade brasileira. E esta anseia por um Parlamento de novo tipo, transformado por uma revolução de costumes que implique um rompimento com as velhas práticas, que a Nação já não consegue tolerar.

Creio que uma eleição de resultado surpreendente e inusitado nesta Casa seria o fato novo, diferente, a sinalizar com um aceno de esperança e a ca-

tapultar para bem alto o prestígio do Congresso Nacional, ainda mais ao acontecer simbólica e coincidentemente do derrubar de um novo milênio. Esse gesto sinalizador de renovação e mudança seria um fato tão marcante a sublinhar esta Legislação, que haveria de ficar por longo tempo na memória do povo brasileiro, menos por mim do que, talvez, apesar de mim, não tanto pelas minhas qualidades pessoais, mas pelo papel histórico que circunstancialmente me coube encarnar.

Posso estar cometendo um engano, mas algo me diz que a maioria dos Senadores terá sensibilidade para perceber o alcance e as implicações de um acontecimento dessa magnitude. Por isso, aceitei a minha candidatura, que ora formalizo, com o compromisso de logo divulgar uma proposta de trabalho, que deixo de apresentar neste momento, porque será elaborada a muitas mãos, pelos Partidos que me dão apoio, inspirada no desejo de levar o Poder Legislativo ao encontro dos anseios populares. Entretanto, desde já, anticipo que terá como pontos fundamentais o princípio da gestão democrática e o papel de relevo a ser dado ao Conselho de Ética no funcionamento desta Casa. Quanto à campanha em busca de apoios, será conduzida de maneira discreta, como é do meu estilo e da tradição do Senado. O pedido a cada um, faço-o agora, de público. A abordagem pessoal será feita com cuidado, não por me constranger em pedir, mas, ao contrário, para poupar de constrangimento aqueles que não queriam ou não podem votar em mim.

Espero o favor de não ser interpretado erroneamente por este gesto, que, longe de ser demonstração de soberba, é manifestação de respeito pelos meus Colegas. De todos de desejo votos que sejam fruto de reflexão crítica e de profunda tomada de consciência. Quem sabe, de repente, contra todas as previsões e expectativas, os Senadores – se não todos, mas muitos – votarão inspirados nos grandes vultos que povoaram este Plenário, como – para lembrar alguns –, Ruy, Nereu Ramos, Milton Campos, Afonso Arinos e, para citar um dos vivos em sua hora crepuscular, esse notável homem público e extraordinária figura humana que é o Governador Mário Covas, que marcou com tinta indelével sua passagem nesta Casa.

Vou, assim, tranqüilo para essa disputa democrática, certo de que o seu desfecho, seja qual for, em nada afetará o meu navegar. Vitorioso, não há risco de perder o rumo por deslumbramento, pois orientado continuarei a ser pela minha bússola interior, que tem

como norte o rígido sistema de valores que rege a minha vida. Derrotado, não me sentirei diminuído nem me ficará na boca o mais leve travo de amargura, até porque me servirá de consolo a sabedoria dos versos camonianos que gosto de repetir: "Honrarias, honrarias melhor é merecê-las sem as ter do que possuí-las sem as merecer."

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Senador Jefferson Péres?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (Bloco/PDT – AM) – Com todo prazer, Senador Eduardo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela iniciativa e atitude, ao ter sido escolhido, por unanimidade, pelos 16 Senadores que compõem o Bloco de Oposição, para representar a nossa vontade. E, tendo sido escolhido candidato à Presidência do Senado Federal, V. Ex<sup>a</sup> toma uma atitude inédita nesta Casa. Sempre, desde que aqui cheguei, ponderei, sugeri aos possíveis candidatos à Presidência do Senado que tivessem a postura que V. Ex<sup>a</sup> está tendo, ou seja, que, antes mesmo da eleição prevista para o próximo dia 14, pudessem os candidatos expor seus pontos de vista, as razões que levaram V. Ex<sup>a</sup>s a lançarem-se como candidatos à Presidência do Senado. Sugeri, na última quinta-feira, ao outro candidato já definido pelo PMDB, Senador Jader Barbalho, que siga o exemplo de V. Ex<sup>a</sup> e também exponha as razões que o levaram a ser candidato à Presidência, bem como sua plataforma, seu programa. Tenho certeza de que está no caminho certo. As propostas que delineia como base de sua ação dizem respeito aos nossos anseios. V. Ex<sup>a</sup> quer fazer do Senado Federal a mais forte e independente instituição, uma instituição que permita a qualquer Senador, de qualquer partido, exercernaplenitudeosobjetivosconsagrados pela Constituição. É preciso bem legislar, fiscalizar os atos do Poder Executivo e bem representar os Estados. Precisamos de boas condições nesta Casa para ver realizada tal tarefa. V. Ex<sup>a</sup> transmite-nos que, nos próximos dias, estaremos convidados a elaborar com V. Ex<sup>a</sup> o seu programa em mais detalhes. Como V. Ex<sup>a</sup> tornou pública a sua candidatura, essa tão bela disposição, permita que já comece a dizer algumas coisas, por que, acredito, esse seja o propósito de V. Ex<sup>a</sup>. Ainda hoje, no início da tarde, formulei uma sugestão: que o eleito presidente no dia 14, de pronto, convide o Senhor Presidente da República para aqui, no início da sessão legislativa, no dia 15 de fevereiro, comparecer, ele próprio, para transmitir a sua mensagem sobre a situação do País, o seu programa, as suas metas; que isso não seja mais feito

simplesmente enviando-se, por intermédio do Ministro Chefe da Casa Civil, uma mensagem para ser lida friamente por aquele que ocupa a Primeira Secretaria do Congresso Nacional; que seja algo mais vivo a exemplo do que ocorre em outros países, onde o Chefe de Estado comparece ao Congresso interagindo com o mesmo, dizendo quais são os seus planos e propósitos. Se na Constituição não está prevista ainda a vinda do Presidente, o assunto está obviamente aberto; o Presidente José Sarney compareceu no último ano do seu mandato, num momento difícil, e leu a mensagem, que foi tão bem recebida. Também que, como presidente do Senado Federal, possa V. Ex<sup>a</sup> instituir um método de trabalho com o propósito de participação efetiva anunciado por V. Ex<sup>a</sup>. Esperamos que haja uma participação mais regular dos membros da Mesa Diretora, a fim de que possam todos os partidos da Casa serem ouvidos e que possam os Senadores Líderes, com regularidade, reunirem-se também com o Presidente para discussão ora da pauta, ora da aquilo que é mais importante ao Senado realizar. Da mesma forma, esperamos que V. Ex<sup>a</sup> possa ter como método de trabalho normas que venham a tornar a nossa instituição a mais transparente possível, porque, se temos como atribuição fiscalizar os atos do Poder Executivo, será sempre muito importante que venhamos a dar o exemplo na nossa própria Casa. Portanto, meus parabéns a V. Ex<sup>a</sup>. O comportamento cotidiano de V. Ex<sup>a</sup> desde que ingressou nesta Casa, a forma como agiu e a maneira ética como V. Ex<sup>a</sup> demonstrou estar sempre priorizando o interesse público em detrimento dos interesses do seu Partido ou mesmo interesses pessoais, certamente fizeram com que dezesseis Senadores que compõem o Bloco de Oposição viéssemos, consensualmente, indicar o nome de V. Ex<sup>a</sup> à Presidência do Senado. Convido, portanto, os 81 Srs. Senadores a abraçar a causa de fortalecimento do Senado Federal votando no Senador Jefferson Péres. Meus cumprimentos.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (Bloco/PDT – AM) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy. Já incorporei à minha plataforma a sua sugestão de providenciar aqui uma réplica do Estado da União, com o Presidente da República presente, no início dos trabalhos legislativos.

**O Sr. Sebastião Rocha** (Bloco/PDT – AP) – Senador Jefferson Péres, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (Bloco/PDT – AM) – Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Sebastião Rocha** (Bloco/PDT – AP) – Senador Jefferson Péres, jornais publicaram um espeta-

cular artigo do jornalista Elio Gaspari a respeito de V. Ex<sup>a</sup>, cujo título é "Jefferson Péres é perigoso. É um homem decente". Diria que, mais do que isso, a história de vida de V. Ex<sup>a</sup> e a sua atuação parlamentar, quer seja na Câmara de Vereadores de Manaus, quer seja muito especialmente aqui no Senado, tem demonstrado que V. Ex<sup>a</sup> é um homem competente. Em sendo assim, nesse pronunciamento em que V. Ex<sup>a</sup> manifesta a decisão, apoiada pelo Bloco de Oposição, de concorrer à Presidência do Senado, portanto do Congresso Nacional, passando à margem do discurso maniqueísta do bem e do mal, não por estar acima do bem e do mal certamente, mas sobretudo por entender que a missão de que pode o destino estar fazendo com que V. Ex<sup>a</sup> alcance este cargo de extremo prestígio na Federação brasileira, demonstra segurança e, sobretudo, serenidade. O Congresso Nacional, presidido por V. Ex<sup>a</sup>, certamente navegará, diante de todas as tempestades que poderão advir dentro do processo democrático do dia-a-dia e dos embates políticos. V. Ex<sup>a</sup> nos conduzirá a todos como bom timoneiro, até porque, sendo originário da Amazônia, mais do que ninguém conhece os princípios da navegação, ofício tão peculiar da que lá região. V. Ex<sup>a</sup> transmite a segurança, a tranqüilidade e a serenidade para conduzir bem o Congresso Nacional. Por isso eu diria que, passando à margem desse discurso maniqueísta, V. Ex<sup>a</sup> demonstra que, ao ocupar este papel relevante de candidato ao cargo de Presidente do Senado Federal, está imbuído do propósito de cuidar dos assuntos de interesse público, dos assuntos que dizem respeito aos interesses do povo brasileiro, da imagem do Congresso Nacional, da ética na política e, por isso, Senador Jefferson Péres, sem dúvida nenhuma, V. Ex<sup>a</sup> está perfeitamente qualificado. A candidatura de V. Ex<sup>a</sup> não pode ser vista apenas como uma candidatura de Oposição; tem que ser observada como uma candidatura suprapartidária. V. Ex<sup>a</sup>, sem dúvida nenhuma, pelas suas qualidades, saberá, se eleito, sobrepor-se às questões menores, passar ao lado dos embates que não interessam à Nação brasileira e, independente de ser oposição ao Governo, saberá conduzir o Congresso Nacional dentro da expectativa do povo brasileiro de que o Congresso possa refletir os anseios do povo brasileiro, apoiar os projetos de interesse da coletividade, sejam eles advindos do Governo, de qualquer Parlamentar ou de qualquer iniciativa popular, mas, sobretudo, zelando pela boa imagem do Congresso Nacional e desenvolvendo um trabalho extremamente democrático, fazendo justiça àquilo que a sociedade espera de todos nós, sobretudo do Congresso Nacional. Assim, parabeno-o pela

sua decisão. Embora V. Ex<sup>a</sup> tenha sido indicado candidato com o apoio do Bloco de Oposição, pertence-lhe, sobretudo, uma grande parcela dessa decisão pela sua determinação e pela compreensão de que V. Ex<sup>a</sup> está diante de uma missão. V. Ex<sup>a</sup> se colocou à disposição porque entendeu que deveria alguém da qualidade, da envergadura política e da maturidade de V. Ex<sup>a</sup>, que o Congresso Nacional precisava, nessa disputa, ter uma representatividade dessa qualidade. Também não vou entrar nessa polêmica sobre as candidaturas porque estamos diante de um processo democrático e acredito que todos têm o direito de pleitear esse cargo de Presidente do Senado e da Câmara dos Deputados. Não pretendo, portanto, entrar nesse embate de disputas partidárias, de disputas de Lideranças nem da Base do Governo. Se eleito, tenho plena confiança de que V. Ex<sup>a</sup> conduzirá com extrema honradez e competência invejável o Congresso Nacional e o Senado da República. Parabéns, Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (Bloco/PDT – AM)

– Muito obrigado, Senador Sebastião Rocha.

O artigo de domingo do jornalista Elio Gaspari, mencionado por V. Ex<sup>a</sup>, comoveu-me. O valor de um elogio depende de quem o faz. Não conheço o jornalista, ele não é meu amigo, é um homem avaro em elogios e me telefonou pedindo algumas informações sobre mim. Depois, surpreendeu-me com aquele artigo. Senador Sebastião Rocha, não quero posar de paladino da moralidade. Ética se tem e se pratica e não se alardeia. Ao desfraldar a bandeira da ética, já se está tentando tirar proveito disso, já não se está sendo ético, como eu disse outro dia na reunião do Bloco. De qualquer modo, o artigo do jornalista me tocou muito.

**A Sra. Heloísa Helena** (Bloco/PT – AL) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (Bloco/PDT – AM)

– Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**A Sra. Heloísa Helena** (Bloco/PT – AL) – Senador Jefferson Péres, a gigantesca maioria dos Parlamentares do PSB, do PV, do PPS, do PDT, Partido de V. Ex<sup>a</sup>, e do PT decidimos coletivamente por não fazer aparte a V. Ex<sup>a</sup>. Assim decidimos porque V. Ex<sup>a</sup>, embora seja uma indicação do Bloco da Oposição, está acima da disputa "ideologizada", programática, da disputa muitas vezes feroz que se estabeleceu nesta Casa no debate de idéias entre o Governo e a Oposição. E todos os Parlamentares do Bloco da Oposição não levantaram seus microfones para fazer um aparte a V. Ex<sup>a</sup>. porque maior do que o nosso aparte é o si-

lêncio que esta Casa, coletivamente, fez para ouvi-lo. É justamente no silêncio que nos encontramos, com as nossas histórias, com a nossa consciência. Portanto, a mais bela resposta que esta Casa dá a V. Ex.<sup>a</sup>, como sinal de respeito é, sem dúvida alguma, o silêncio que foi feito. E mais do que o silêncio, todos os parlamentares do Bloco da Oposição parabenizaram V. Ex.<sup>a</sup>, pela coragem, pela determinação de assumir uma candidatura extremamente difícil, uma candidatura que não estava respaldada pelas grandes personalidades de uma disputa desqualificada e "despolitizada" no seio da base de Governo. V. Ex.<sup>a</sup>, assumiu não para fazer uma disputa "ideologizada", não para fazer uma disputa dos partidos da Oposição contra a base governista, mas para fazer o reencontro do Senado com a história que o povo brasileiro espera. Assim, parabeno V. Ex.<sup>a</sup>, não somente em meu nome, mas em nome de todos os parlamentares da Oposição e, tenho absoluta certeza, em nome de muitos parlamentares que, talvez, não levantem o microfone, mas que, silenciosos com sua própria consciência, respeitam V. Ex.<sup>a</sup>.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (Bloco/PDT – AM) – Obrigado, Senadora Heloisa Helena. Vindo de V. Ex.<sup>a</sup>, esse aparte me agrada muito, porque costumo dizer que V. Ex.<sup>a</sup> é um dos poucos que ainda costumam ser tomados por aquela santa ira contra as coisas erradas e as mazelas deste País.

**O Sr. José Eduardo Dutra** (Bloco/PT – SE) – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte, eminente Senador Jefferson Péres?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PSDB – AM) – Ouço-o com muita satisfação, eminente Senador José Eduardo Dutra.

**O Sr. José Eduardo Dutra** (Bloco/PT – SE) – Senador Jefferson Péres, eu também não ia apartear-lo. Contudo, ocorreu-me fazer um registro ao ver entrar no plenário o Deputado Arthur Virgílio, seu conterrâneo e Líder do Governo no Congresso Nacional, e me lembrei de uma entrevista sua publicada na **Folha de S. Paulo**, na edição de ontem, que traz um cartaz feito por Henfil, que S. Ex.<sup>a</sup> guarda até hoje em seu gabinete. Indubitavelmente, se Henfil fosse vivo e, diante da atual conjuntura nacional, com o esgarçamento da ética, possivelmente faria publicar, em um dos jornais, um daqueles cartazes com a força de dez editoriais, com o bode orelando nas costas do Zeferino e a graúna nas costas do bode orelando, olhando para o horizonte e perguntando: "Você está vendo alguma esperança para o Senado em 2001?". "Estou", res-

ponderia a graúna. É o Senador Jefferson Péres. Muito obrigado.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PSDB – AM) – Muito obrigado mesmo, Senador José Eduardo Dutra.

**O Sr. Roberto Requião** (PMDB – PR) – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte, eminente Senador Jefferson Péres?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PSDB – AM) – Concedo o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>, com muita alegria, ilustre Senador Roberto Requião, para encerrar de forma vulcânica.

**O Sr. Roberto Requião** (PMDB – PR) – Os vulcões, de tempos em tempos, são sujeitos a erupções. O Senado precisa de uma erupção vulcânica para discutir esse processo que elegerá nosso Presidente. Essa passividade e tranqüilidade dos cemitérios não é própria a véspera e a ante véspera de uma decisão desta importância. Quero cumprimentá-lo, Senador, por ter posto a sua candidatura e cumprimentar o Bloco por tê-lo lançado. Está estabelecido o contraditório, a paz dos cemitérios foi quebrada. Cumprimento V. Ex.<sup>a</sup> porque tem as credenciais necessárias para esta disputa e que o colocará ao conjunto dos Senadores uma proposta para operacionalizar esta discussão, que não seja a discussão dos corredores, que não seja a discussão dos favores da distribuição das comissões, que seja uma discussão clara feita no Plenário. Eu proponho que V. Ex.<sup>a</sup>, indicado pelo Bloco, e o Senador Jader Barbalho, indicado pelo PMDB, se submetam a uma sabatina, como aqui fazemos aos Ministros dos Tribunais Superiores ou aos embaixadores indicados pelo Presidente da República. Uma sabatina no Plenário, trinta minutos para cada pretendente expor a sua plataforma, porque afinal eu tenho o desejo enorme de saber o que propõem os candidatos à Presidência do Senado, o do PMDB e V. Ex.<sup>a</sup>. A regra seria a regra regimental a que se submetem os ministros e os embaixadores. Se mais um candidato oficializar a sua candidatura teremos mais um personagem neste processo. Vinte minutos para cada um e a palavra dada aos Senadores conforme as regras regimentais. Senador Jefferson Péres, o PMDB lançou um candidato. Sou peemedebista, mas tenho um critério muito claro de decisão política. Em primeiro lugar, a minha consciência; em segundo lugar, o meu País; e, em terceiro lugar, o Partido. Tenho grande interesse em assistir à discussão das propostas dos candidatos à Presidência do Senado. Que não seja mais uma negociação de cargos e de indicações de Secretarias, mas que o Plenário participe e que os candidatos se posicionem com a mais absoluta trans-

parência diante dos Senadores, apresentando seus programas de administração do Senado Federal nos próximos dois anos. Não sei como operacionalizo essa proposta – talvez em termos de um projeto de resolução –, mas, de qualquer forma, a apresento para a Mesa, para as Lideranças Partidárias e para o conjunto dos Senadores, neste momento. Parabéns por ter aberto o contraditório, no processo de escolha do nosso próximo Presidente, Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (Bloco/PDT – AM) – Grato, Senador Roberto Requião. De minha parte, está aceita a sugestão. Em dia e hora de sinalados, estarei aqui para expor o que eu pretendo fazer na Presidência do Senado.

**O Sr. Ademir Andrade** (PSB – PA) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (Bloco/PDT – AM) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O Sr. Ademir Andrade** (PSB – PA) – Senador Jefferson Péres, desejo também me congratular com V. Ex<sup>a</sup>. O seu discurso foi absolutamente perfeito, extremamente realista na análise do quadro que ora se avizinha. Lamento profundamente que o Presidente da República não faça realmente o que diz fazer. Sua Excelência diz, e manifesta publicamente, que está fora do processo da decisão dessa questão no Congresso Nacional, mas, na verdade, não está. O discurso de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jefferson Péres, é como o que fazemos em muitos momentos nesta Casa: extremamente bem-intencionado, defendendo o interesse do povo brasileiro mas, quando em votação no Congresso Nacional, somos sempre, na sua grande maioria, derrotados. O Presidente Fernando Henrique Cardoso tem um poder enorme no Congresso Nacional, faz aqui o jogo de troca de cargos, dos favores que oferece e assim por diante. V. Ex<sup>a</sup> tem dito – e é uma realidade – que para ganhar essa eleição de veria ter efetivamente o apoio do PFL; isso tornaria possível a sua vitória. Creio que há muitos Senadores do PFL que desejam ou admitem a possibilidade desse apoio a V. Ex<sup>a</sup>. Mas é justamente aí, Senador Jefferson Péres, que o Presidente Fernando Henrique Cardoso entra na disputa e diz que se votar no Senador Jefferson Péres está votando contra o Governo. Então, o que deseja o Presidente da República? Por que um homem como V. Ex<sup>a</sup> não serve aos interesses na Nação? Por que um homem como V. Ex<sup>a</sup>, com os propósitos que tem, com a moderação que tem e que todos conhecemos, tendo sido eleito inclusive pelo Partido do Presidente, não merece o apoio presidencial? Seria melhor que Sua Excelência ficasse de fora. Entre-

tanto, o Presidente da República mente à Nação brasileira, pois está dentro do processo e, lamentavelmente, contra V. Ex<sup>a</sup>. Infelizmente, o Presidente manda em muitos Senadores desta Casa, o que torna a disputa desigual e difícil. Deixo registrada aqui essa verdade. O Presidente deveria assumir publicamente a sua posição, porque foi justamente quem determinou ao PFL: "Não aceitarei a indicação, senão o PFL estará fora do meu Governo". Essa era a possibilidade que tínhamos da vitória de V. Ex<sup>a</sup> nesta Casa. Faço este registro parabenizando V. Ex<sup>a</sup> pela coragem e pela disposição. Espero realmente que o Presidente da República se comporte à altura, falando pelo menos a verdade e assumindo os seus atos e as suas responsabilidades.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (Bloco/PDT – AM) – Senador Ademir Andrade, prefiro continuar acreditando na promessa pública do Presidente da República de não interferir nesta Casa. Prefiro continuar sendo ingênuo, porque, além de ser institucionalmente impróprio a ingerência de um Poder em outro, creio até que me xeria com os brios dos Senadores do PFL. Tenho certeza que S. Ex<sup>as</sup> possuem brios como todos nós e não acredito que aceitassem esse **diktat** presidencial em forma de ameaça. Prefiro continuar cren-do que o Presidente ficará distante.

**O Sr. Carlos Wilson** (PPS – PE) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (Bloco/PDT – AM) – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Carlos Wilson** (PPS – PE) – Senador Jefferson Péres, antes de dar início ao aparte, peço desculpas à Senadora Heloisa Helena, porque nós, que formamos o Bloco de Oposição, assumimos o compromisso de não o apartear. Mas senti-me realmente desejoso de fazê-lo, porque tenho por V. Ex<sup>a</sup> um profundo respeito. Chegamos a esta Casa juntos, em 1995, e fomos eleitos pelo mesmo Partido, o PSDB. Desde então, mantivemos sempre um relacionamento muito próximo. Todas as vezes, procurava ouvir a opinião de V. Ex<sup>a</sup>. Fomos os dois únicos Senadores que, eleitos pelo PSDB, deixamos a Legenda mantendo sempre um alto nível de entendimento com os Colegas Senadores do PSDB. A nossa saída do Partido não deixou seqüelas. Lembro-me bem de que, numa das reuniões do Partido, comandada pelo Líder, Sérgio Machado, V. Ex<sup>a</sup> já demonstrava o desconforto de pertencer àquela Legenda, porque sempre se posicionava com independência nesta Casa. Na hora da votação, o Senador Jefferson Péres sempre se manifestava de acordo com a sua consciência.

Num dia, os jornais noticiaram: "O Presidente Fernando Henrique fica bastante incomodado com a posição de independência do Senador Jefferson Péres". E V. Ex.<sup>a</sup> um dia falou: "Entre a minha consciência e fazer com que o Presidente Fernando Henrique Cardoso fique satisfeito com a minha postura, vou preferir sair do PSDB e continuar em paz com minha consciência, podendo olhar, com a maior dignidade, para os meus eleitores lá do Amazonas". V. Ex.<sup>a</sup>, quando falou hoje, no seu discurso, referiu-se à sua maneira discreta. Essa maneira discreta é que toca com profundidade a todos nós. Porque, em todos os momentos importantes desta Casa, momentos duros, o Senador Jefferson Péres sempre era designado para compor a linha de frente para enfrentar situações de muitas dificuldades e sempre se comportou com a maior dignidade. Então, Senadora Heloisa Helena, eu não poderia deixar de dar este aparte, porque sei quem é o Senador Jefferson Péres. Convivemos com S. Ex.<sup>a</sup> na Banca do PSDB e aqui, no Senado Federal, cada dia, S. Ex.<sup>a</sup> é uma aula de vida para todos nós. Então, o que importa agora não é saber o resultado da eleição da Presidência do Senado Federal. O que importa é que temos um Senador da dimensão do Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (Bloco/PDT – AM) – Grato mesmo, Senador Carlos Wilson. Desde que nos encontramos, pela primeira vez, houve uma identidade muito grande entre nós. Nossos laços não são apenas respeitosos, são mais do que isso, são afetivos. Nossa identidade é tão grande que nem me lembro de ter havido discrepância nas nossas posições dentro da Banca do PSDB. Pode estar certo de que V. Ex.<sup>a</sup> é um dos bons amigos que tenho nesta Casa.

**O Sr. Paulo Hartung** (PPS – ES) – Permite-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (Bloco/PDT – AM) – V. Ex.<sup>a</sup> tem a palavra, para encerrar.

**O Sr. Paulo Hartung** (PPS – ES) – Senador Jefferson Péres, indiscutivelmente estamos vivendo um momento muito delicado aqui no Senado Federal e, por que não dizer, no Parlamento brasileiro. Estamos vivendo um momento de turbulência política nesta Casa. Em um momento como este pode haver dois tipos de resultantes: avanço ou retrocesso. A disposição de V. Ex.<sup>a</sup>, lastreada no apoio que o Bloco ofereceu a seu nome, a sua coragem para ganhar ou perder são muito importantes na construção de uma boa política. Isso nada tem a ver com ingenuidade e, sim, com politização. Para mim, que sou Senador no início de mandato, é muito triste ver um movimento político

pobre dentro das Casas Legislativas. É muito triste ver o jogo do rolo compressor onde as idéias são deixadas de lado e os questionamentos não são sequer ouvidos por vezes. Parece-me que V. Ex.<sup>a</sup> está cumprindo o papel de transformar essa turbulência política em turbulência de construção democrática. Quero parabenizá-lo pela coragem e determinação demonstradas em seu pronunciamento. Eu, que estou a seu lado nessa caminhada, surpreendi-me mais uma vez com V. Ex.<sup>a</sup>. E creio que o Plenário também. Este Plenário, que dificilmente pára para ouvir um colega, hoje fez silêncio para ouvi-lo. A Senadora Heloisa Helena fez questão de registrar isso. Isso é um sinal claro. Não sabemos se vamos conseguir construir convergências políticas. Mas o silêncio mostra que muita gente não está em paz com a sua consciência nesse processo. Acho que há tempo. V. Ex.<sup>a</sup> deu um bom passo ao apresentar suas idéias, que são nossas também, com tranqüilidade. Vamos tentar, até quarta-feira, transformar essas idéias numa ação política de Mesa. Parabéns! Em meu nome, em nome do Bloco de Oposição, em nome do Senador Roberto Freire, que não está aqui, mas está presente nas minhas palavras, quero me congratular com V. Ex.<sup>a</sup>. Tenho certeza de que a Nação, que está nos acompanhando neste momento, tenho certeza de que os telespectadores da TV Senado – até porque esse processo transbordou; transbordou as paredes do Senado da República – estão satisfeitos de ver um homem apresentando suas idéias e propostas tentando contribuir para construir um novo caminho para o Parlamento brasileiro. Parabéns, Senador Jefferson Péres. Fico satisfeito e orgulhoso do candidato que colocamos neste processo. Muito obrigado.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (Bloco/PDT – AM) – Grato, Senador Paulo Hartung.

Outro dia eu perguntava a um colega desta Casa como o PSDB deu – se ao luxo de perder um Parlamentar do quilate de V. Ex.<sup>a</sup>.

**O Sr. Roberto Saturnino** (PSB – RJ) – Concedo-me V. Ex.<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (Bloco/PDT – AM) – Concedo o aparte a V. Ex.<sup>a</sup>.

**O Sr. Roberto Saturnino** (PSB – RJ) – Senador Jefferson Péres, realmente eu não tinha a intenção de apartear-lo. Não tinha antes do seu discurso e, muito menos, após o seu discurso. Sua densidade, sua seriedade, a concisão e clareza com que colocou as questões dispensaria qualquer aparte. Fala muito mais do que qualquer acréscimo que qualquer um de nós pudesse dar. Entretanto, não resisto ao impulso

de ressaltar uma observação que V. Ex<sup>a</sup> fez no seu discurso que me parece o aspecto decisivo dessa escolha que vamos ter que fazer. A escolha no Senado não se está processando num período normal da vida política do País, mas num período muito especial, onde a consciência do Brasil, que espera ainda, talvez inocentemente, uma transformação revolucionária na vida política do País, olha para esta Casa com uma expectativa ansiosa. Espero que a Casa dê uma resposta a essa expectativa dentro, precisamente, das linhas a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu. Entretanto, o especial que se deve considerar é exatamente o momento muito particular de descrença nas instituições do País em que vamos tomar essa decisão. Espero que os nossos nobres Colegas, especialmente os nobres Colegas do PMDB, levem isso em consideração. Repito: especialmente os nobres Colegas do PMDB devem levar isto em consideração, sem fazer qualquer outro julgamento de natureza pessoal: o momento político que vivemos, a natureza política desta Casa, a sua importância na vida política do País. Quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (Bloco/PDT – AM) – Obrigado, Senador Roberto Saturnino, V. Ex<sup>a</sup> que desde que chegou a esta Casa me impressionou pela sua seriedade, pela sua fidelidade, pelas idéias que sempre teve e que jamais renegou, embora sabendo atualizá-las. V. Ex<sup>a</sup> é uma das referências desta Casa. Muito grato por sua intervenção.

**O Sr. Bernardo Cabral** (PFL – AM) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, nobre Senador Jefferson Péres?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (Bloco/PDT – AM) – Senador Bernardo Cabral, não posso ceder-lhe o aparte, porque o Senador Pedro Simon levanta a mão e me pede um aparte. V. Ex<sup>a</sup> encerrará os apartes. Concedo o aparte ao Senador Pedro Simon, com muito prazer.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Senador Jefferson Péres, considero correta a decisão de V. Ex<sup>a</sup>: quem deve encerrar os apartes é o Senador Bernardo Cabral, porque representa, pela sua capacidade, pela sua amizade, a síntese de todos nós. V. Ex<sup>a</sup> disse, e muito bem, que esta candidatura à Presidência do Senado e da Câmara ocorre numa época que não é normal, de uma forma que não é normal, num período que não é normal. A rigor, as eleições de Câmara e Senado – assim como a dos meus tempos de Assembléia Legislativa – sempre foram assim. Sempre houve um certo tumulto, uma certa discussão, um certo debate, uma certa surpresa de última hora. Vou relatar um fato ocorrido no Rio Grande do Sul. O PTB

tinha maioria e era garantido que já estava eleito o Presidente. O Presidente veio de roupa nova e com um discurso escrito, e muito bem, a dez mãos. Aí mudou um voto. O Braga Gastal, do Partido Libertador, todo mal vestido, porque era um homem de rádio, passou e disse: "Pelo menos me empresta o discurso para eu ler; tu estás com o discurso pronto." Essas coisas acontecem, mas este ano foi diferente. O espetáculo que estamos vendo não soma para ninguém: não soma para o Congresso, nem para o Senado, nem para a Câmara, nem para qualquer Parlamentar individualmente, não soma para ninguém. E no meio desse tumulto que há algum tempo estamos vivendo, de repente vem o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, que soma para todos. V. Ex<sup>a</sup> se dignifica, dignifica a Casa, dignifica o debate, e queira Deus que, a partir desse pronunciamento, nós passemos a viver uma nova realidade. O opositor de V. Ex<sup>a</sup> deverá vir à tribuna – e espero que use o linguajar de V. Ex<sup>a</sup> – defender suas idéias, seu pensamento, seja o que for. O seu estilo é de uma elegância impressionante, é poético, é profundo, e as palavras são medidas. Eu fiquei profundamente impressionado. Há muito tempo Rui Barbosa não tinha um sucessor no tamanho e no conteúdo das palavras como tem hoje na pessoa de V. Ex<sup>a</sup> da tribuna. V. Ex<sup>a</sup> foi de uma felicidade extrema. Eu tenho o maior carinho por V. Ex<sup>a</sup>, pelas suas idéias, pelo seu pensamento, pela sua independência. V. Ex<sup>a</sup> era do PSDB. Saiu. Nem por isso V. Ex<sup>a</sup>, quando vai à tribuna, é daqueles que faz uma oposição sistemática ou oferece um apoio nesse sentido. V. Ex<sup>a</sup> tem independência total e absoluta, vota de acordo com a sua consciência. Muitas vezes, eu que tenho muita identidade com V. Ex<sup>a</sup>, o procurei para dizer: Mas como V. Ex<sup>a</sup> vai votar essa matéria? E V. Ex<sup>a</sup> disse: – Eu penso assim. Portanto, acho que hoje esta Casa viveu um grande dia. E queira Deus que a partir de hoje esta Casa e a outra sigam este exemplo. Veja como V. Ex<sup>a</sup> falou o que esta Casa deseja pelo silêncio com que foi ouvido, os apartes que foram dados a V. Ex<sup>a</sup>, independente dos que vão votar em V. Ex<sup>a</sup>. E V. Ex<sup>a</sup> disse bem, independente de outros que, por várias razões, não poderão votar em V. Ex<sup>a</sup>, mas que gostariam de fazê-lo. V. Ex<sup>a</sup> conquistou a unanimidade, no carinho, no respeito, na seriedade. Esta Casa vive hoje um grande dia com o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Que este dia sirva para retornarmos ao rumo tradicional, esquecendo os últimos dias, que, cá entre nós, foram trágicos.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (Bloco/PDT – AM) – Grato, Senador Pedro Simon, mas realmente me comparar a Rui Barbosa é uma hipérbole – atribuo à

sua retórica. Mas, se eu foreleito Presidente do Senado e instituir o Estado da União, sugerida pelo Senador Eduardo Suplicy, quem sabe em 2003 V. Ex<sup>a</sup> não esteja aqui fazendo a leitura da sua mensagem para a Nação brasileira?

**O Sr. Eduardo Siqueira Campos** (PFL – TO) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (Bloco/PDT – AM) – Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup> e depois, definitivamente, ao Senador Bernardo Cabral.

**O Sr. Eduardo Siqueira Campos** (PFL – TO) – Veja V. Ex<sup>a</sup>, Senador Jefferson Péres, a dificuldade que V. Ex<sup>a</sup> tem para terminar vosso pronunciamento. Eu não iria, Sr. Presidente e meus nobres Pares, fazer apenas mais um aparte se não houvesse, ao menos no meu entendimento, algo do qual senti falta. Conversei com alguns colegas sobre o que diz a imprensa diariamente a respeito do período que estamos vivendo. Trata-se de um momento importante, ocasião em que as Casas decidem os rumos, os nomes, a Presidência, a instituição, tudo dentro do período da convocação extraordinária. Li nos jornais que serão R\$9,5 milhões jogados no ralo porque estamos cuidando, cada partido de sua forma, de interesses partidários, não dos desta instituição, muito menos dos interesses desta Nação. Se há algo que não desejo é estar melhor na opinião pública do que meus pares, Deputados e Senadores. No entanto, sinceramente, creio que não vamos chegar a produzir uma pauta, no período da convocação extraordinária, que satisfaça a Nação, a opinião pública e a imprensa. Nada que votarmos terá sido importante, até porque o óbvio irá acontecer. No momento em que os partidos concentram suas atenções em algo importante para a Nação, a Presidência do Senado e da Câmara dos Deputados, vêm os itens da convocação, a necessidade de regulamentarmos medidas provisórias. Certamente, não os votaremos nesse período, em um quadro de mudanças, como as que ocorreram na Câmara com meu próprio Partido. Sr. Presidente, fiquei imaginando que seria, no mínimo, ridicularizado, e não faria isso – como disse – para ficar bem diante da opinião pública, porque poderia haver uma proposta das duas Casas, para que não recebêssemos por essa convocação extraordinária, até para não estarmos premidos por essa necessidade de votarmos algo importante, o que não conseguiremos fazer. Não somos culpados pela convocação. É uma obrigação constitucional. Mas também não temos obrigação de receber por esse trabalho, quem sabe o próprio Fundo de Combate à Pobreza. Sr. Presidente, não sei, repito

sinceramente aos meus colegas que essa situação me incomoda profundamente, diariamente ver o Senado e a Câmara, instituições importantes da nossa sociedade, cobradas porque vão desperdiçar, jogar no ralo R\$9,5 milhões. Dentro disso tudo, nobre Senador Jefferson Péres, vim assistir ao seu pronunciamento, e sabe bem V. Ex<sup>a</sup> e os demais Pares desta Casa que o meu partido se reunirá para decidir os seus rumos, não posso me antecipar nem tampouco prever qual será a decisão, mas posso afirmar, Senador Jefferson Péres, não há resultado que possa desfavorecer a biografia de V. Ex<sup>a</sup>. Muito obrigado.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (Bloco/PDT – AM) – Obrigado, Senador Siqueira Campos. Concordo com V. Ex<sup>a</sup> sobre a frustração que vai causar à sociedade essa convocação extraordinária, mas creio que o importante é adotarmos mudanças institucionais que no futuro tornem desnecessárias essas convocações.

**O Sr. Bernardo Cabral** (PFL – AM) – Senador Jefferson Péres, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (Bloco/PDT – AM) – Para encerrar, ouço meu velho amigo e conterrâneo Bernardo Cabral.

**O Sr. Bernardo Cabral** (PFL – AM) – Caro colega Jefferson Péres, quando a candidatura de V. Ex<sup>a</sup> foi lançada, os jornalistas da minha terra me procuraram – e lá se vão uns quinze dias – e eu disse a eles que esperava, primeiro, que meu Partido definisse se apresentaria ou não candidato à Presidência do Senado; e o fiz por uma questão de lealdade partidária. Vejo que meu Partido não tem candidato, pelo menos até agora oficial, à presidência da Casa e, conseqüentemente, poderá indicar um candidato fora dos seus quadros. Ao dizer isso, respondia que pediria que meu Partido me liberasse para votar com meu Estado. Por quê? V. Ex<sup>a</sup> nasceu no mesmo mês e ano do meu nascimento. Somos, portanto, diplomados na mesma faculdade. Tive apenas o desprazer de ter nascido oito dias após V. Ex<sup>a</sup>, senão teria me antecipado. Fui a casa de V. Ex<sup>a</sup> quando meu Partido lançava minha candidatura ao Senado e o convidei, por duas vezes, para formarmos a dupla para concorrer ao Senado. Àquela altura, V. Ex<sup>a</sup> dizia que preferia candidatar-se a deputado federal mudando, depois, para alegria do Senado Federal. Senador Jefferson Péres, que rodiu a V. Ex<sup>a</sup>, que me conheceu desde os bancos escolares, que nenhuma liderança se afirma pela omissão. Não me vou omitir. Vou pedir ao meu Partido que me libere e já dei conhecimento, ontem, ao seu Líder maior de que iria fazê-lo, porque não

posso votar contra alguém que, como eu, representa o meu Estado. E aqui devo ressaltar a figura do nosso companheiro Gilberto Mestrinho, para que não pense que, com a minha atitude, o deixo mal, no sentido de que S. Ex<sup>a</sup> havia me dito, fechada a questão no seu Partido, tendo S. Ex<sup>a</sup> um candidato, não poderia ser outro o seu caminho. Quero falar por mim, com a autorização que teria pedido à Liderança do meu Partido, se tivesse ocorrido a reunião às 12 horas, mas que haverá à noite, para que V. Ex<sup>a</sup> saiba – e aqui não quero, com a omissão de alguns e o silêncio de outros, partilhar o que não me parece oportuno. O que me parece oportuno é que fique em paz com a minha consciência de que não nasci no Amazonas por acaso. O meu voto, portanto, será para V. Ex<sup>a</sup> e para o Estado do Amazonas.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (Bloco/PDT – AM) – Muito obrigado, Senador Bernardo Cabral. O seu gesto só o engrandece. V. Ex<sup>a</sup>, no Amazonas, está em campo político oposto ao meu e, provavelmente, vai concorrer comigo, em 2002. Ao manifestar esse apoio a mim, publicamente, demonstra que não é movido por questões menores, só os medíocres fazem isso, não é o caso de V. Ex<sup>a</sup>.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Votação, em turno único, do Requerimento nº 6, de 2001, do Senador Paulo Hartung, lido em sessão anterior, solicitando, nos termos regimentais, a convocação do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Celso Lafer, para, perante o Plenário do Senado Federal, prestar informações sobre o embargo comercial canadense à carne bovina brasileira, medida seguida pelo México e Estados Unidos da América, bem como sobre o impasse entre Brasil e Canadá, envolvendo subsídios do governo canadense ao setor de aviação.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PSDB – RR) – Solicito a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup> para encaminhar.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PSDB – RR. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de registrar a importância dos dois requerimentos. O Governo brasileiro tem adotado algumas medidas. O próprio Ministro da Agricultura foi ao exterior, tomou uma posição contundente em defesa dessa questão brasileira. Portanto, é muito importante que os dois Ministros possam vir a esta Casa prestar os esclarecimentos e relatar as providências tomadas pelo Governo brasileiro.

Portanto, o PSDB encaminha favoravelmente o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 7 DE 2001

Requeiro, nos termos do art. 397, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o Ex<sup>mo</sup> Sr. Ministro da Agricultura e do Abastecimento, Dr. Marcus Vinícius Pratini de Moraes, a comparecer a esta Casa, a fim de prestar informações sobre o embargo comercial adotado pelo Canadá, Estados Unidos da América e México contra o rebanho bovino nacional.

#### Justificativa

Os acontecimentos dos últimos dias demonstram a restrição adotada pelos países da América do Norte à importação de carnes brasileira, a pretexto da defesa sanitária dos rebanhos daqueles países. Não há nenhuma justificativa técnica que explique a medida adotada pelos três países visando impedir as nossas exportações.

Torna-se necessário, portanto, esclarecimento pelas autoridades brasileiras, sobre os procedimentos a serem adotados pelo Brasil sobre o caso em questão.

Sala das Sessões, 6 de fevereiro de 2001. –  
**Osmar Dias**, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento que acaba de ser lido, convocando o Ministro Pratini de Moraes para prestar informações sobre o problema da carne bovina.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, requerimento que será lido

pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 8, DE 2001

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, inciso II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno, para o Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 1998 (nº 1.668/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o Título XI do Código Penal, que trata dos crimes contra a Administração Pública.

Sala das Sessões, 6 de fevereiro de 2001.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Em votação o requerimento de urgência sobre a Mensagem do Presidente da República, que altera o Título XI do Código Penal, que trata dos crimes contra a Administração Pública.

A matéria está distribuída em avulsos.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam permanecem sentados (Pausa.)

Aprovado.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima quinta-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, Projeto de Resolução que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1, DE 2001

#### Dispõe sobre a tramitação de requerimento de informação.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º A Subseção II (Dos Requerimentos de Informações) da Seção III (Dos Requerimentos) do Capítulo I (Das Espécies) do Título VIII (Das Proposições) do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

#### “Subseção I dos Requerimentos de Informações (Const., art. 50, § 2º) Disposições Gerais (NR)

Art. 216. O Senador ou Comissão poderão apresentar requerimento de informação, dirigido a Ministro de Estado ou a qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, sobre assunto submetido à apreciação do Senado Federal ou atinente a sua competência fiscalizadora. (NR)

§ 1º O requerimento de informação deverá ser dirigido a Ministro de Estado ou a titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, ainda que contenha pedido relativo a órgão ou entidade da administração pública indireta sob sua supervisão. (AC)

§ 2º As informações solicitadas deverão ter relação estreita e direta com o assunto que se pretende esclarecer. (AC)

Art. 216-A. O requerimento de informação não poderá conter: (AC)

I – pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido; (AC)

II – pedidos referentes a mais de um Ministério. (AC)

Art. 216-B. Lido na Hora do Expediente, o requerimento de informação será despachado à Mesa, para decisão, no prazo de quinze dias úteis. (AC)

§ 1º O requerimento será distribuído pelo Presidente a um relator, que, para apresentar o seu relatório, terá a metade do prazo da Mesa. (AC)

§ 2º Aprovado o requerimento pela Mesa, serão solicitadas à autoridade competente as informações requeridas, ficando

interrompida a tramitação da matéria que se pretende esclarecer. (AC)

§ 3º O requerimento aprovado parcialmente será encaminhado à autoridade contendo apenas os quesitos deferidos. (AC)

§ 4º Se as informações requeridas estiverem disponíveis no Senado ou tiverem sido prestadas em resposta a pedido anterior, o requerimento de informação será considerado prejudicado. (AC)

§ 5º O requerimento de informação rejeitado será arquivado, feita a comunicação ao autor. (AC)

§ 6º Nos casos dos §§ 3º a 5º, será feita comunicação ao Plenário. (AC)

§ 7º O Presidente poderá, **ad referendum** da Mesa, deferir o requerimento de informação. (AC)

Art. 216-C. As informações recebidas, quando se destinarem à elucidação de matéria pertinente a proposição em curso no Senado, serão incorporadas ao respectivo processo. (AC)

Art. 216-D. Ao final do prazo de trinta dias, contado do recebimento pelo destinatário da solicitação, se as informações ainda não houverem sido prestadas, o Senado reunir-se-á, dentro de três dias úteis, para declarar a ocorrência do fato e adotar as providências decorrentes do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição. (AC)

§ 1º A Mesa poderá, antes de declarar a ocorrência do fato a que se refere o **caput** deste artigo, decidir pela reiteração do pedido de informações, cujo atendimento, nesse caso, deverá ocorrer no prazo máximo de dez dias. (AC)

§ 2º O autor do requerimento, sob o fundamento de haver sido incompleta a resposta, poderá solicitar à Mesa a reiteração do pedido de informações, cujo atendimento deverá ocorrer no prazo estabelecido no parágrafo anterior. (AC)

§ 3º O disposto no **caput** deste artigo aplica-se, no que couber, ao caso de prestação de informações falsas. (AC)

Art. 217. O requerimento de remessa de documentos equipara-se ao requerimento de informação. (NR)

Art. 217-A. No caso de o requerimento abranger informação de caráter sigiloso, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Subseção II-A desta Seção."

Art. 2º. Acrescente-se, logo após a Subseção de que trata o artigo anterior, a seguinte Subseção:

**"Subseção II-A  
Dos Requerimentos de Informações  
Sigilosas referentes a Operações  
de Instituições Financeiras  
(Lei Complementar nº 105, de 2001) (AC)**

Art. 217-B. Quando abranger informação sigilosa referente a operações ativas e passivas e serviços prestados pelas instituições financeiras de que trata o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de janeiro de 2001, o requerimento deverá ser fundamentado, esclarecendo o vínculo entre a informação solicitada e a matéria sob apreciação pelo Senado Federal ou atinente à competência fiscalizadora da Casa. (AC)

§ 1º O requerimento, de iniciativa de Senador ou Comissão, deverá conter, na medida do possível, dados como nome do titular, número da conta, instituição financeira, agência, período da movimentação financeira, de modo a contribuir para a celeridade da coleta das informações solicitadas. (AC)

§ 2º O requerimento poderá ser dirigido a:

I – Ministro de Estado ou a qualquer titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República; (AC)

II – presidente de instituição financeira privada, ou a de entidade privada equiparada a instituição financeira, ou a seu preposto; (AC)

III – gerente de agência de instituição financeira privada. (AC)

§ 3º Quando as informações pretendidas devam ser prestadas pelo Banco Central do Brasil, pela Comissão de Valores Mobiliários ou por instituição financeira integrante da Administração direta ou indireta da União, dos Estados e do Distrito Federal, o requerimento deverá ser dirigido ao Ministro de Estado a que estiver subordinada ou vinculada a entidade informante, na hipótese de instituição financeira da União, ou ao

Ministro de Estado responsável pela fiscalização da entidade, quando se tratar de instituição financeira estadual ou do Distrito Federal. (AC)

§ 4º Nos termos do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, são consideradas instituições financeiras, para os efeitos desta Subseção: (AC)

I – bancos de qualquer espécie; (AC)

II – distribuidoras de valores mobiliários; (AC)

III – corretoras de câmbio e de valores mobiliários; (AC)

IV – sociedades de crédito, financiamento e investimentos; (AC)

V – sociedades de crédito imobiliário; (AC)

VI – administradoras de cartões de crédito; (AC)

VII – sociedades de arrendamento mercantil; (AC)

VIII – administradoras de mercado de balcão organizado; (AC)

IX – cooperativas de crédito; (AC)

X – associações de poupança e empréstimo; (AC)

XI – bolsas de valores e de mercadorias e futuros; (AC)

XII – entidades de liquidação e compensação; (AC)

XIII – outras sociedades que, em razão da natureza de suas operações, assim venham a ser consideradas pelo Conselho Monetário Nacional. (AC)

§ 5º As empresas de fomento comercial ou **factoring**, para os efeitos desta Subseção, são equiparadas às instituições financeiras. (AC)

Art. 217-C. Lido na Hora do Expediente, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, para apresentar o seu parecer quanto à constitucionalidade, juridicidade, mérito e pertinência dos fundamentos da solicitação, no prazo máximo de duas reuniões ordinárias da Comissão. (AC)

Parágrafo único. O parecer da CCJ será lido na Hora do Expediente, publicado no Diário do Senado Federal e em avulsos. (AC)

Art. 217-D. O requerimento será incluído em Ordem do Dia para deliberação do

Plenário do Senado Federal, respeitado o interstício de que trata o art. 280. (AC)

§ 1º Para a aprovação do requerimento em Plenário é necessária a maioria dos votos, presente a maioria absoluta dos Senadores. (AC)

§ 2º Aprovado o requerimento, serão solicitadas as informações à autoridade ou à instituição financeira competente, ficando interrompida a tramitação da matéria que se pretende esclarecer. (AC)

§ 3º Aplica-se ao requerimento de informação sigilosa referente a operações de instituições financeiras, no que couber, o disposto nos §§ 2º ao 6º do art. 216-B e nos arts. 216-C, 216-D e 217. (AC)

Art. 217-E. A correspondência do Primeiro-Secretário da Mesa do Senado Federal encaminhando o pedido de informações deverá mencionar expressamente: (AC)

I – a data da sessão em que o requerimento foi aprovado; (AC)

II – a informação de que o requerimento foi aprovado pelo Plenário do Senado Federal; (AC)

III – que as informações prestadas e os documentos enviados serão mantidos em sigilo; (AC)

IV – a informação de que o prazo máximo para a resposta será de trinta dias; e (AC)

V – a transcrição, na íntegra do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001. (AC)

Parágrafo único. Juntamente com a correspondência do Senado, será encaminhada cópia integral ou avulso do requerimento de informação sigilosa. (AC)

Art. 217-F. Ao final do prazo de trinta dias, contado do recebimento pelo destinatário da solicitação, se as informações ainda não houverem sido prestadas, quando o destinatário for Ministro de Estado ou titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, proceder-se-á nos termos do disposto no art. 216-D. (AC)

§ 1º Quando o destinatário for uma das pessoas de que tratam os incisos II e III do § 2º, do art. 217-B, se as informações não houverem sido prestadas no prazo de trinta dias, o Senado encaminhará o caso

ao Ministério Público, para a adoção das providências cabíveis. (AC)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, ao caso de prestação de informações falsas. (AC)

**Art. 217-G.** Aos Senadores e às Comissões, no exame e utilização das informações e documentos sigilosos, aplicam-se as regras específicas sobre a matéria estabelecidas neste Regimento e em Resoluções conexas.

(AC)

**Art. 217-H.** Além da observância das regras mencionadas no artigo anterior, o Senador, requerente ou não, para ter acesso e manusear as informações requisitadas nos termos desta Subseção, deverá assinar termo de responsabilidade, com o propósito de resguardar o indispensável sigilo. (AC)

§ 1º O termo a que se refere este artigo ficará nos autos e dele constará a advertência contida no art. 1º, inciso IV, da Resolução nº 20, de 1993, do Senado Federal. (AC)

§ 2º O Senador ou Comissão não requerente das informações sigilosas, para ter acesso a elas, deverá, mediante requerimento fundamentado, solicitar ao Presidente a transferência do sigilo, que, se a deferir, determinará a observância do procedimento previsto no **caput** deste artigo, **infine**. (AC)

§ 3º A Comissão não requerente das informações sigilosas, ao ter acesso a informações nos termos do parágrafo anterior, somente as poderá utilizar para a finalidade a que se destina, nos termos do Regimento ou do requerimento de sua criação. (AC)

**Art. 217-I.** O disposto nesta Subseção aplica-se aos documentos recebidos em caráter secreto, confidencial ou reservado. (AC)

**Art. 217-J.** O Arquivo do Senado Federal deverá reservar estante especial para a guarda dos documentos a que se refere esta Seção. (AC)"

**Art. 3º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** É revogado o Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 1, 30 de janeiro de 2001.

#### Justificação

Com este Projeto de Resolução, a Mesa do Senado Federal pretende envolver o conjunto dos Sena-

dores na tarefa de disciplinar a tramitação dos requerimentos de informação, em especial do requerimento de informação sigilosa referente a operação de instituição financeira.

Como é do conhecimento da Casa, a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, estabeleceu regras específicas e peculiares para o requerimento de informação protegida pelo chamado "sigilo bancário".

Para regulamentar a referida lei e permitir a sua imediata aplicação no âmbito do Senado Federal, a Mesa editou o Ato nº 1, de 30 de janeiro de 2001.

O Ato da Mesa nº 1, de 2001, além de regulamentar o requerimento de informação sigilosa referente a operação de instituição financeira, consolidou as normas até então existentes sobre os requerimentos de informação em geral (arts. 216 e 217 do Regimento Interno e os Atos da Comissão Diretora nºs 14, de 1990, e 22, de 1991). Em outros termos, ao editar o referido Ato, a Mesa não apenas disciplinou as matérias contempladas pela Lei Complementar nº 105, de 2001, mas também aproveitou a oportunidade para consolidar em uma mesma diploma legal, todas as regras existentes sobre requerimento de informação.

Como, evidentemente, trata-se de matéria de maior importância para o exercício das atribuições constitucionais do Senado, a Mesa entendeu que, após a edição do Ato – que ocorreu para dotar de eficácia imediata a referida Lei Complementar –, o mesmo deveria ser submetido à apreciação do conjunto da Casa.

Assim, o presente Projeto de Resolução nada mais é do que o Ato nº 1, de 30 de janeiro de 2001, com adequações redacionais e pequenos acréscimos decorrentes de pareceres vigentes sobre a matéria, e reflete o propósito de que a matéria seja deliberada por todos os Senadores e incorporada ao Regimento Interno.

Sala das Sessões, 6 de fevereiro de 2001.

The image shows two handwritten signatures in black ink. The top signature is larger and more stylized, while the bottom one is smaller and more compact. Both appear to be official signatures of high-ranking officials in the Brazilian Senate.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – O projeto lido vai à publicação e terá sua tramitação iniciada a partir do dia 16.

Lembro às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que haverá sessão do Congresso Nacional às 18 horas e 30 minutos de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra, para uma comunicação, ao Senador Romero Jucá.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PSDB – RR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, desta tribuna, ao longo do meu mandato, tenho defendido o Estado de Roraima, sua população, as liberdades democráticas e a condição de vida do nosso povo. Veinho, mais uma vez, a esta tribuna registrar um fato lamentável. Estou hoje encaminhando correspondência ao Ministro da Justiça para que sejam tomadas providências urgentes para a segurança do meu Estado, visando à proteção do cidadão.

A opinião pública tomou conhecimento, por meio da imprensa, de que traficantes davam treinamento à Polícia Militar e à Secretaria de Segurança Pública. Os jornais de Roraima estamparam em suas primeiras páginas: "Traficantes davam treinamento para grupo de elite da Polícia Militar"; "Detento dava aula às Polícias Militares"; "Traficantes treinavam policiais do grupo técnico de ataque"; "Imagens mostram preso treinando grupo de elite"; "Juiz confirma saída de preso sem autorização"; "Ministério Público apura responsabilidade no caso da liberação dos presos".

Estranhamente, Sr. Presidente – parece uma piada de mau gosto, mas não o é –, presos por crimes federais, até por tráfico de drogas, estavam treinando membros do Governo do Estado. Ou seja, os bandidos estão treinando a Polícia no Estado de Roraima.

Tal fato merece, se não o estupor dessa situação, merece a reprimenda de toda a sociedade.

O Governo do Estado não se pronuncia. O Vice-Governador que está em exercício diz que não leu as matérias que saíram no jornal e, portanto, o Estado não pode se pronunciar.

Venho a esta tribuna registrar esse fato lamentável e dizer que estou encaminhando o ofício ao Ministro da Justiça, ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal para que sejam tomadas providências no sentido de se dar segurança ao povo de Roraima, tendo em vista que, infelizmente, os bandidos estão treinando a Polícia e, portanto, não se pode ter, hoje, segurança nenhuma a respeito dessa questão.

É um fato lamentável, que merece explicações do setor público do Estado. O Ministério da Justiça precisa se pronunciar para não permitir essa lacuna que deixa intranquila toda a sociedade de Roraima.

Se os bandidos estão saindo sob a proteção da Polícia, a quem será entregue, hoje, a segurança do Estado de Roraima? O Secretário de Segurança não se pronunciou, volto a dizer; o Governo do Estado também não se pronunciou; e existe hoje uma situação lamentável no nosso Estado, tendo em vista essa realidade e essas manchetes que ganharam a imprensa nacional.

Portanto, deixo aqui o meu repúdio e o firme propósito de defender a população do Estado e de pedir providências ao Ministério da Justiça, solicitando a transcrição dessas matérias que foram apostas na imprensa de Roraima para os Anais desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM  
SEU PRONUNCIAMENTO:**

## Assembléia vai esperar por governador

**APESAR DE CONSIDERAR GRAVE O FATO DE UM TRAFICANTE TREINAR POLICIAIS, A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA VAI AGUARDAR PROVIDÊNCIAS DO GOVERNADOR**

O presidente da nova mesa diretora da Assembleia Legislativa, Berinho Bantim (PSL), disse ontem à tarde por telefone que não havia lido a matéria publicada ontem nos jornais.

"Não li, mas se realmente ele for traficante, o comandante da PM tem que tomar providências imediatas. Considero grave e repúdio que uma pessoa que não goza de bom costume treine um grupo de elite", disse.

Bantim disse que Assembleia só vai tomar providências caso o governador e nem a corporação se manifeste. "Tenho certeza que não vai ser preciso a Assembleia intervir porque conheço a pessoa do coronel Wilson e sei que não é do perfil dele aceitar esse tipo de comportamento", afirmou.

O deputado disse ainda que o vice-governador não deverá apurar esse irregularidade. "Ele não vai apoiar

em hipótese alguma uma pessoa com maus antecedentes treinar um grupo de repressão", complementou.

**VICE-GOVERNADOR** - O vice-governador Flamarion Portela disse ontem à tarde por telefone que não tinha lido a matéria publicada na *Folha*, por isso não iria se pronunciar a respeito. "Vi a manchete, mas não li a matéria", disse.

Indagado sobre qual a posição do governo e que providências deveriam ser tomadas, ele respondeu que não estava preparado para dar entrevistas. "Não discuti isso com o coronel (Wilson). Não tive tempo para discutir este tema e não estou dominando a matéria para dar entrevista", justificou.

Foto: Agência/Folha



Berinho Bantim acredita que governador e comandante da PM vão agir com r

1999

**POLÍTICA**

# MPE apura responsabilidade no caso da liberação de preso

Foto: Sérgio Souza - 02/28/2001

**EM PROCEDIMENTO DE ABERTO ONTEM COM A FINALIDADE DE APURAR AS RESPONSABILIDADES PELO LIBERAMENTO DE PAULO ROBERTO FRANCISQUELLI QUE DAVA CITA PARA O GATE**

**MARILYN FREITAS**  
Da Justiça de Política

O Ministério Público Federal (MPF) abriu um processo de apuração de responsabilidades no caso da liberação de Paulo Roberto Francisco, o cara de pára-queda, para policiais de elite da Polícia Militar.

Sem apurar também o caso de Paulo, está em andamento a Cadeia Pública de Curitiba para apurar a responsabilidade das camadas de comando e de execução não apenas militares, mas também policiais civis e militares. No entanto, conforme informou o MPF, não há intenção de apurar a responsabilidade dos militares envolvidos no caso de Paulo.

A decisão foi tomada na manhã do dia 26 de setembro pelos promotores de Curitiba. Segundo o procurador chefe da 1ª Promotoria de Curitiba, Paulo Roberto Francisco, a denúncia foi recebida em 26 de setembro. O denunciante informou que Paulo Roberto Francisco foi liberado da Cadeia Pública de Curitiba em 26 de setembro.

O caso foi descoberto graças a denúncia anônima feita enviada para o MPF, como de uma lista de nomes de policiais militares envolvidos no caso de Paulo, e



**Carlos Paixão: "Vamos apurar para ver se houve dolo"**

ainda vários ângulos do momento em que ele dá instrução de pára-queda aos policiais do Grupo de Elite da Polícia Militar (GATE).

"Eu e o promotor Montanari fomos ao local e constatamos que o rapaz estava fazendo este tipo de serviço. Jando treinamento. Vamos apurar para ver se há alguma irregularidade, se há excesso na execução penal", disse Paixão. "Vamos apurar para ver se houve dolo".

O promotor disse que constatou a ausência de Paulo Pisto na hora em que visitou o presídio para verificar a denúncia. "Conversei com ele (o condenado) e este me disse que efetivamente estava na Cadeia Pública. Outras pessoas dizem que ele estava fazendo este tipo

de serviço (o treinamento)", contou.

Conforme explicou Carlos Paixão, está comprovado que houve um desvio no cumprimento da execução. "Agora vamos estudar melhor o caso para ver se efetivamente se incidiram em alguma falta ou não. Depois de apurar, vamos analisar para ver se há alguma tipificação penal", informou.

**PUNIÇÃO** - Segundo o promotor, a responsabilidade desse desvio da execução não é do condenado, mas de outras pessoas que permitiram que tal fato ocorresse. "Em princípio, não vejo nenhuma falta do condenado. Se alguém tiver que responder alguma coisa, são aquelas pessoas que praticaram, as que permitiram que prati-

cassem e aquelas que permitiram que ele fosse feito, não é o condenado que praticou", disse Paixão.

Paixão disse também que a responsabilidade principal não será a dos militares, mas a dos policiais civis responsáveis pelo sistema e seus subordinados. "O responsável pelo sistema desde do SVL (Sistema de Vigilância Interna) até a administração devem ter conhecimento disso e deverem responder por isso", reiterou.

Indagado sobre os possíveis danos que esse tipo de poderá trazer à Polícia Militar ou se a Corporação responderá em algum momento pela saída do preso e treinamento, Paixão disse que o Grupo de Ações Especiais (GAE) (Grupo de Ações Especiais), o promotor vai tentar a frisar que a responsabilidade é individual.

# Juiz se *confirma* saída de preso sem autorização

Um juiz disse que antes de entrar de férias não foi feito nenhum pedido para liberação do preso. "Por estar de férias desconheço o que está acontecendo, mas adianto que nenhum preso pode sair sem autorização do juiz de execução penal. Se isso ocorreu, estamos diante de uma flagrante irregularidade", afirmou.

O juiz disse que classificou como "absurdo" um grupo de elite da Polícia Militar ser treinado por um traficante. "É uma situação que a gente fica um pouco estarecido se for verdadeira", complementou o juiz, ao adiantar que só era possível o preso ser liberado caso fosse feito um procedimento específico e se houvesse necessidade.

Esse procedimento, conforme explicou, dura em média 30 dias porque é preciso ouvir, além do Ministério Público, outros departamentos do juiz, existe uma responsabilidade funcional por parte de quem permitiu a saída do preso e a autorização para o treinamento.

O juiz da 2ª Vara de Execução Penal, Gursen De Miranda, disse que antes de entrar de férias não foi feito nenhum pedido para liberação do preso. "Por estar de férias desconheço o que está acontecendo, mas adianto que nenhum preso pode sair sem autorização do juiz de execução penal. Se isso ocorreu, estamos diante de uma flagrante irregularidade", afirmou.

O juiz disse que classificou como "absurdo" um grupo de elite da Polícia Militar ser treinado por um traficante. "É uma situação que a gente fica um pouco estarecido se for verdadeira", complementou o juiz, ao adiantar que só era possível o preso ser liberado caso fosse feito um procedimento específico e se houvesse necessidade.

Esse procedimento, conforme explicou, dura em média 30 dias porque é preciso ouvir, além do Ministério Público, outros departamentos do juiz, existe uma responsabilidade funcional por parte de quem permitiu a saída do preso e a autorização para o treinamento.

Foto: Nelson Assis/Ag. B. B.



Gursen De Miranda: "É uma situação que dá estarecido, se for verdade"

A *Folha* ouviu um analista jurídico para saber quem, além das pessoas que trabalham na Cadeia Pública, poderia responder pela irregularidade. Segundo informou,

o comandante da PM, José Wilson da Silva, poderia responder, pois tem a permissão para o treinamento, uma vez que as normas para um soldado, mesmo para um grupo de elite,



Imagem mostra o traficante Paulo Pinto saída sem segurança reforçada



de acordo com o juiz, o grupo de elite da Polícia Militar, o Grupo de Atuação Especial de Defesa e Segurança (GAEDES), não estava autorizado para o treinamento. O juiz disse que não sabia quem estava autorizando a saída do preso e a autorização para o treinamento.

de acordo com o juiz, o grupo de elite da Polícia Militar, o Grupo de Atuação Especial de Defesa e Segurança (GAEDES), não estava autorizado para o treinamento. O juiz disse que não sabia quem estava autorizando a saída do preso e a autorização para o treinamento.

de acordo com o juiz, o grupo de elite da Polícia Militar, o Grupo de Atuação Especial de Defesa e Segurança (GAEDES), não estava autorizado para o treinamento. O juiz disse que não sabia quem estava autorizando a saída do preso e a autorização para o treinamento.



Delegacia

POLICIA

# Detento dava aulas à policiais militares

## As instruções de curso de rapel aconteciam na caixa d'água da CAER, no bairro no São Vicente

As imagens de um traficante a fazer mostra e condenado por tráfico de drogas Paulo Roberto Pinto da Silva saindo sem escolta policial da Cadeia Pública de Boa Vista para dar aulas de para-quedaismo e rapel aos policiais militares. O caso está sendo apurado pelo Ministério Público Estadual.

Uma das imagens foi feita no dia 30 do mês passado mostra Paulo Pinto deixando a prisão livremente e entrando numa viatura do Grupo de Ações Táticas Especiais da Polícia Militar. Não havia escolta. Os policiais também demonstravam muita cordialidade e intimidade com o detento.

As aulas de rapel aconteciam na caixa d'água da Companhia de Águas e Esgotos de Roraima, no bairro São Vicente, diferente das declarações do diretor da Cadeia Pública, capitão Alencar, anteriormente a imprensa, quando disse que o detento

era conduzido ao Comando da Polícia Militar.

Paulo Pinto é paraquedista profissional e tem experiência em tráfico de drogas, sendo condenada a mais de sete anos de prisão. No ano passado, ele chegou a ser ouvido por deputados da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico.

O promotor Carlos Parcão está investigando o caso e ainda não declarou quais os procedimentos que irá adotar. Ele visitou a Cadeia Pública de Boa Vista e comprovou a irregularidade. Omenor, Paulo Pinto seria ouvido pela promotoria, mas o MPE não confirmou o depoimento.

A assessoria de imprensa da Polícia Militar informou que o comandante da PM, coronel José Wilson está viajando. O diretor da Cadeia Pública assumiu o erro de não ter comunicado a saída do preso ao MPE, informou.



Paulo Pinto sai sem escolta da Cadeia Pública no carro do GATE.



Os policiais militares eram orientados pelo condenado por tráfico.

# Traficante dava treinamento para grupo de elite da Polícia Militar

O traficante Paulo Roberto Pinto estava sendo julgado em Roraima, mas fugiu para dar aulas de para-quedaismo aos integrantes do Grupo de Ações Táticas Especiais da Polícia Militar. O caso está sendo apurado pelo Ministério Público Estadual. Paulo Pinto, que foi punido com prisão perpétua, está na Cadeia Pública de Boa Vista. Segundo o promotor Carlos Parcão, Paulo Pinto estava dando aulas de para-quedaismo e rapel aos policiais militares. O caso está sendo apurado pelo Ministério Público Estadual. Paulo Pinto, que foi punido com prisão perpétua, está na Cadeia Pública de Boa Vista. Segundo o promotor Carlos Parcão, Paulo Pinto estava dando aulas de para-quedaismo e rapel aos policiais militares. O caso está sendo apurado pelo Ministério Público Estadual.



Policiais de elite recebem aula de para-quedaismo de traficante preso na Cadeia Pública.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Está franqueada a palavra aos Srs. Senadores.

**O SR. SEBASTIÃO ROCHA** (Bloco/PDT – AP) – Gostaria de inscrever-me para fazer uso da palavra, por 20 minutos, se possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Antonio Carlos Magalhães) – Antes, está inscrito o Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PFL – RR) – Cedo a minha vez ao Senador Sebastião Rocha.

**O SR. SEBASTIÃO ROCHA** (Bloco/PDT – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, aproveito este momento para expressar minha solidariedade sobretudo às vítimas de alguns fatos graves que nos entristeceram nos últimos dias, ocorridos no meu Estado, o Amapá.

Em primeiro lugar, registro o falecimento do ex-Prefeito de Tartarugalzinho Estado do Amapá Adelino Gurjão, um dos pioneiros do Município, cuja estrutura administrativa ajudou a organizar. Adelino Gurjão, um dos primeiros Prefeitos da cidade, sofreu um infarto e veio a falecer aos 70 anos de idade. Certamente, o povo de Tartarugalzinho está consternado com a perda daquele líder político, que, com erros e acertos, ajudou certamente a construção e a organização do Município de Tartarugalzinho.

Outro fato que nos consternou profundamente nestes últimos dias foi o falecimento de um militante da executiva estadual do PDT, Osvaldino Raiol, que, aos 55 anos, não era apenas um militante partidário; agrônomo de formação, destacou-se na sociedade amapaense como personalidade eclética: escritor, pesquisador, poeta, humanista, filósofo, cientista político embora, repito, sua formação acadêmica fosse a agronomia. Além disso, cursava o quarto ano da Faculdade de Direito.

Osvaldino Raiol, para nós do Amapá, representou um diferencial na intelectualidade do povo da Amazônia. Sem ter nascido no Amapá nasceu no Município de Vigia, no Estado do Pará, transferiu-se para nossa terra e lá desenvolveu inúmeros trabalhos literários. Um deles, bastante destacado, foi tema de vestibular na Universidade Federal do Pará: foi o livro denominado **Utopia da Terra**, que recomendo a todas as pessoas que se interessam pela história do Amapá e da Amazônia e pelo modelo de desenvolvimento lá implementado.

Com sua formação em agronomia, ele era um estudioso da natureza especializado nas questões vinculadas à terra e aos vegetais. Além disso, em seu livro **Utopia da Terra**, pôde demonstrar um conteúdo humanista de grande significado para o povo da Amazônia e para o povo do Amapá. Manifestou-se em conformismo com o modelo de desenvolvimento deslocado para a Amazônia e implementado sobretudo no ditadura militar. Nesse modelo, prevalecia apenas a exploração das riquezas naturais, em que o principal objetivo era o lucro, em detrimento da pessoa humana, do trabalho das pessoas que se dedicaram tanto aos projetos de exploração e extrativismo, principalmente o mineral, mas também o florestal, no Amapá e na Amazônia.

Em seu livro, Osvaldino Raiol esmiúça essa realidade e faz uma lúcida contestação sobre os pressupostos que levaram o bilionário americano Daniel Ludwig a implantar o Projeto Jari, um grande projeto de cultivo de madeira com produção de celulose, à margem direita do rio Jari, na localidade de Monte Dourado. Raiol, como era nosso conhecido, apresenta elementos de pesquisa que comprovam que o que menos foi levado em conta nesse processo de exploração mineral do Amapá e da Amazônia foi a população ribeirinha. Falo exploração mineral porque, no contexto do Projeto Jari, encontra-se também a exploração do caulim, cuja mina situa-se à margem esquerda do rio Jari, no Amapá, mas a industrialização fica à margem direita do rio Amazonas, no Pará. Dessa forma, as riquezas são geradas para o Estado do Pará, em detrimento dos pioneiros da região do Jari. São aproximadamente 20 mil pessoas carentes que habitam palafitas em dois Municípios Laranjal do Jari e Vitória do Jari, em decorrência desse projeto mirabolante que foi o Projeto Jari. No entanto, hoje entendido como fundamental a preservação do Projeto, apesar dos equívocos sobre os quais foi estruturado, porque ele representa uma fonte de geração de renda e de emprego para aquela população tão carente que habita as margens do rio Jari.

Osvaldino Raiol, essa personalidade da história do Amapá, que, por um lapso dos recursos médicos do meu Estado, foi a óbito no pós-operatório imediato de uma simples cirurgia plástica, buscou aprofundar-se no conhecimento da pessoa humana. Mais que agrônomo, era humanista por excelência. Por meio da palavra, procurou disseminar suas idéias pelo Amapá e pelo mundo afora. Nos últimos meses de sua vida, elaborou uma nova obra literária – ainda inédita –, denominada **Amor e Solidão**, que envolve

a poesia e um pouco de autobiografia. Tal obra será lançada pela Editora Alfa-Ômega num futuro próximo, haja vista que o escritor, antes de seu passamento, havia concluído toda a revisão desse trabalho literário, fundamentado também numa profunda pesquisa sobre estes dois temas que muito dizem respeito à pessoa humana – o amor e a solidão –, ambos companheiros do cotidiano de Osvaldino Raiol, que viveu momentos de grande paixão, amor e profunda solidão.

As pessoas devem estar se perguntando: "Mas o Senador vem à tribuna falar com tanto entusiasmo de uma figura de seu Estado que ainda não é nacionalmente conhecida?" No entanto, antecipo que, pelos contatos e conversas que tive com Osvaldino Raiol, cujo livro será lançado em breve, não tenho dúvida de que, infelizmente apenas depois de sua morte, ele será no futuro próximo escritor conhecido nacionalmente. As pessoas que tiveram acesso ao livro **Amor e Solidão** poderão compreender as razões que me fizeram vir a esta tribuna registrar a nossa tristeza, a nossa consternação e o nosso pesar pelo falecimento inesperado, repentino e brusco dessa preponderante figura da cultura amapaense.

Portanto, justifico este pronunciamento, uma vez que nós, homens públicos, estamos muitas vezes habituados a vir aqui e a registrar fatos, ocorrências até óbitos, por dever de ofício, de figuras conhecidas nacionalmente e raramente fazemos questão de ressaltar aquelas pessoas que dedicaram a vida ao estudo do comportamento humano e ao aprimoramento das relações humanas e que, sobretudo, puderam acreditar na sua vocação pela palavra, no seu dom garantido por Deus de transformar a sociedade. Esse era o grande sonho de Osvaldino Raiol.

Quando participava das reuniões do PDT, Osvaldino Raiol, uma figura extremamente ética, ponderada, respeitada nos meios políticos e literários do meu Estado, costumava dizer que tinha o sonho de publicar essa obra que está para ser editada. Hoje ainda o diretor da Editora Alfa – Omega garantiu-me, com o respaldo e apoio da família, que o livro será editado.

Com essa obra, Osvaldino Raiol procurou conhecer profundamente todos os aspectos e estudos, indo buscar na **Bíblia** fundamentos históricos e religiosos para dar sustentação a sua tese do amor e da solidão.

Tenho certeza de que, senão toda a humanidade ou toda a população do Brasil e do Estado do Amapá, todos que terão acesso ao livro **Amor e Solidão**

serão tocados profundamente, no fundo do coração e da alma, pela palavra mágica de Osvaldino Raiol. Ele acreditou piamente que, por intermédio desse livro, pelo seu conteúdo, poderia transformar a sociedade brasileira e, quiçá, mundial, garantindo que caminemos todos na direção da justiça social, da solidariedade, da fraternidade e que o centro, o fundamento tanto para a política como para a ética ou para a economia, seja o homem.

Todos os estudos, todo o esforço, toda a pesquisa de Osvaldino Raiol foi direcionada para uma compreensão melhor e maior do sentido da vida, para a transformação da sociedade e para a disseminação pelo mundo afora do respeito à pessoa humana e dos pressupostos da justiça social, da solidariedade e da fraternidade.

Muito comovido, venho serenamente a esta tribuna, como uma missão, como homem vocacionado também para a justiça social, para a defesa dos interesses maiores da sociedade, com pensamentos voltados para o aprimoramento da nossa sociedade por intermédio desses valores humanos já mencionados – solidariedade, fraternidade, ética e justiça. Tendo, portanto, essa vocação social, como médico, tenho dedicado grandes momentos da minha vida ao estudo do ser humano, principalmente dos males que afetam a pessoa e a sua alma, à psicologia e à filosofia.

Sr. Presidente, era de minha responsabilidade difundir uma figura do meu Estado, até porque também tenho uma vocação em defesa dos interesses do meu Estado, em defesa dos interesses maiores da Amazônia, não apenas no aspecto econômico, desenvolvimentista, social, de infra-estrutura, mas dos valores humanos, que devem ser ressaltados.

O Brasil precisa conhecer melhor o Amapá, e só vai fazê-lo se tiver acesso à história dos homens que ajudaram ou que estão ajudando a construir esse Estado e que buscam, no seu dia-a-dia, transformá-lo num recanto do Brasil e do mundo adequado para se viver com melhor qualidade de vida, com maior justiça social.

Entristece-me e entristeceria muito Osvaldino Raiol essa brutal realidade da política do meu Estado do Amapá, cujos dirigentes não têm discutido os assuntos de interesse da coletividade. A Assembleia Legislativa e o Governo do Estado digladiam-se em questões personalísticas, na busca do domínio das instituições e na implantação de um poder absoluto, do absolutismo, prejudicando até mesmo a juventude amapaense.

Uma faculdade de São Paulo chama da Brás Cubas fez vestibular no Estado do Amapá, e alguns dos aproximadamente 500 estudantes que se dirigiram para cursar a faculdade em Mogi das Cruzes, São Paulo, estão com dificuldades. Como tem sido prejudicial essa briga, essa crise fabricada no Estado do Amapá por interesses personalísticos inferiores, que não condizem com a grandeza do povo do Amapá. A nossa juventude está sendo prejudicada em São Paulo porque as imobiliárias e os proprietários de imóveis estão dificultando o acesso à locação de casas para os estudantes amapaenses, alegando – vejam o absurdo – que o Amapá é terra de traficantes. Isso me revolta.

Venho a esta tribuna falar de uma figura brilhante do meu Estado, demonstrando justamente o contraditório, que o Amapá é uma terra generosa, uma terra que Deus escolheu para proteger, situada à margem esquerda do rio Amazonas, banhada em 600 quilômetros pelo Oceano Atlântico, com recantos belíssimos para a exploração do turismo. O Amapá também é constituído por um povo ordeiro, trabalhador.

O Estado é fruto da miscigenação, onde a cultura africana se juntou à cultura indígena, onde o sangue dos nordestinos se misturou ao sangue do caboclo amazônida. Sou fruto dessa miscigenação, sou produto da mistura do sangue nordestino, do valoroso povo do Nordeste, com o grandioso povo caboclo da Amazônia. Sou neto de nordestino, de cearense, e sou filho de caboclo nascido na ilha grande de Gurupá, no rio Amazonas.

Por tudo isso, minha luta será constante a fim de defender meu Estado e seus habitantes, mesmo aqueles que passam praticamente incógnitas dentro da sociedade plural do Brasil e do nosso universo, mas que, para o Amapá, têm uma grande representatividade e podem servir de paradigma, sim, para que o Brasil, para que essa imprensa manipulada sobretudo pelo Governador Capiberibe tenha uma compreensão melhor do meu Estado e do povo que ali vive.

Não defendo nenhum segmento da política do Amapá envolvido nessa crise; eles não merecem a minha defesa. Envolveram-se nesse processo de autodestruição e com isso estão enlameando o nome do meu Estado do Amapá em benefício pessoal; trata-se de atitudes personalísticas.

Osvaldino Raiol imaginava e defendia que a crise era salutar para o Estado, porque trazia a conhecimento público as mazelas que acontecem nos bastidores – numa repetição bastante aproximada do que acontece hoje nesta Casa pela disputa da Presidência do Senado.

Então, a defesa desse ilustre filósofo e humanista é no sentido de que é importante para a história do Amapá que as pessoas comuns tenham conhecimento do que acontece hoje nos bastidores da política, dos acertos que são produzidos, das evidências, das aberrações que são praticadas pelos homens públicos, e a crise desnudou essas práticas, que são comuns na política, mas que muitas vezes estão protegidas por um falso manto que tenta transparecer uma realidade bastante diferente, mostrando sempre os homens públicos preocupados com os interesses maiores da população e das instituições.

Portanto, essa era a visão de Osvaldino Raiol, que nos leva à reflexão de, de fato, a razão não estava com o filósofo, de que essas crises, embora nos incomodem e muitas vezes nos prejudiquem, como Estado e como povo, servem também para aprimorar a democracia e para produzir maior transparência nos objetivos, nas ações dos políticos e dos administradores públicos.

**O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, nobre Senador?**

**O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT – AP)** – Ouço, com prazer, o aparte do eminente Senador Sebastião Rocha.

**O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Senador Sebastião Rocha, não ouvi todo o discurso de V. Ex<sup>a</sup>, mas parte e, talvez, não tenha a compreensão exata do que foi mencionado. V. Ex<sup>a</sup> falou muito sobre o conflito que houve no Amapá. Tenho, pelo seu Estado e pelo seu povo, a mais profunda admiração e o mais fraterno carinho. Desejo um grande futuro para o povo amapaense, que ele conquiste uma vida melhor e mais digna, que se desenvolva criando as melhores condições para a distribuição de riquezas, que conquiste seus direitos, mas respeitando o meio ambiente. Sei que V. Ex<sup>a</sup> falou muito sobre esses conflitos lá ocorridos, mas não sei a quem V. Ex<sup>a</sup> atribuiu a culpa. Mas V. Ex<sup>a</sup> conhece o crescimento do Poder Legislativo e do Poder Judiciário em todo o território nacional e as benesses que esses Poderes concederam a seus membros e servidores: altíssimos salários, aposentadorias milionárias, enfim, toda espécie de facilidades, o que fez com que esses Poderes passassem a praticamente devorar os orçamentos dos Estados. Isso é regra geral em todos os Estados brasileiros, especialmente nos pequenos, como o Amapá, Roraima, Acre, Rondônia, onde isso aconteceu de uma maneira mais acintosa porque havia menos vigilância, menos fiscalização. Hoje, com a disputa que vem ocorrendo no Senado, estamos descobrindo que a Câmara dos Deputados tem 60 funcionários ganhando mais que De-**

putados e Senadores, R\$17 mil ou ainda mais; uma afronta ao povo brasileiro! Então, creio que todo esse conflito ocorrido no Estado do Amapá muito tem a ver com a situação de irregularidade e de ganância que existe nos Poderes Legislativo e Judiciário do Estado, que querem cada vez mais e não admitem a redução de seus orçamentos, esquecendo a população. Esse foi um conflito talvez inevitável, e, lamentavelmente, conflitos acontecem e não creio que sejam ruins para os Estados. Tenho defendido a briga que vem ocorrendo no Congresso Nacional como algo bom, porque, como ela, aparecem os defeitos das pessoas, seus aliados. Tudo isso mostra a realidade para a população, conscientizando-a, melhora o seu nível de conhecimento para, numa próxima eleição, saber escolher melhor em quem votar. O Governador do Estado do Amapá é do meu Partido. Por S. Ex<sup>a</sup> tenho o maior respeito e carinho, homem íntegro, honesto, correto, democrático, que deseja o bem do povo do Estado do Amapá. Sei que V. Ex<sup>a</sup> tem opinião diferente e a respeito, mas S. Ex<sup>a</sup>, inclusive, está inovando a forma de administrar um Estado da Amazônia. Portanto, aqui manifesto a minha solidariedade, meu apreço, minha amizade ao companheiro João Alberto Capiberibe, Governador do Estado do Amapá. Espero que o PSB continue governando por muito tempo ainda aquele Estado, a sua capital e que, no futuro, venha a governar também todos os Municípios do Estado, pois o meu Partido dá exemplos de administração. Quando há gente ruim no PSDB, nós o excluimos do Partido. V. Ex<sup>a</sup> se elegeu juntamente com o Governador João Capiberibe. Eu não poderia deixar de me manifestar, falar da solidariedade a todo o povo do Amapá e do meu sentimento por todo esse conflito. Contudo, ele foi necessário e, talvez, seja útil para melhorar a vida do povo daquele grande Estado, que já fez parte do Pará. Muito obrigado.

**O SR. SEBASTIÃO ROCHA** (Bloco/PDT – AP)

– Embora com divergências, Senador Ademir Andrade, o aparte de V. Ex<sup>a</sup> muito contribui para o meu pronunciamento, porque reforça a tese do filósofo amapaense que hoje homenageio.

Osvaldino Raiol, falecido no dia primeiro de fevereiro, dizia – relatado por sua irmã durante seu velório em Macapá – que, embora tivesse divergências profundas, como eu, com o Governador Capiberibe – por isso era militante do PDT-, era seu amigo pessoal e por S. Ex<sup>a</sup> tinha grande estima. Temos de ter sabedoria mesmo nas diferenças políticas; devemos separar as questões pessoais, as questões minúsculas, das

questões maiores que de fato interessam para o povo tanto do Estado ou do Município, quanto da Nação.

Então, esta era mais uma visão importante, e não pretendo, de forma alguma, polemizar, neste meu pronunciamento, a questão da crise do Amapá. Apenas mencionei que fatos decorrentes da crise estão prejudicando a população do meu Estado, a juventude do meu Estado, lá fora, em função de que se vendeu essa idéia de que o Amapá era uma terra de traficantes, sem haver constatação da Polícia Federal ou do Ministério Público Federal.

Mas, como disse o Senador Ademir Andrade, na visão do humanista Osvaldino Raiol, a crise acaba sendo favorável, porque põe para fora as mazelas dos poderes, dos políticos, dos administradores públicos. O que mais desejo, como médico, é que os tumores disseminados na estrutura político-administrativa do Amapá sejam extirpados. Nisso tem que haver uma ponderação de todos os contendores.

A esperança que tenho é a de que o Estado do Amapá volte a freqüentar as páginas dos jornais e as emissoras de televisão pelas virtudes do seu povo, pelo que de positivo produz, pelo que de grandioso possui na sua natureza e no seu potencial econômico.

É este o meu compromisso. É esta a minha determinação. Por isso, vim à tribuna ressaltar esta figura exponencial da cultura e da literatura amapaenses que foi Osvaldino Raiol.

Sr. Presidente, embora já tenha ultrapassado o meu tempo, agradeço a tolerância de V. Ex<sup>a</sup>. Gostaria ainda, uma vez que estamos com o plenário praticamente vazio, de manifestar, mudando um pouco o tom do meu discurso, minha solidariedade ao povo do Amapá, especialmente de Macapá, pelo seu aniversário. No domingo, dia 4 de fevereiro, Macapá completou 243 anos, possui, portanto, 200 anos a mais que o Senador Sebastião Rocha. Foi instituída como vila no dia 4 de fevereiro de 1758. Macapá é a única capital brasileira situada às margens desse esplendoroso Amazonas. Macapá possui a fortaleza de São José, a Igreja Matriz, inúmeros outros sítios culturais, ecológicos, como o Marco Zero do Equador, que distingue a nossa cidade de Macapá como a única cidade brasileira cortada pela linha do Equador, onde existe um monumento.

Saúdo aqui Macapá por seu aniversário. Inúmeras poesias foram escritas. É provável que eu volte à tribuna para aqui fazer a leitura de algumas poesias dos nossos poetas amapaenses que homenagearam os 243 anos de Macapá. Poesias que procuram demonstrar aquilo a que já me referi no contexto do meu pronunciamento: as virtudes, a solidariedade, a fra-

ternidade, a generosidade do povo amapaense e, em especial, do povo de Macapá.

O Senador Ademir Andrade conhece a nossa cidade, assim como outros políticos e Senadores. Aqui fica essa visão não de alguém apaixonado por Macapá, embora o sendo, mas de um cidadão brasileiro que, aos seis anos de idade teve a oportunidade de se transferir da localidade onde nasceu, na Ilha Grande de Gurupá, para o Município de Macapá, pois o Município onde moro, Santana, fica a 20km de Macapá, tendo pertencido à época ao Município de Macapá. Cidadão que pode vislumbrar o crescimento de Macapá, de um pequeno povoado, de uma restrita comunidade, transformando-se hoje em uma metrópole, adquirindo com o passar do tempo os problemas dos centros urbanos nacionais.

Mas eu não vim falar de problemas. Falo exatamente das coisas boas, da cultura de Macapá e do Amapá; das comidas típicas – do vatapá, do tacacá, do pato no tucupi, maniçoba, do assaí e do cupuaçu –; falo de São José do Macapá, cuja a estátua está à frente da nossa cidade; de Cabralzinho, que não viveu em nossa cidade, e sim no Município de Amapá, mas que muito representou para a história do Amapá. Vim falar desse Estado nascente, que ainda terá uma grande importância na vida econômica, social e política do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado, Senador Ademir Andrade, que deve me suceder na tribuna.

Que Deus proteja o povo do Amapá, guarde, em lugar sereno e tranqüilo, a figura serena e tranqüila de Osvaldino Raiol e que guarde também a alma de Adeline Gurjão, ex-Prefeito de Tartarugalzinho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Sebastião Rocha, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.*

*Durante o discurso do Sr. Sebastião Rocha, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.*

*Durante o discurso do Sr. Sebastião Rocha, o Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Ademir Andrade.

**O SR. ADEMIR ANDRADE** (PSB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Sr<sup>s</sup> Senadores, neste momento de extrema turbulência no Congresso Nacional, venho tratar de assunto ameno – eu diria até agradável –, de pessoas que pensam no futuro do Brasil e do mundo.

Trago à tribuna do Senado Federal, neste reinício de trabalho legislativo e ainda no começo de um ano novo, a mensagem de um movimento cristão que busca um mundo mais solidário e unido: é o Movimento dos Focolares, cuja ala jovem esteve no meu gabinete em dezembro, difundindo sua filosofia de vida e me apresentando, como Membro da Mesa Diretora do Senado, a Carta da I Conferência Juvenil para o Futuro, realizada em junho de 2000, no Japão. Farei a leitura dessa carta com muita alegria ao final do meu pronunciamento.

O Movimento Focolares difunde a filosofia da unidade e da fraternidade universal. O início de seus trabalhos se deu nos tempos de ódio e violência da Segunda Guerra Mundial, quando, em 1943, na cidade de Trento, na Itália, Chiara Lubich e suas primeiras companheiras redescobrem o Evangelho e, juntas, resolvem vivê-lo no cotidiano, começando pelos bairros pobres da cidade, que se difunde em toda a Itália e depois na Europa e em todo o mundo.

Hoje, o Movimento dos Focolares conta, no mundo todo, com cento e onze mil membros e, se considerarmos os simpatizantes, esse número se eleva para dois milhões e duzentas mil pessoas.

No Brasil, o Movimento já está presente há trinta e sete anos, desde a sua primeira sede em Recife, em 1959. São quinze mil membros e aproximadamente duzentos e oitenta e quatro mil simpatizantes.

Ao todo, o Movimento Focolares conta com quarenta e cinco centros no Brasil, com sede em Belém, nossa capital do Pará, Manaus, Teresina, São Luís, Fortaleza, Recife, Maceió, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre.

O Movimento dos Focolares, desde a sua criação, esteve fortemente comprometido com os problemas sociais. A intervenção do Movimento nos problemas sociais não se limita a um campo exclusivo, nem mesmo a determinados segmentos populacionais, mas se estende a múltiplas realidades da problemática social.

No Brasil, são cerca de cento e vinte obras sociais desenvolvidas e as que se destacam são: a **Magnificat**, localizada no Município de Itapecuru-Mirim, no Maranhão, nascida entre os latifundiários e possui

ros; Ilha Santa Terezinha, em Recife, região de mocambos, situada em terreno alagadiço; favela da Pedreira, em São Paulo, e bairro do Carmo, Município de São Roque, em São Paulo, comunidade constituída de descendentes de escravos negros.

O Movimento dos Focolares é uma nova corrente de espiritualidade que suscita uma filosofia de renovação espiritual e social: a espiritualidade da unidade, de cunho tipicamente comunitário. É exatamente a difusão mundial desses valores que provoca a queda do bairrismo, do xenofobismo e do racismo, pois irá ser a crença do amor recíproco que unificará os homens, transformando as diversidades culturais e religiosas em um novo padrão para a sociedade, influenciando a economia, o trabalho, a política, a justiça, a cultura da comunicação social.

Assim, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, trata-se, antes de tudo, de um estilo de vida que, inspirado nos princípios cristãos, mas sem desprezar – pelo contrário, evidenciando também outros valores de credos e culturas diferentes, contribui para pregar a paz e a unidade mundial, abrindo novos horizontes nos mais distintos âmbitos da sociedade: cultural, político, econômico e artístico, pois tem um objetivo definido: a promoção da pessoa e a melhoria da sua qualidade de vida, preparando-a, desse modo, para o exercício capaz e responsável da cidadania.

Portanto, Sr. Presidente, é uma variedade de ações e de pessoas que integram o movimento que se articula em 18 ramos. Foi o grupo de mais de 40 jovens que trouxe a mensagem da **1ª Conferência Juvenil para o Futuro**, realizada em julho passado, em Chiba, no Japão, carta essa endereçada aos governantes das nações, aos responsáveis civis e religiosos, aos responsáveis pelos meios de comunicação e às organizações nacionais e internacionais que, entre outras diretrizes, prega o perdão da dívida dos países pobres, a distribuição das riquezas do mundo e a paz entre os povos a fim de que os fundos destinados ao armamento sejam utilizados para a promoção da paz.

Sr. Presidente, leio, com muita alegria, a Carta atinentemente ao encontro de jovens do mundo inteiro ocorrido no Japão, cuja inscrição nos Anais desta Casa solicito a V. Ex.<sup>a</sup>.

"Somos 213 adolescentes de quarenta nações reunidos aqui no Japão para participar da 1ª Conferência Juvenil para o Futuro. Um grande ideal nos une: construir um mundo de paz!. Mesmo pertencendo a diversas religiões, queremos viver a "Regra de Ouro" existente em nossos credos: "Faze aos outros aquilo que gostarias que fosse feito a ti, não faça aos

outros aquilo que não gostarias que fosse feito a ti". Praticamente queremos viver o respeito recíproco, o amor, que está inscrito no coração de cada homem. E isso significa: amar a todos, esquecendo de si mesmo e pensando nos outros, sem discriminar quem tem idéias diferentes das próprias, sem discriminar quem pertence a outra raça ou etnia; tomar a iniciativa no amor, sem esperar que seja o outro a dar o primeiro passo; amar também os inimigos, esquecendo as ofensas do passado, aprendendo a perdoar, dizendo um ao outro com amor aquilo em que podemos mudar e melhorar.

Nesses dias nós experimentamos que o amor pode mudar cada relacionamento, se procurarmos valorizar mais aquilo que nos une do que aquilo que nos divide. Por que não pode ser assim também entre as nações? Com isso chegaríamos a amar a pátria alheia como a própria e assim estaria garantida a paz.

O homem não pode viver só. Devemos sustentar-nos uns aos outros e sermos gratos àqueles que nos fazem o bem. Se tivermos esse coração, teremos garantido um futuro cheio de esperança.

O amanhã nos pertence. Gostaríamos que escutassem a nossa voz: queremos marcar um encontro nos diversos países, em que nós, adolescentes, possamos dialogar com vocês.

Queremos ser porta-vozes de todos os adolescentes que sofrem no mundo por causa da exploração, da guerra, das doenças, da Aids. Conscientes das muitas diferenças ainda presentes entre os países pobres e os países nos quais cresce o consumismo, decidimos começar a viver e a difundir uma nova cultura, a cultura do doar e do partilhar. Se as nações vivessem assim entre elas, todos os bens da Terra seriam distribuídos igualmente, sem diferenças. Queremos que o primeiro passo para essa meta seja o perdão da dívida externa dos países pobres, de modo que eles possam ter melhores condições de vida e de desenvolvimento.

Para dar um fim a todas as guerras e conflitos, favoreçamos o diálogo e a colaboração, empenhando-nos decididamente para o desarmamento e destinemos, para a promoção da paz, os fundos hoje destinados para as armas.

Queremos que o esporte não seja instrumentalizado em função do lucro, mas se torne ocasião de encontro e de amizade entre os povos, uma ocasião para aprender a trabalhar juntos, a vencer, a perder e a recomeçar.

A droga destrói o futuro dos adolescentes e, em alguns países, esse problema é muito grave: se tivéssemos melhores perspectivas de futuro, muitos não se drogariam. Pedimos que vocês combatam esse mal, inclusive com leis que nos protejam.

Não desfrutemos indiscriminadamente os recursos da natureza, mas pensemos nas gerações futuras, façamos como as plantas, que absorvem da terra somente aquilo de que necessitam. Sabemos que o homem é feliz se vive em paz consigo mesmo e com a natureza que o circunda. Ajudem-nos a defendê-la e a preservá-la, parando com o desmatamento e promovendo a reciclagem. Criem espaços verdes na cidade onde todos possamos nos encontrar.

Demos atenção aos idosos, porque eles dão uma preciosa contribuição à sociedade com sua experiência e sabedoria.

Consideremos a ciência e a tecnologia não finalizadas em si mesmas, mas a serviço do homem, sem manipular a vida humana, favorecendo também a pesquisa de fontes de energia alternativas à energia nuclear.

A paz começa no coração de cada homem. Gostaríamos que nas escolas fossem evidenciados valores como o conhecimento e o respeito das outras culturas e religiões e que nos programas escolares fosse inserida a educação para a paz.

Queremos que a globalização para a qual o mundo todo caminha, não seja somente baseada no aspecto financeiro e econômico, mas na comunhão entre as culturas e as religiões de modo que todos os homens ser tornem uma só família.

Pedimos que os meios de comunicação social difundam o positivo que existe no mundo, que dêem uma informação objetiva e que nos façam conhecer as situações difíceis dos diversos países para sermos mais solidários. Proibam as transmissões de imagens violentas que não respeitam a dignidade do homem ou o valor do seu corpo, parando com a produção de jogos e de desenhos animados que incitam a violência. Proibamos **sites** da Internet que podem, de qualquer modo, prejudicar a nós, adolescentes.

Nós já começamos a construir a paz. Sabemos, porém, que para alcançar esse objetivo precisamos de vocês. Por isso pedimos a sua ajuda, especialmente lá onde nós adolescentes não podemos chegar. Todos os dias rezamos para alcançar esse objetivo, com a certeza de que receberemos uma ajuda do Céu para realizar um mundo novo e mais unido onde todos os homens da terra possam viver felizes e como irmãos."

Assinam os participantes da Primeira Conferência Juvenil para o Futuro.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, desejo dizer que fiquei deveras impressionado com esses jovens que estiveram no gabinete da Segunda Vice-Presidência. Eram mais de 40 jovens que levaram a sua mensagem, cantaram música e sonharam com esse mundo me-

lhor. E sonhar, como disse o Senador Jefferson Péres, faz parte da nossa vida. Esses jovens sonham com um mundo melhor e desejam um mundo de paz e fraternidade. Pertencem a nações tremendamente diferentes e que têm inclusive religiões totalmente diferentes. No entanto, puderam confraternizar, discutir, pensar e refletir sobre um mundo melhor. E, naquele momento, fiz uma afirmação a esses jovens: o mundo com que sonham depende evidentemente do saber e do conhecimento das pessoas.

Lamentavelmente, grande parte dos habitantes do nosso Planeta não tem acesso à informação nem ao conhecimento. No desespero e na busca de uma alternativa, aceitam a primeira orientação que recebem sem refletir ou sem questioná-la. Às vezes, as crenças e os entendimentos errados da vida e da existência levam a conflitos. É o que vemos em Israel, na Palestina, na África do Sul e na Colômbia.

Disse a esses jovens que, em toda a história da humanidade, foram os líderes que conduziram os povos. Esses líderes, na verdade, até hoje, nunca conseguiram levar os povos a alcançar o objetivo com que eles sonham: a fraternidade, o amor, a solidariedade, a parceria e a partilha. Não conseguiram, porque a maioria desses líderes se imaginam auto-iluminados e capazes de conduzir o povo.

O caminho para a realização desse sonho é o acesso de todos ao conhecimento, é a conquista da verdadeira democracia, que significa respeitar a vontade da maioria. Democracia só se conquista com conhecimento. Por isso, todos devemos investir no conhecimento da humanidade. Devemos dar a todo ser humano oportunidade de acesso à informação e à educação, pois quanto mais conhecimento tem uma sociedade mais justa ela é. Ensinando o povo a questionar as orientações que recebe de líderes políticos ou, muitas vezes, de líderes religiosos, construiremos uma sociedade melhor, um mundo em que reine a paz, tão desejada por essa juventude que entusiasticamente provou que a unidade é possível mesmo entre nações inimigas, mesmo entre nações rivais, mesmo entre nações com religiões completamente diferentes. Esses jovens se uniram tendo em vista um objetivo comum. Espero que tenham sucesso. De nossa parte, como político e representante de nosso Estado no Senado Federal, estamos prontos a dar-lhes todo o nosso apoio e a difundir a filosofia dos Focolares no Brasil e no mundo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador para uma comunicação inadiável.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de oito minutos.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, todos os anos, quando há necessidade de convocação extraordinária do Congresso Nacional, a história se repete: insatisfação da opinião pública e críticas pesadas da mídia quanto aos gastos extras com que o Governo, por lei, é obrigado a arcar. Insatisfação e críticas que têm certa razão de ser, embora a realização dessas sessões tenha como objetivo atender necessidades do Executivo. No entanto – quanto a isso não há dúvidas –, o desgaste é do Parlamento.

Como disse, esse descontentamento sazonal não é de todo despropositado. Comparados ao trabalhador comum, os Parlamentares têm um rendimento considerável e torna-se absolutamente inexplicável o recebimento de uma quantia extra por tão pouco tempo de trabalho.

Há outro ponto difícil de ser compreendido pela opinião pública, diretamente ligado a essa questão, que traz menos desgaste porque menos explorado pela imprensa. Refiro-me ao longo recesso parlamentar: noventa e dois dias por ano, mais de três meses, o triplo a que um trabalhador comum tem direito.

É claro que a atividade política possui peculiaridades que a diferenciam da rotina de um trabalhador comum. Mesmo assim, o nosso período de férias é longo demais, principalmente se levarmos em consideração que as sessões deliberativas só ocorrem três vezes por semana, de terça a quinta-feira.

Venho a essa tribuna hoje para apresentar ao Plenário uma proposta de emenda constitucional que reduz o recesso parlamentar a trinta dias por ano. Assim, o Congresso começaria a funcionar no dia 15 de janeiro e encerraria seus trabalhos em 15 de dezembro.

Trata-se de um projeto que carrega consigo pelo menos dois argumentos que justificam sua aprovação.

Em primeiro lugar, eliminaríamos algo que a sociedade considera um privilégio inaceitável, ou seja, as férias mais longas de todas as categorias de trabalhadores do País. Estabeleceríamos radical igualdade com os trabalhadores brasileiros, enterrando, de uma vez por todas, as alegações de sermos detentores de um privilégio.

O segundo argumento está ligado justamente às convocações extraordinárias. Com o recesso de apenas trinta dias, praticamente deixaria de existir a

necessidade de o Congresso Nacional reunir-se no período de férias ou de recesso. Isso resultaria em economia para os cofres públicos, uma vez que não haveria as despesas hoje existentes.

Continuamente, temos defendido neste plenário reformas e ajustes que transformem o Brasil em um país melhor, mais justo e sem privilégios. E devem partir da qui as proposições nesse sentido. Cabe a nós a iniciativa do exemplo.

**O Sr. Ademir Andrade** (PSB – PA) – Concedo-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Concedo, com muito prazer, o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Ademir Andrade** (PSB – PA) – V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão no seu pronunciamento na sua proposta. V. Ex<sup>a</sup> é correto e rente, mas eu diria que esse não é, vamos dizer assim, o modelo dos países mais desenvolvidos, do mundo mais justo, porque grande parte dos Parlamentos se reúne durante muito pouco tempo. Talvez sejam países mais estabilizados, com leis mais sedimentadas. Assim, o Parlamento trabalha menos, e, evidentemente, os congressistas ganham menos também. Na Europa, na quase totalidade das Câmaras Municipais, o vereador não tem salário. Ele fiscaliza o prefeito da cidade, mas nada ganha. Concordo com a proposta de V. Ex<sup>a</sup>, considerando que nosso País ainda está em formação política e o povo está começando a compreender todo esse jogo de poder. Em nosso País existem muitas injustiças, muitas desigualdades, muito atraso político. Penso que ele se adapta à nossa situação atual. Diria que é semelhante àquela lei que aprovamos, a qual proibia o uso de bomba elétrica para abastecimento de combustível. Por quê? Estamos implementando um atraso, porque precisamos defender o emprego. Embora fosse muito importante a bomba que possibilitava que o consumidor mesmo abastecesse o seu carro, tornando desnecessária a presença de um empregado para isso. Mas não é só esse fato que vai prejudicar as sessões extraordinárias e o debate sobre convocação, salário extra etc. Concomitantemente com o que V. Ex<sup>a</sup> propõe, precisamos acabar com essa forma de medida provisória que existe em nosso País. Isso é uma indecência, isso é uma excrescência. No mundo inteiro, não existe algo como o que acontece no Brasil. Queremos estabelecer regras, e o Presidente Fernando Henrique não quer deixar. Está impondo ao Congresso a sua vontade, para não deixar que se estabeleçam essas regras para as medidas provisórias. O que resolveria de fato seria estabelecer que a medida provisória valesse por cem ou sessenta dias, pois,

de uma forma ou de outra, não haveria convocações desnecessárias e os recursos pagos aos parlamentares. Muito obrigado.

**O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO)** – Incorporo o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, dizendo que tudo que não é moral há de ser eliminado da vida do País. Entendo que temos todas as sextas-feiras, sábados e domingos para visitar nossas bases. As sessões deliberativas são de terça a quinta-feira. Não se justifica, pois, um recesso parlamentar de noventa dias. Quando cheguei à Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, o recesso era de cento e vinte dias. Entrei com essa mesma proposta e conseguimos diminuir substancialmente o recesso. O Brasil necessita de velocidade, e há muitas leis e propostas de emenda constitucional tramitando lentamente. O País espera por definições que não ocorrem. Se continuarmos com o recesso de noventa dias, as decisões continuarão emperradas. Acredito que, a partir do momento em que estivermos mais presentes aqui, onze meses por ano, tais medidas naturalmente serão discutidas, votadas, e propiciaremos mais velocidade ao País.

Minha proposta não possui cunho demagógico, pois toda a minha trajetória política foi no sentido da defesa da moralidade pública. Tanto é verdade que já recusei duas aposentadorias: uma de Deputado Estadual e uma de ex-Governador do Estado de Goiás. A esse propósito, tive que ingressar com uma ação na 9ª Vara da Justiça Federal, em Brasília, para não receber a aposentadoria de Deputado Federal, porque eu exercia um mandato de Deputado Estadual e podia acumular a aposentadoria na Câmara Federal. Assim, ingressei na Justiça contra, e, ainda mais, não paguei a aposentadoria dos ex-Governadores de Goiás durante todo o meu mandato de Governador naquele Estado. O Supremo Tribunal Federal, à época, ameaçou inclusive intervir no Estado e me tirar do Governo caso eu não pagasse a aposentadoria dos ex-Governadores milionários de Goiás. Não paguei e disse ao Supremo que poderia intervir, mas eu não pagaria por considerar aquela aposentadoria imoral num país onde tanta gente passa fome, num país de tanta miséria, num país sem moradia para a grande parte da sua população.

Da mesma forma, apresento esta proposta, ainda porque toda a minha vida pública foi marcada pela coerência, haja vista a emenda constitucional que apresentei para reduzir o próprio mandato de Senador de oito para quatro anos – para mim, um outro privilégio indevido. Se do Vereador ao Presidente da República o mandato é de quatro anos, por que só o Senador tem que ter o mandato de oito anos? Então, temos que corrigir essas distorções no Brasil, porque, do contrário, este País continuará como está: um país

subdesenvolvido, um país de muitos com fome, de miseráveis; um país realmente sem perspectivas para o futuro.

É dentro desse espírito que começo hoje a colher as assinaturas necessárias para a apresentação desta proposta de emenda constitucional, para a qual conto com o apoio dos meus Pares. Estarei nos fazendo justiça e tirando dos ombros do Congresso Nacional o ônus de um desgaste desnecessário e injustificável.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio)** – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Eduardo Siqueira Campos, Renan Calheiro e Carlos Patrocínio enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO)** – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, no ano passado trouxe a conhecimento desta Casa a realização, locada no Estado do Tocantins, do filme "No Coração dos Deuses", do Diretor Geraldo Moraes.

Aquele filme revelou ao Brasil não apenas uma história mística, que soube ligar o imaginário popular à história dos 500 anos do Brasil, mas sobretudo revelou a imagem de um estado rico de paisagens naturais, rios, cachoeiras, dunas de areia, florestas, e muita luz, sob um céu cheio de cores, de acordo com o passar do dia, ou as estações do ano, enfim tudo aquilo que a arte cinematográfica necessita para locação da ação cinematográfica.

Soma-se, ainda, Sr. Presidente, a diversidade e a riqueza das culturas que une às tradições indígenas, africana e cabocla, as mais variadas culturas do Norte, Nordeste e Centro-Sul do país, compondo um rico caleidoscópio da identidade nacional.

Nobres Senadores, é necessário destacar o apoio possível que tem sido dado pelo Governo do Estado, prefeituras e empresas diversas, que não têm medido esforços para viabilizar os projetos cinematográficos, locados no Tocantins, revelando toda essa nova e rica realidade, ainda tão desconhecida do Brasil e do mundo.

Faço essas considerações, Sr. Presidente, face a visita que fez ao meu Estado o cineasta Cacá Dieges, Diretor de sucessos como Tietá do Agreste, Xica da Silva, Quilombo e ainda, recentemente, Orfeu, que obteve intensa repercussão internacional. A visita do cineasta teve como objetivo obter apoio para a locação de cerca de 50% das cenas de seu próximo filme **Deus é Brasileiro**, baseado num conto de João Ubaldo Ribeiro, intitulado "O Santo que não acreditava em Deus".

O cineasta voltou entusiasmado com a visita, não apenas pela recepção que teve junto às autoridades locais, dentre as quais o Governador Siqueira Campos e a Secretária de Cultura Kátia Rocha, que o fizeram "sentir-se em casa", como declarou, mas sobretudo pelas excepcionais condições de paisagem encontradas para realização do projeto.

"Fiquei encantado porque era exatamente o que estava procurando como paisagem, com cachoeiras, dunas e outros atrativos", declarou, acrescentando que o Tocantins tem inúmeras vantagens sobre outras localidades: "é um lugar inedito", acrescentou entusiasmado.

De outro lado, Sr. Presidente, valho-me desta oportunidade para reafirmar o necessário apoio a ser dado pelo Governo ao desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional, não só pelo que ela pode representar como geração de riqueza, renda, e ampliação de oportunidades de trabalho, mas como afirmação da cultura e da identidade nacional, nesta era da globalização onde as culturas nacionais, regionais e locais tendem a ser arrasadas pelo rolo compressor das culturas – ou pela negação da cultura – dos detentores dos meios tecnológicos, que os usam em favor de seus interesses imediatos, sem olhar consequências ou resultados de maior prazo.

Nesse sentido, o apoio necessário não se esgota em apoiar a produção cinematográfica nacional, mas, de um modo muito especial, deve abranger a divulgação e os sistemas de distribuição, dominados em mais de 90% pela indústria cinematográfica estrangeira, sobretudo americana.

Face a esse rolo compressor, arrisco-me a dizer que a crise do cinema brasileiro não está tanto na produção, cuja qualidade é reconhecida nacional e internacionalmente – vale lembrar os constantes prêmios conferidos a filmes, diretores e atores nacionais, mas sim no monopólio da difusão e da distribuição exercido pela indústria estrangeira, que estrangula e asfixia a indústria nacional.

Assim, faço meu apelo dirigido ao Grupo Executivo que, junto ao Ministério da Cultura, estuda a questão de mecanismos de apoio ao cinema nacional, bem como à Subcomissão de Cinema, junto à Comissão de Educação desta Casa, para que esses mecanismos, além do apoio à produção, contemplem também o apoio à difusão e à distribuição da produção nacional.

Nesse contexto, os fatos a que me referi no início deste pronunciamento podem, sem dúvida, se constituir na contribuição do meu Estado do Tocantins em favor da cultura, da arte e da indústria do cinema nacional.

Muito obrigado.

**O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores,** no último dia 25, a Universidade Federal de Alagoas – UFAL – completou 40 anos de existência. Fruto de uma legítima pressão da sociedade Alagoana, o Presidente Juscelino Kubitschek assinou o ato de criação da UFAL, em 1961.

Nestas quatro décadas, o perfil do Estado modificou-se celeremente. A imagem da província, seu aroma rural, já se perdeu no tempo, dando lugar a um Estado que, apesar das adversidades, vem demonstrando seu vigor e sua potencialidade.

A UFAL, bem como os outros pólos acadêmicos brasileiros, soube resistir às mais ásperas contrariedades dos anos de chumbo. Vários foram os nomes responsáveis pela criação e pelo pulsar da Universidade Federal de Alagoas: Medeiros Neto, Aristóteles Simões, Milton Ferreira, Padre Teófanos de Barros, Everaldo Castro, Jayme de Altavila, o Doutor Ib Gatto Falcão, o Professor Douglas Apratto Tenório, cuja reflexão sobre o papel da Universidade deveria ser lida por todos – e para isso peço sua transcrição nos Anais do Senado Federal, e tantos outros que lutaram para manter de pé essa valiosa instituição alagoana.

Enganam-se aqueles cujo juízo apressado atestam um distanciamento entre a vida acadêmica e a sociedade nos dias de hoje. O corpo docente, o discente, os valorosos servidores estão sempre em sintonia com o cotidiano, observando, processando e indicando as melhores perspectivas para o país.

Se a Universidade não vai além nos setores social, econômico, cultural, filosófico e político, devemos examinar estas limitações dentro da difícil realidade econômico-financeira das instituições públicas brasileiras de ensino, limitações estas que precisam ser resolvidas.

Mesmo dentro da adversidade, das limitações, seu corpo acadêmico está a pensar e repensar o mundo permanentemente. Afinal, é o conhecimento aliado ao arrojo que cria condições para inovarmos e crescermos em todas as áreas.

Devemos sempre ter a academia como uma referência, uma usina geradora de novas idéias, soluções inéditas e indicadora do melhor porvir. E devemos sempre preservar as universidades públicas, que, no Brasil, ainda é um dos poucos caminhos da mobilidade social.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR RENAN CALHEIROS EM SEU PRONUNCIAMENTO:**

**Diecee** - Segundo o Diecee, os preços dos produtos e serviços administrativos pelo governo subiram em média 16,3% em 2000. Mais que o dobro da inflação do período, que foi de 7,21% na cidade de São Paulo. O maior aumento foi o de gasolina: 36%.

O botijão de gás de cozinha teve um aumento de 24,7%. O

valor médio das exportações brasileiras. Os resultados de 2000 indicam que os produtos manufaturados já são responsáveis por 55% das exportações brasileiras. Antes os produtos agrícolas e as commodities eram os mais vendidos lá fora.

**DOUGLAS APRATTO TENÓRIO**

**O aniversário da Ufal**



A vida, a história do mundo, todas as histórias particulares apresentam-se sob a forma de eventos. Temos um evento neste 25 de janeiro que é muito especial para os alagoanos. Trata-se do aniversário de criação da Ufal. Quarenta anos se passaram desde 1961, quando o presidente Juscelino Kubitschek assinou o ato governamental criando a nossa instituição universitária federal. Quarenta anos que um sonho tão esperado por gerações se concretizava, coroando a luta de Medeiros Neto, Aristóteles Simões, Milton Ferreira, Padre Teófanos de Barros, Everaldo Castro, Jayme de Altavila, Ib Gatto Falcão e tantos outros.

Reitorados se sucederam desde então, cada um com seus objetivos, seus problemas, suas deficiências, realizações e peculiaridades, dentro de quadros históricos distintos e cambiantes. Do alto astral juscelinista à insólita gestão do Major Lutz ao regime militar de 64 e seus generais presidentes. Dos delegados da autochamada revolução em Alagoas ao governo da Nova República de Sarney. Do meteórico governo Collor ao neoliberalismo fernandista. Em Alagoas, do longo ciclo Sarney e sua queda em 1997 até a emergência das esquerdas nos dias atuais.

A província era bem diferente nos anos 60. Um Estado ainda com forte influência rural, sem a proeminência urbana de hoje. A capital, como as demais cidades importantes do interior, sem a ansiedade, o estresse dos dias atuais. Edifícios poucos, contidos a dedo. A orla não havia sido ocupada. Farol e Centro eram bairros residenciais. A Ufal começava a vida em uma época de transição, com unidades isoladas funcionando em diferentes lugares. A transferência, em seguida, do campus para o Tabuleiro, passando pela ida da área de Humanidades para a antiga Escola de Aprendizes de Marinheiros, no Pontal da Barra, não foi feita sem traumas e protestos. Velados, é verdade, pois os dirigentes dos "anos de chumbo" não toleravam oposição. Os que a fizeram pagaram caro.

É hora de avaliar o caminho percorrido. Perguntar se valeu a

pena o esforço dispendido. Se não ficaram muitos sonhos pela estrada. Se não estamos girando em volta do mesmo ponto. Seguros o rumo certo? Depois dos reitorados de Aristóteles Simão Nabuco Lopes, Manoel Ramalho, João Azevedo, Fernando Gar Delza Gitai e agora Rogério Pinheiro, podemos dizer que a Ufal só uma emissora de diplomas? Uma agente formadora de profissionais para as diferentes áreas? Cultivou ele saber e serviu ao meio em que vive? Realiz plenamente o seu papel? É bom cada um fazer esta reflexão. E dizer de dentro, do fundo do coração - como professor, estudante, serviço usuário, empresário, político -, se contribuiu para melhorar ou piorar a sua condição.

Quando compareço a um seminário, a uma mesa-redonda, a uma Feira de Livros da Ufal quando vejo as dezenas de livros e pesquisas publicadas, tenho consciência de que uma parte daqueles sonhos foi realizada. Que tudo é frustração. Que finalmente idéias antigas encontraram um lugar sagrado para dete e crítica na tabacaria. A criatividade, o saber cultura, a ciência, reunidas num lugar co

**Nossa universidade federal tem que renovar seus compromissos e conviver com contrários**

jamaís houve outro na história de Alagoas.

Há perdas, coisas que deveriam ser feitas e não foram, é verdade. Afinal, o nosso Estado tem um índice de desenvolvimento social que não o orgulha. E a Ufal não tem uma varinha mágica devido às suas limitações, seu campo de ação é o meio onde inserida - do qual é reflexo -, e que tem a obrigação de se tornar melhor. Neste seu aniversário de 40 anos, ela tem que renovar seus compromissos. Tem que conviver com contrários, sem diminuições de qualquer espécie. Tem que ousar mais, criar, inovar, propor soluções, ter opções sociais, econômicas, políticas, filosóficas e - por que não? - ideológicas.

Tem que ter definições claras. Ser contra a injustiça, a exclusão social, o empobrecimento, a violência. Defender a identidade goana, tão cara e necessária para qualquer projeto. Tem que voz ativa e ser agente respeitado e admirável na batalha contra subdesenvolvimento local. De qualquer forma, seu aniversário uma página inesquecível no calendário de 2001.

**O JORNAL**  
RESPEITO AO LEITOR

**EMPRESA EDITORA O JORNAL LTDA**

AV COMENDADOR LEÃO, 1.152, BAIRRO POÇO, MACEIÓ-AL - 57025-00  
e-mail: ojornal@brhs.com.br - http://www.ojornal-al.com.br

**NAZÁRIO PIMENTEL**  
DIRETOR-GERAL

**PLÍNIO LINS**  
EDITOR-GERAL

**LUIZ CARLOS BARRETO GOE**  
DIRETOR-EXECUTIVO

OS ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE EXCLUSIVA RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES E NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DE O JORNAL

**PABX**  
(082) 231-6400  
**FAX/REDAÇÃO**  
(082) 327-5219  
**FAX/COMERCIAL**  
(082) 327-2996

**ATENDIMENTO AO LEITOR**  
(082) 327-7431  
**ASSINATURAS**  
(082) 327-8686 / 327-3776  
**CLASSIFICADOS**  
(082) 327-5000



**REPRESENTANTE NACIONAL**  
SMA, SEMA, SERVIÇO DE IMPRENSA, INICIO EMPRETELO (SIDA)  
**SÃO PAULO:** (011) 231 1822 / FAX (011) 239 7332 - **RIO DE JANEIRO:** (021) 541 6467 / FAX (021) 295 0791 - **BRASÍLIA:** (061) 224-7297, (061) 273-2566, (061) 421-2540  
**BA:** (071) 341-8463, **CE:** (085) 231-8772, **PA:** (091) 242-0426, **AM:** (092) 233-1892, **GO:** (082) 977-2392, **ES:** (027) 225-6000, **PR:** (041) 322-4588, **SC:** (049) 222-1571, **RS:** (051) 224-1562



**O SR. CARLOS PATROCÍNIO** (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>e Srs. Senadores, a consolidação do Estado de Tocantins, como a nova fronteira agrícola do País, é hoje uma realidade irrecusável. No sentido de manter essa honrosa posição, o Governo Estadual, por sua Secretaria de Agricultura e pelo Grupo Executivo de Recursos Hídricos – GERH, vem dando prioridade aos investimentos em infra-estrutura e em novas tecnologias, de forma a garantir condições propícias à produção em larga escala.

Com isso, e com a farta disponibilidade de recursos hídricos e de ambiente favorável de solo e clima, criam-se as condições ideais para o maior crescimento da agricultura irrigada.

Exemplo disso, o Projeto Javaés, que se destaca entre os programas em andamento ou em fase de implantação, dispõe de uma área bruta de 750 mil hectares de várzeas, dos quais cerca de 500 mil são avaliados como os desejáveis para o aproveitamento hidroagrícola; vale dizer, são considerados como ideais para o cultivo de duas safras anuais de arroz irrigado, soja, milho, feijão, girassol, algodão, tomate industrial e frutas.

Estudos da Secretaria de Agricultura consideram que o Projeto objetiva tornar viável o uso adequado dos recursos regionais, sobretudo quanto ao múltiplo proveito do potencial hídrico, dessa forma possibilitando o desenvolvimento energético e o fomento à agricultura, compreendendo as áreas de influência alcançadas dos Municípios de Araguaçu, Sandolândia, Cristalândia, Dueré, Formoso do Araguaia, Paraíso, Pium e Lagoa da Confusão.

Assim, toda a região será transformada num importante pólo de produção agrícola, notadamente de grãos, possibilitando a absorção da mão-de-obra disponível, a elevação do nível de renda regional e o crescimento da produção rural.

Na fase pioneira, o projeto prevê a implantação de uma área experimental, destinada à realização de pesquisas, com o fim de propor soluções para problemas específicos, tais como o de seleção de culturas adaptáveis, tipos de arroz, uso de tecnologia adequada e modalidades de manejo de solo e de água.

Para a Secretaria Executiva do Grupo Executivo de Recursos Hídricos, essa providência decorre das limitações impostas pela inundação periódica,

no período chuvoso, e pelo déficit hídrico acentuado, na época da seca.

Os técnicos do Grupo estão encarregados do acompanhamento da elaboração dos subprojetos e do gerenciamento dos recursos hídricos, quanto à irrigação e drenagem do rio Javaés e de seus afluentes.

Esse trabalho envolve as etapas de abastecimento dos setores produtivos e da construção de infra-estrutura de sistematização nas áreas de barragens, entre as quais estão projetadas as de Riozinho, Pium, Dueré, Formoso, Urubu e Xavante, as duas últimas com execução prevista para o corrente ano.

O mesmo plano de ação deve ser aplicado no extremo norte do Estado, na região do Bico do Papagaio, em uma área próxima da confluência dos rios Araguaia e Tocantins, com a implantação do Programa de Desenvolvimento Regional Integrado da Região do Bico do Papagaio.

Nesse caso, para a utilização racional dos recursos hídricos, estão previstas a viabilização do transporte hidroviário, a interligação intermodal com a Ferrovia Norte-Sul e a implantação de infra-estrutura básica de sistema de irrigação, abrangendo uma área de 380 mil hectares. Haverá, ainda, amplo aproveitamento de atividades nas áreas de piscicultura, recreação, lazer e geração de energia.

Para a Secretaria de Agricultura e seu Grupo Executivo de Recursos Hídricos, o Projeto conta introduzir novos modelos de exploração agrícola, fundamentados no uso da irrigação, o que vem garantir a produção e o aumento da produtividade, mediante a escolha de cultivos de maior importância econômica.

Deseja-se expandir a fruticultura, a ser suplementada, nos períodos de déficits hídricos, pelo sistema de irrigação localizada e pelo incentivo à implantação de agroindústrias, e apoiada pelo programa de eletrificação rural do Governo do Estado e pelo sistema multimodal de transporte.

Aqui, a área alcançada pelo Projeto envolve os Municípios de Araguatins, Esperantina, Buriti, São Bento, Cachoeirinha, Augustinópolis, São Sebastião, Carrasco Bonito, Sampaio, Praia Norte, Xambioá, Ananás e Riachinho.

Já o Sub-Projeto Sampaio, em fase de elaboração de suas diretrizes básicas, compreende o aproveitamento de áreas situadas na vertente do rio Tocantins, desde o Município de Itaguatins até as cidades de Sampaio e de São Sebastião, onde são encontradas áreas planas favoráveis para a produção de grãos, sobretudo para o cultivo do arroz irrigado.

A propósito, relatório divulgado pela **Gazeta Mercantil**, sob o título *Dossiê Tocantins, nova fronteira*, atesta que o arroz é o principal produto da agricultura tocantinense, seguido da soja e do milho, com área de plantio e colheitas semelhantes. A cultura de feijão, basicamente voltada para a subsistência, tem pouca representatividade, não passando de 1,5 mil toneladas, em duas safras anuais.

Números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, confirmam que a cultura de arroz ocupou aproximadamente 168 mil hectares, no ano passado, esperando-se uma colheita superior a 450 mil toneladas, nas safras seguintes, uma vez que os números tendem a crescer, em consequência do avanço da irrigação, que é uma garantia de alta produtividade.

Também, a existência de empreendimentos no Tocantins, que ultrapassam a média do Estado, como a Fazenda Praia Alta, no Município de Lagoa da Confusão, que conseguiu em média 4.980 quilos por hectare, e como a Companhia Brasileira de Agropecuária – Cobrape, no Município de Formoso do Araguaia, que colheu a média de 5.580 quilos por hectare.

Quanto à soja, destaca-se a região agrícola de Pedro Afonso, Município situado na bacia do rio Tocantins, no nordeste do Estado, onde 40 mil hectares de terras foram divididos em áreas de preservação ambiental e de produção. Há 2 anos, os produtores conseguiam colher 50 sacas por hectare, bastante superior à média nacional de 30 sacas por hectare.

No Estado, são áreas importantes de cultivo de soja as situadas em Taguatinga, nos limites com a Bahia, e Campos Lindos, na divisa com o Maranhão.

Até o ano passado, com o Prodecir III, foram beneficiados 40 colonos, filiados à Cooperativa Agrí-

cola de Pedro Afonso – COAPA, que ocupam uma área total de 40 mil hectares, aproveitada para o cultivo agrícola. As culturas desenvolvidas são as de soja, milho, arroz de sequeiro e caju, prevendo-se uma produção anual desses produtos superior a 80 mil toneladas.

Identifica, finalmente, que a pecuária tocantinense é desenvolvida e desfruta de fatores naturais como o clima quente e úmido, que favorece o crescimento das pastagens e o aumento de peso dos animais. O rebanho do Estado, de cerca de 5,5 milhões de cabeças, é o segundo maior da Região Norte do Brasil.

Além disso, as perspectivas do setor indicam crescimento acelerado do Tocantins. De acordo com o Centro de Informação da **Gazeta Mercantil**, os investimentos programados para o Estado, até o ano 2003, somam 3,6 bilhões de reais.

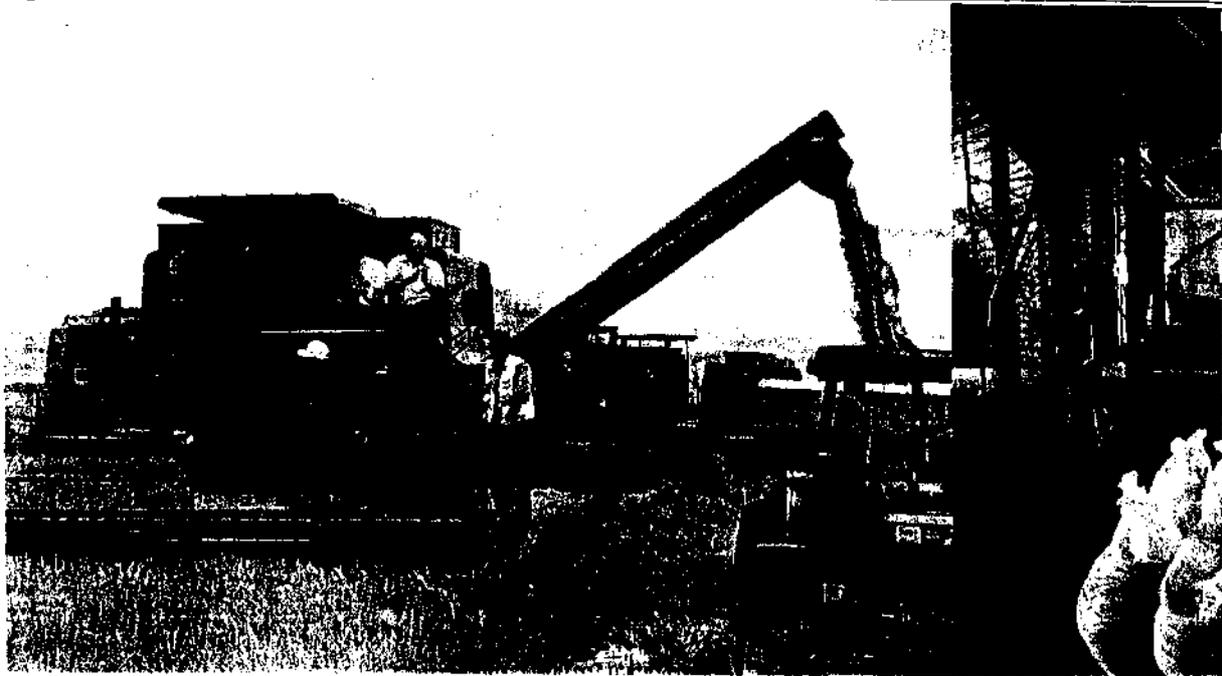
A maior parte desses recursos, um total de 2,9 bilhões de reais, está direcionada para o setor de serviços públicos, com projetos bancados pelos Governos Federal e Estadual, especialmente na área de estradas, energia, água e sistema de telecomunicações. Outros 764 milhões de reais constituem investimentos privados, na capital e no interior.

Concluimos, Sr. Presidente, esta breve intervenção, consignando que todo esse esforço dá bem a medida dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pelo Governo do nosso Estado, também na área da agricultura, representativos da prioridade assumida quanto à consolidação econômica do Tocantins, e do forte empenho com que lá se procura contribuir, de forma cada vez mais relevante, para o desenvolvimento do País.

Era o que tínhamos a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR CARLOS PATROCÍNIO EM  
SEU PRONUNCIAMENTO:**

## Agricultura



# Produção de grãos em larga

Para consolidar o Tocantins como uma nova fronteira agrícola do país, o Governo do Estado, através da Secretaria de Agricultura e o Grupo Executivo de Recursos Hídricos - GERH, vem priorizando investimentos em infra-estrutura e tecnologia visando oferecer todas as condições para a produção agrícola em larga escala. Assim, a grande disponibilidade de recursos hídricos, aliada às condições favoráveis dos solos e do clima resultam em condições ideais para o desenvolvimento da agricultura irrigada. Entre os programas em andamento e em implantação se destaca o projeto Javaés, uma área bruta de várzeas de 750.000 hectares, dos quais 500 mil são ideais para o aproveitamento agroagrícola. Um espaço propício para o cultivo de duas safras anuais de culturas como arroz irrigado, soja, milho, feijão, girassol, algodão, tomate industrial e frutas.

Segundo o secretário da Agricultura Jalbas Aires Manduca, o projeto busca viabilizar o uso adequado dos cursos regionais, particularmente no que se refere ao aproveitamento múltiplo das potencialidades hídricas, possibilitando o desenvolvimento energético e o fomento à agricultura, envolvendo toda região de influência do projeto, e compreende os municípios de Araguaçu, Sandolândia, Istalândia, Dueré, Formoso do Araguaia, Paraíso, Pium e goa da Confusão. "Toda essa área será transformada num importante pólo de produção agrícola, especialmente de grãos, assegurado a absorção da mão-de-obra disponível, elevando o nível de renda regional e envolvendo

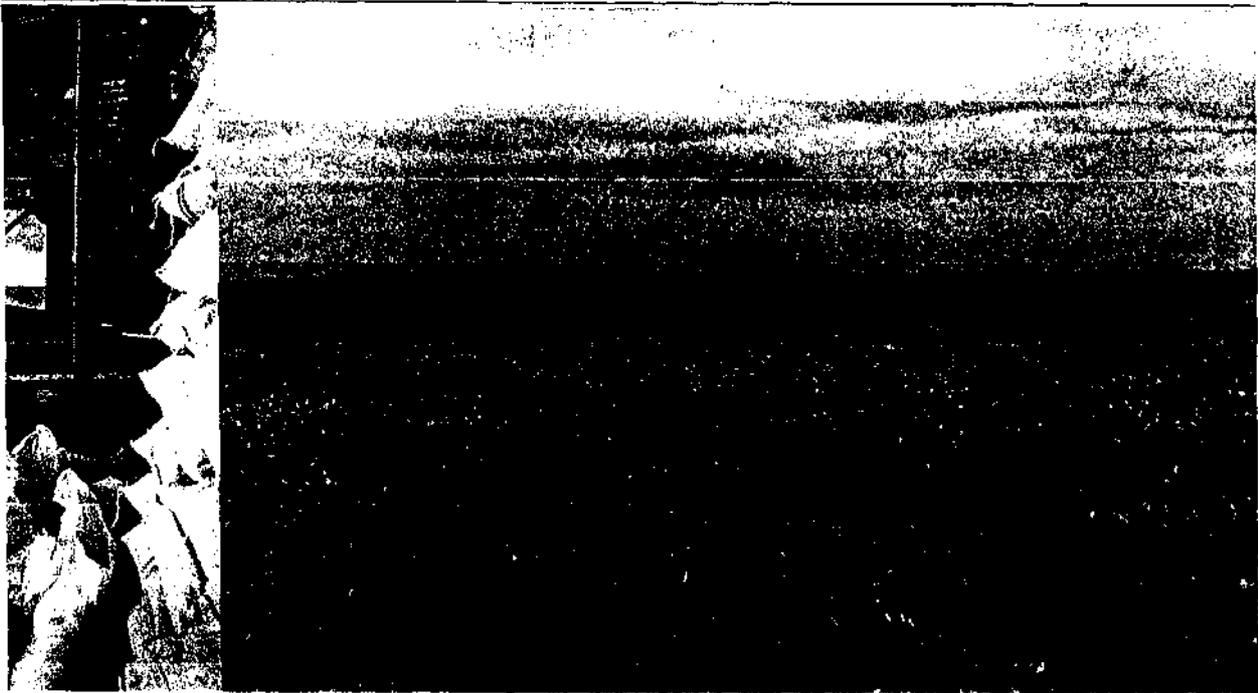
principalmente a produção rural", afirma Manduca.

O projeto prevê em sua primeira fase a implantação de uma área experimental, para realização de pesquisas, visando solucionar problemas específicos, como seleção de culturas adaptáveis, variedades de arroz, uso de tecnologia apropriada, sistemas de manejo do solo e da água. Para o secretário executivo de GERH Anísio Pedreira, tal medida é necessária tendo em vista suas principais limitações na inundação periódica na época chuvosa e no acentuado déficit hídrico na época da seca, explica.

Segundo Anísio Pedreira a elaboração dos sub-projetos e o gerenciamento dos recursos hídricos quanto a irrigação e drenagem do rio Javaés e seus afluentes, ou seja, o abastecimento de água nas áreas produtivas, construção de infra-estrutura de sistematização de áreas barragens, têm o acompanhamento dos técnicos do GERH. As barragens projetadas são as de Riozinho, Pium, Dueré, Formoso, Urubu e Xavante, sendo que as duas últimas estão em fase de elaboração do projeto básico, com sua execução prevista para este ano.

### BICO DO PAPAGAIO

A mesma filosofia será aplicado no extremo norte do Estado, no Bico do Papagaio, que corresponde a uma área próxima a confluência dos rios Araguaia e Tocantins com a implantação do "Programa de Desenvolvimento Regional Integrado da Região do Bico do Papagaio". Segundo Anísio



## a escala

Pedreira programa prevê a utilização racional dos recursos hídricos com a viabilização do transporte hidroviário, a interligação intermodal com a Ferrovia Norte-Sul e a implantação de infra-estrutura básica de sistema de irrigação, numa área de 380.000 hectares. Prevê ainda um amplo aproveitamento na piscicultura, recreação, lazer e geração de energia.

O Secretário Jalbas complementa que o projeto vai introduzir novos modelos de exploração agrícola, baseados no uso da irrigação, o que garante a produção e aumenta a produtividade através da adoção de cultivos de maior valor econômico, além da expansão da fruticultura, suplementada, nos períodos de déficits hídricos, por sistema de irrigação localizada e o incentivo a implantação de agroindústrias. "Soma-se a essas tecnologias o programa de eletrificação rural do Governo do Estado e sistema multimodal de transporte", finaliza Jalbas.

A área do projeto compreende os municípios de Araguatins, Esperantina, Buriti, São Bento, Cachoeirinha, Augustinópolis, São Sebastião, Carrasco Bonito, Sampaio, Praia Norte, Xambioá, Ananás e Riachinho. O secretário adianta que está em fase de elaboração o projeto básico de uma área prioritária, o sub-projeto Sampaio, que compreende o aproveitamento de áreas situadas na vertente do rio Tocantins, desde o Município de Itaguatins até as cidades de Sampaio e São Sebastião. Trata-se de áreas planas, aptas à produção de grãos, principalmente do cultivo do arroz irrigado. (Pena Forte).

### Governador garante funcionamento do Prodecer III

O Governador Siqueira Campos assinou o Decreto de nº 905 de 1º de março de 2000 que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, a Unidade de Beneficiamento e Armazenagem de Grãos do Prodecer III - Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados. A Unidade está localizada na área de terreno rural no município de Pedro Afonso, loteamento Lajeado 2º Etapa.

A medida visa garantir aos produtores a infra-estrutura de apoio necessária para a sobrevivência do Programa. O Governo entende, também, que a Cooperativa Agropecuária Mista São João, que representava os colonos, desviou o objetivo do programa e inibiu a capacidade de beneficiamento e armazenamento de grãos na região de sua influência. Para o Governador Siqueira Campos, o Prodecer III - Piloto, assume, potencialmente, importante função no desempenho do setor agrícola do Estado.

A Unidade de Beneficiamento e Armazenagem de Grãos do Prodecer III é composta de uma moega/tombador/casa de máquinas, com todos os seus equipamentos, e capacidade de 240t, dois conjuntos de pré-limpeza, com capacidade para 40t/h, um silo pulmão, dez silos de estocagem, uma balança rodoviária e um secador com capacidade para 1.200t/dia.

De acordo com o documento, a Procuradoria Geral do Estado adotará as providências necessárias para o cumprimento do Decreto. (Kiara Lubick)



**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Patrocínio) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 34 minutos.)*

aprovação do Senado Federal, o nome do Senhor Sebastião de Oliveira Castro Filho, para exercer o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça.

**Leia-se:**

Nº 1.147, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 237, de 2000, do Presidente da República, submetendo à aprovação do Senado Federal, o nome do Senhor Sebastião de Oliveira Castro Filho, para compor o Superior Tribunal de Justiça – STJ, na vaga destinada a Desembargador do Tribunal de Justiça.

**ATA DA 163ª SESSÃO DELIBERATIVA  
ORDINÁRIA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2000**  
(Publicada no DSF de 29 de novembro de 2000)

**RETIFICAÇÃO**

No Sumário da Ata, à página nº 23023, 1ª coluna, no item 1.2.2, referente à leitura de Pareceres.

**Onde se lê:**

Nº 1.147, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 237, de 2000, do Presidente da República, submetendo à

**AGENDA CUMPRIDA PELO  
PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL  
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**

**6-2-2000**

Terça-feira

14:30 – Sessão não deliberativa do Senado Federal

18:30 – Sessão Conjunta do Congresso Nacional

**CONGRESSO NACIONAL**

EMENDA ADICIONADA PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.095-71**, ADOTADA, EM 25 DE JANEIRO DE 2001 E PUBLICADA NO DIA 26 DO MESMO MÊS E ANO QUE “DISPÕE SOBRE O CADASTRO INFORMATIVO DOS CRÉDITOS NÃO QUITADOS DE ÓRGÃOS E ENTIDADES FEDERAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CONGRESSISTA	EMENDAS NºS
Deputado FERNANDO CORUJA	56

**SACM**

**TOTAL DE EMENDAS – 056**

Convalidadas – 055

Adicionadas - 001



## APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP - 2095 - 71

000056

Data: 30/01/2001

Proposição: MP nº 2.095-71/2001

Autor: Deputado *TEÓFILO ZANARDI*Nº Prontuário: *122*

1	<input type="checkbox"/>	Supressiva	2	<input type="checkbox"/>	Substitutiva	3	<input checked="" type="checkbox"/>	Modificativa	4	<input type="checkbox"/>	Aditiva	5	<input type="checkbox"/>	Substitutiva Global
---	--------------------------	------------	---	--------------------------	--------------	---	-------------------------------------	--------------	---	--------------------------	---------	---	--------------------------	------------------------

Página: 1/1

Artigo: 16

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

**Dê-se ao § 5º do art. 5 da Medida Provisória, a seguinte redação:**

\*Art. 5º .....

§ 1º .....

§ 5º. *Comprovado ter sido regularizada a situação que deu causa à inclusão no CADIN, o órgão ou a entidade responsável pelo registro procederá, no prazo de cinco dias úteis, à respectiva baixa, bem como expedirá Certidão de Inexistência de Débito às empresas que o tenha consultado"* (NR)

**JUSTIFICATIVA**

É imprescindível que a lei proteja os órgãos e entidades federais dos maus pagadores. Todavia, ao fazê-lo, não pode o legislador, principalmente o Poder Executivo, descuidar de garantir às pessoas físicas e jurídicas que tenham seus nomes incluídos no CADIN indevidamente ou mesmo àqueles que já tenham regularizada a situação que deu causa à essa inclusão, além da baixa do registro, a comunicação e expedição às empresas consultante de Certidão de Inexistência de Débito que escoeime a mácula daquele "imaginado" devedor.

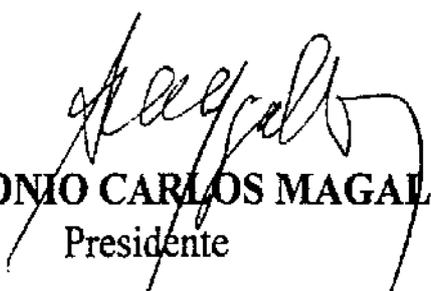
Assinatura:  
2095-71.sam

**ATO DO PRESIDENTE**  
**N.º 65 , DE 2001**

**O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 001118/01-3,

**RESOLVE** dispensar o servidor **GLÁUCIO RIBEIRO DE PINHO**, matrícula 4398, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Fernando Matusalem, com efeitos financeiros a partir de 29 de janeiro de 2001.

Senado Federal, 6 de fevereiro de 2001.

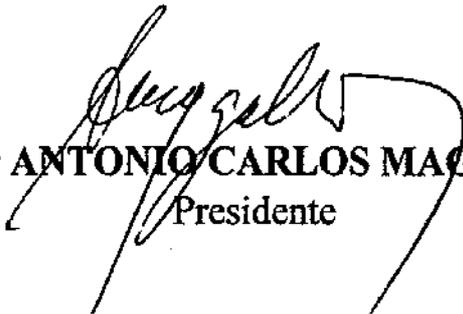
  
Senador **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**  
Presidente

**ATO DO PRESIDENTE**  
**N.º 06 , DE 2001**

**O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 001119/01-0

**RESOLVE** designar o servidor **CÉLIO ELIAS SILVA ARAÚJO**, matrícula 4414, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete do Senador Fernando Matusalem, com efeitos financeiros a partir de 29 de janeiro de 2001.

Senado Federal, 6 de fevereiro de 2001.

  
Senador **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES**  
Presidente

**ATO DO DIRETOR-GERAL  
Nº. 77, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997,

**RESOLVE** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral 1334/2001, publicado no Boletim Administrativo do Senado Federal nº 2246, de 22/12/2000, que nomeou **SAMIR DE CASTRO HATEM**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Marluce Pinto, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei nº 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 05 de fevereiro de 2001.



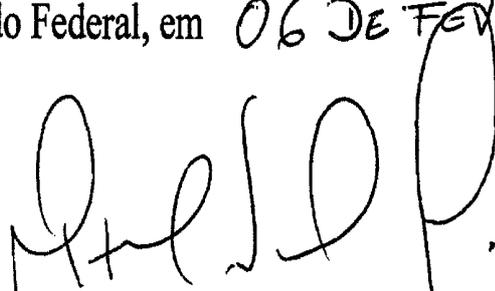
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 84, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001312/01-4,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ISABELE CRISTINA DIAS DA SILVA**, matrícula n.º 30470, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Leomar Quintanilha.

Senado Federal, em 06 DE FEVEREIRO DE 2001.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 85 , DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 001342/01-0,

**RESOLVE** dispensar o servidor ANTONIO OSTROWSKI, matrícula 2483, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Orçamento Público, da Função Comissionada de Secretário de Consultoria, Símbolo FC-5, da Consultoria Legislativa, com efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 2001, e lotá-lo na Secretaria-Geral da Mesa a partir da mesma data.

Senado Federal, 06 DE FEVEREIRO DE 2001.



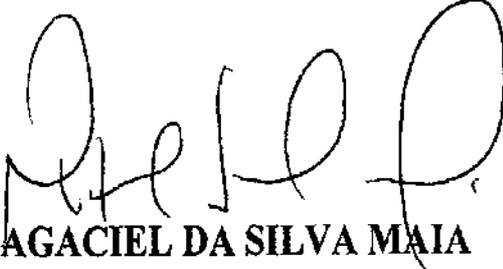
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 86, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 001369/01-6,

**RESOLVE** dispensar a servidora **VANILDE PEREIRA DE OLIVEIRA**, matrícula 1403, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-4, da Subsecretaria Técnica Eletrônica, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Consultoria, Símbolo FC-5, da Consultoria Legislativa, com efeitos financeiros a partir de 01 de fevereiro de 2001.

Senado Federal, 06 DE FEVEREIRO DE 2001.



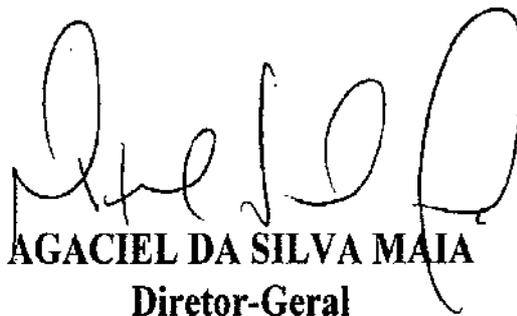
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 87, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 001041/01-0,

**RESOLVE** dispensar a servidora **SANDRA DA SILVA RODRIGUES**, matrícula 4184, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador José Alencar, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Luiz Pontes, com efeitos financeiros a partir de 26 de janeiro de 2001.

Senado Federal, 06 DE FEVEREIRO DE 2001.



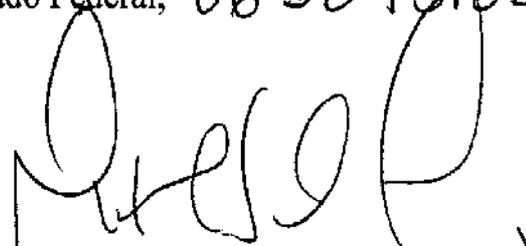
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 88, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 001258/01-0,

RESOLVE designar o servidor ESPEDITO AUGUSTO CONCEIÇÃO, matrícula 1362, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Informações, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2001.

Senado Federal, 06 DE FEVEREIRO DE 2001.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 89, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 001257/01-3,

RESOLVE dispensar o servidor LUIZ GONZAGA SILVA, matrícula 1639, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, da Subsecretaria de Informações, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente de Pesquisa, Símbolo FC-4, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2001.

Senado Federal, 06 DE FEVEREIRO DE 2001.



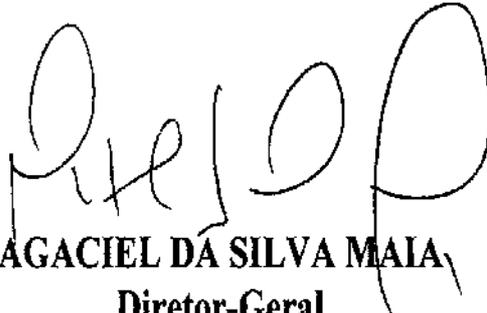
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 90, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 001226/01-0,

**RESOLVE** dispensar o servidor **CESAR TEIXEIRA SIPRIANO**, matrícula 3404, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 31 de outubro de 2000.

Senado Federal, 06 DE FEVEREIRO DE 2001.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 1, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 001227/01-7,

RESOLVE dispensar a servidora **MARCIA LEMES DA SILVA FARIA**, matrícula 5052, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-6, da Secretaria-Geral da Mesa, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Roberto Requião, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 2001.

Senado Federal, 06 DE FEVEREIRO DE 2001.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 92, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 001299/01-8,

RESOLVE dispensar o servidor ALVARO LEONARDO DIAS DE SOUSA MARTINS, matrícula 2636, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Pessoal, Símbolo FC-6, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, com efeitos financeiros a partir de 04 de janeiro de 2001, e lotá-lo na Subsecretaria de Informações a partir da mesma data.

Senado Federal, 06 DE FEVEREIRO DE 2001.

  
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**N.º 3, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 001379/01-1,

**RESOLVE** dispensar a servidora **MARIA LÚCIA ANTONIO DE OLIVEIRA**, matrícula 4111, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Encarregado de Divulgação, Símbolo FC-4, da Secretaria de Comunicação Social, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2001.

Senado Federal, 06 DE FEVEREIRO DE 2001.



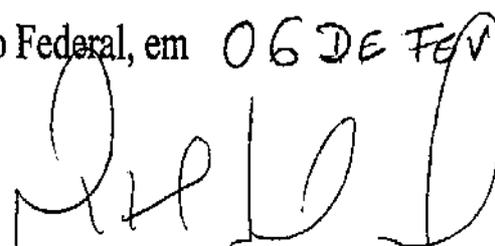
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 001311/01-8,

**RESOLVE** nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOÃO BATISTA DE MEDEIROS**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Leomar Quintanilha.

Senado Federal, em 06 DE FEVEREIRO DE 2001.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº. 95 , DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 001378/01-5,

**RESOLVE** designar a servidora **CLEUZA MENDES CARLESSO**, matrícula 2621, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2001.

Senado Federal, em 06 de fevereiro de 2001



**AGACIEL DA SILVA MAIA**

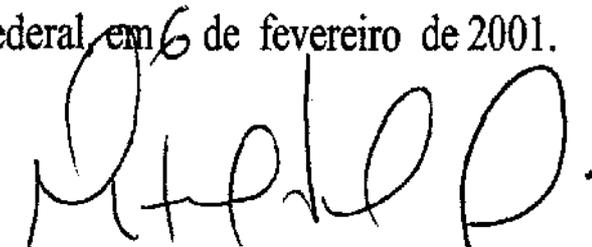
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 96, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE:**

Dispensar, a pedido, a servidora **VERA LÚCIA MIRANDA BITTENCOURT**, matr. 232, ocupante do cargo de Analista de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do **PRODASEN**, da Função Comissionada, símbolo FC-07, de Chefe do Serviço de Operação da Rede e Suporte a Problemas, do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal - **PRODASEN**, a partir de 1º de fevereiro de 2001.

Senado Federal em 6 de fevereiro de 2001.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**

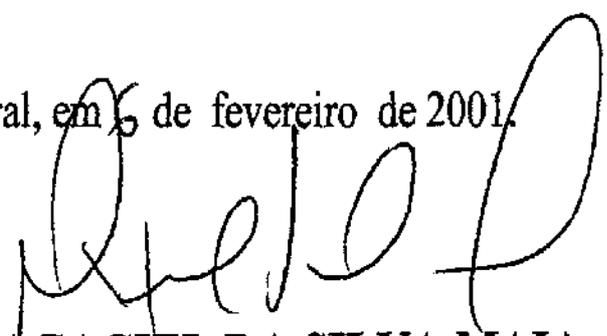
**Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL**  
**Nº 97, DE 2001**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso das suas competências regulamentares e, de acordo com o disposto no artigo 15 das Disposições Finais da Resolução do Senado Federal nº 09, de 1997, **RESOLVE:**

Designar a servidora **MARIA DE FÁTIMA PINHEIRO CÂMARA**, matr. 186, ocupante do cargo de Técnico de Informática Legislativa, do Quadro de Pessoal do **PRODASEN**, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Operação da Rede e Suporte a Problemas, da Divisão de Suporte Técnico e Operações, símbolo FC-07, do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal – **PRODASEN**, a partir de 1º de fevereiro de 2001.

Senado Federal, em 6 de fevereiro de 2001.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**

**Diretor-Geral**